

NÚCLEO INTERDISCIPLINAR PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
ORGÃO SUPLEMENTAR DO CENTRO DE TECNOLOGIA UERJ

LARISSA QUARESMA DO LAGO

MULHERES NA AGROECOLOGIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO:  
PROTAGONISMO, AUTONOMIA E GERAÇÃO DE RENDA

RIO DE JANEIRO

Agosto de 2020

LARISSA QUARESMA DO LAGO

MULHERES NA AGROECOLOGIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO:  
PROTAGONISMO, AUTONOMIA E GERAÇÃO DE RENDA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação Tecnologia para o Desenvolvimento Social, PPGTDS, do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social, NIDES, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção de título de Mestre em Tecnologia para o Desenvolvimento Social.

Orientador: Heloisa Teixeira Firmo

Rio de Janeiro

Agosto de 2020

## CIP - Catalogação na Publicação

QL177m Quaresma do Lago, Larissa  
MULHERES NA AGROECOLOGIA NO ESTADO DO RIO DE  
JANEIRO: PROTAGONISMO, AUTONOMIA E GERAÇÃO DE RENDA  
/ Larissa Quaresma do Lago. -- Rio de Janeiro,  
2020.  
169 f.

Orientador: Heloisa Teixeira Firmo.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do  
Rio de Janeiro, Núcleo Interdisciplinar para o  
Desenvolvimento Social, Programa de Pós-Graduação em  
Tecnologia para o Desenvolvimento Social, 2020.

1. Agroecologia. 2. Mulheres. 3. Geração de  
Renda. 4. Autonomia. I. Teixeira Firmo, Heloisa,  
orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.



MULHERES NA AGROECOLOGIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO:  
PROTAGONISMO, AUTONOMIA E GERAÇÃO DE RENDA

Larissa Quaresma do Lago

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação Tecnologia para o Desenvolvimento Social, PPGTDS, do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social, NIDES, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção de título de Mestre em Tecnologia para o Desenvolvimento Social.

Orientador: Heloisa Teixeira Firmo

Rio de Janeiro

Agosto de 2020

MULHERES NA AGROECOLOGIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO:  
PROTAGONISMO, AUTONOMIA E GERAÇÃO DE RENDA

Larissa Quaresma do Lago

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação Tecnologia para o Desenvolvimento Social, PPGTDS, do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social, NIDES, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção de título de Mestre em Tecnologia para o Desenvolvimento Social.

Aprovada por:

Heloisa Teixeira Firmo, Doutora

Angela Maria da Silva Gomes, Doutora

Diana Helene Ramos, Doutora

Luciana Correa do Lago, Doutora

Rio de Janeiro  
Agosto de 2020

*Este trabalho é dedicado a todas as mulheres que me antecederam e me inspiraram; à minha ancestralidade e em especial, à minha mãe Paula Maria Quaresma Aguiar (in memoriam), exemplo de afeto, amor, alegria, amizade e força, que sempre me incentivou a ser livre e aceitar quem eu sou; me ensinou a correr atrás dos meus sonhos e a reconhecer o meu potencial e determinação. O meu amor e admiração eternos!*

## AGRADECIMENTOS

Eu gostaria de agradecer a toda ancestralidade; à energia do universo que me deu força e coragem para não desistir, apesar das dificuldades; e a todas as mulheres que lutaram e continuam lutando por igualdade de direitos. A todas vocês, minha gratidão e espero que possa somar sempre a essa luta.

À minha mãe, meu grande amor, por sempre ter sido a minha inspiração e ter me incentivado a ser quem eu quisesse ser e dar força aos meus sonhos. Ao meu pai por ter sempre me incentivado a estudar e ter me dado as oportunidades e ferramentas para isso, além de seu amor. À minha irmã por sempre ter sido amiga e companheira. Às minhas flores de Quaresmeira com quem eu sempre tive exemplos de mulheres incríveis, fortes, inteligentes e amorosas, cada uma do seu jeito. À toda a minha família pelo amor incondicional e apoio.

Às minhas amigas e meus amigos de toda uma vida e aquelas e aqueles adquiridos ao longo dessa caminhada por toda a troca de experiências, pela cumplicidade, por estarem ao meu lado na trincheira e por estarem comigo nos meus momentos de escape da dura realidade.

À professora Heloisa Teixeira Firmo, por ter aceitado ser a minha orientadora sempre com seu olhar atento, delicado e paciente para meu processo de elaboração desse trabalho. Por sempre permitir que eu pudesse seguir o caminho pelo qual a emoção desse trabalho me indicava, mas ao mesmo tempo sempre construindo comigo a melhor versão possível e mais responsável dessa dissertação.

Aos demais professores, pelos ensinamentos e pela oportunidade de desenvolvimento.

Aos colegas de turma, pelas risadas, pelas trocas, pelos lanches compartilhados e por incentivarem que, muitas vezes, eu saísse da minha bolha e pudesse ter outra perspectiva de algumas questões.

À todas as pessoas que se disponibilizaram e usaram um pouco do seu tempo valioso para revisarem, formatarem e contribuírem com o meu trabalho. Eu tenho certeza que o meu trabalho tem uma porção do amor e de carinho de cada uma de vocês.

À Universidade Federal do Rio de Janeiro e a todas as universidades públicas por ainda resistirem apesar de tentativas contínuas de serem privatizadas ou sucateadas. Apesar de ainda serem espaços elitistas, são também espaços de resistência e de possibilidades para muitas pessoas.

Agradeço a todas as pessoas que lutam em movimentos sociais, em coletivos, individualmente. Que lutam! Mais do que nunca precisamos estar juntos e lutando! É preciso estarmos atentos e fortes!

O meu agradecimento especial vai para todas as mulheres com quem conversei ao longo da elaboração desse trabalho. À todas as agricultoras; às mulheres do coletivo Empório da Chaya pelo acolhimento, por aceitarem me receber e deixar que eu trouxesse um pouco das histórias delas para a minha análise e discussão da minha dissertação; pelo aprendizado; por me trazerem força e mais confiança para o meu projeto. Agradeço às mulheres do Grupo de Trabalho Mulheres da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ) por me aceitarem no grupo; por permitirem que eu as acompanhasse no encontro; pelos aprendizados diários compartilhados no grupo do WhatsApp, não só de uma sabedoria ancestral sobre as plantas, sobre agroecologia, sobre agricultura, mas também, sobre a sabedoria da vida. Eu aprendi muito com vocês!

Por fim, agradeço a oportunidade de poder estudar um tema que eu considero tão importante e busquei fazer o melhor que eu pude e honrar esse privilégio que me foi dado.



*“Companheira me ajuda  
Que eu não posso andar só,  
Eu sozinha ando bem  
Mas com você ando melhor”*

*Ciranda feminista de autora desconhecida*

## RESUMO

LAGO, Larissa Q. Mulheres na agroecologia no estado do Rio de Janeiro: protagonismo, autonomia e geração de renda. 2020. 160 f. Dissertação (Mestrado) – Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

As camponesas são pouco valorizadas pela sociedade e enfrentam dificuldades decorrentes tanto da própria condição da agricultura familiar em relação à sociedade, quanto em virtude de relações familiares patriarcais, com os próprios maridos, pais e outras pessoas. Neste estudo, investiga-se como a agroecologia permite contribuir para que essas camponesas possam buscar uma fonte de geração de renda e a sua emancipação, construindo maiores níveis de autonomia e conseqüentemente, diminuindo as relações de dependência e poder geradas pelo patriarcado. Diante desse cenário, no presente trabalho propõe-se analisar a ação das mulheres na

agroecologia no estado do Rio de Janeiro por meio da avaliação da atuação e organização dessas mulheres por intermédio do trabalho realizado no coletivo Empório da Chaya, assim como da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ). A organização dessas agricultoras mediante o coletivo, mesmo quando não promove uma geração de renda significativa dentro do orçamento dessas mulheres, incentiva seu fortalecimento enquanto mulheres e trabalhadoras, provocando diversas mudanças em sua autonomia social e política, fazendo com elas ocupassem espaços públicos, despertassem a sua autoestima e desenvolvessem outras habilidades e as colocassem em outro lugar para além da função que muitas ocupavam antes como donas de casa limitadas ao ambiente doméstico. Além disso, a organização das agricultoras por meio do Grupo de Trabalho Mulheres da AARJ vem permitindo que essas mulheres sejam fortalecidas e inspiradas a lutarem por seus direitos ao acesso à terra; à valorização do seu trabalho; à equidade de direitos entre homens e mulheres; a sua segurança física, psicológica e do seu patrimônio; entre outras pautas relevantes para as mulheres. Através do GT Mulheres AARJ, as suas integrantes se incentivam, ajudam, trocam informações, experiências, conhecimentos, sendo ali criado um importante espaço de segurança, afeto e cuidado. Desta forma, foi possível verificar que a Agroecologia permite espaço para que as mulheres se organizem, vivenciem os seus conhecimentos e sejam mais valorizadas e reconhecidas como agriculturas.

**Palavras-chave:** 1. Agroecologia; 2. Mulheres; 3. Geração de Renda; 4. Autonomia.

## ABSTRACT

LAGO, Larissa Q. Women in agroecology in the state of Rio de Janeiro: protagonism, autonomy and income generation. 2020. 160 f. Dissertation (Master) - Interdisciplinary Center for Social Development at the Federal University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

Rural women are undervalued by society and face difficulties arising both from the condition of family farming in relation to society and from patriarchal family relationships with their husbands, parents and other people. This study investigates how agroecology is a key contributor source of income generation and their emancipation, building higher levels of autonomy and, consequently, reducing the dependence and power relations generated by patriarchy. Within this scenario, in the present this work is proposed to analyse the action of women in agroecology in the state of Rio de Janeiro through the evaluation of the performance and organization of these women through the work carried out in the productive collective Empório da Chaya, as well as the Articulation of Agroecology of Rio de Janeiro (AARJ). The organization of these female farmers through a collective, even when it does not promote a

significant income generation to the budget of these women, encourages their strengthening as women and workers, causing several changes in their social and political autonomy, making them occupy public spaces, awakening their self-esteem, developing other skills and put them in a place other than the role that many previously held as housewives limited to the domestic environment. In addition, the organization of women farmers through the AARJ Women Working Group has enabled these women to be empowered and inspired to fight for their rights to access land; valuing your work; equity of rights between men and women; their physical, psychological and property security; among other relevant guidelines for women. Through the GT Women AARJ, its members encourage, help, exchange information, experiences, knowledge, creating an important space for safety, affection and care. Thus, it was possible to verify that Agroecology allows space for women to organize themselves, experience their knowledge and be more valued and recognized as farmers.

**Keywords:** 1. Agroecology; 2. Women; 3. Income generation; 4. Autonomy.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Encontro com a agricultora Dona Juju em Magé

Figura 2 - Encontro com a coordenadora do coletivo Empório da Chaya

Figura 3 - Localização do coletivo Empório da Chaya no município de Parambi (RJ)

Figura 4 - Via de acesso ao acampamento Marli Pereira da Silva

Figura 5 - A planta (*Cnidoscolus chaymansa*) plantada no Acampamento Marli Pereira da Silva.

Figura 6 - Receitas com Chaya realizadas no Acampamento Marli Pereira da Silva

Figura 7 - Reunião mensal do coletivo Empório da Chaya realizada no dia 01/06/2019

Figura 8 - Esquema de um agrossistema

Figura 9 - Agrofloresta cultivada pelo coletivo Empório da Chaya

Figura 10 - Roda de conversa no Quilombo do Bracuí realizada no dia 03/06/2019

Figura 11 - Oficina de receitas agroecológicas utilizando a Chaya e outras PANC realizada no dia 04/06/2019

Figura 11 - Roda de conversa sobre “Olhares femininos sobre as feiras – falando de economia solidária feminista e circulação” realizada no dia 04/06/2019

Figura 13 - Roda de conversa sobre o Quilombo do Campinho realizada no dia 05/06/2019

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAO: Associação de Agricultura Orgânica

AARJ: Articulação de agroecologia no estado do Rio de Janeiro

ABA-Agroecologia: Associação Brasileira de Agroecologia

ABIO: Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro

AMOQC: Associação de Moradores do Quilombo do Campinho

ANA: Articulação Nacional de Agroecologia

AS-PTA: Assessoria e Projetos em Agricultura Alternativa

ASPTA: Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa

ATER: Assistência Técnica e Extensão Rural

CATI: Coordenadoria de Assistência Técnica Integral

CF: Constituição Federal

CLT: Consolidação das Leis do Trabalho

CNA: Confederação Nacional da Agricultura

CONTAG: Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura

COONATURA: Cooperativa de Consumidores de Produtos Naturais

CUT: Central Única dos Trabalhadores

DNTR: Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais

EC: Emenda Constitucional do Teto dos Gastos

ECOFORTE: Programa de Fortalecimento e Ampliação das Redes de agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica

EMATER - RIO: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro

EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRAPA: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

ENA: Encontro Nacional de Agroecologia

FAO: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

FAPERJ: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

FETRAF: Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar

GAE: Grupo de Agricultura Ecológica/UFRRJ

GT: Grupo de Trabalho

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MAPA: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MIQCB: Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu

MMC: Movimento de Mulheres Camponesas

MMTRs: Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais

MST: Movimento dos Sem Terra

NIDES: Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social

OMS: Organização Mundial da Saúde

ONU: Organização das Nações Unidas

PAA: Programa de Gênero e Autonomia Econômica para as Mulheres Aquisição de Alimentos

PANC: Plantas Alimentícias Não Convencionas

PBF: Programa Bolsa Família

PESAGRO: Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro

PIB: produto Interno Bruto

PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar

PP: Políticas Públicas

PPGTDS: Programa de Pós-Graduação de Tecnologia para o Desenvolvimento Social PRONAF:  
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATEC: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SAF: Sistemas Agroflorestais

UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRRJ: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

# SUMÁRIO

|   |           |
|---|-----------|
| <b>1. INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>17</b> |
| 1.1 Apresentação .....  | 17        |
| 1.2 Objetivos .....   | 18        |
| 1.3 Abordagem metodológica .....  | 19        |
| 1.3.1 Reflexões necessárias às definições metodológicas .....                       | 20        |
| 1.3.2 Estratégia de revisão bibliográfica.....                                      | 23        |
| 1.3.3 Coleta de dados .....   | 24        |
| 1.3.4 Organização dos dados .....   | 28        |
| 1.3.5 Análise e discussão dos dados .....   | 28        |
| 1.4 Questão da Pesquisa .....   | 28        |
| 1.5 Aspectos Gerais de Agroecologia .....   | 29        |
| 1.6 Aspectos Gerais das Teorias feministas .....                                    | 33        |
| 1.7 O coletivo Empório da Chaya .....   | 36        |
| 1.8 Grupo de Trabalho Mulheres da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro.... | 42        |
| <b>2. MULHERES E O TRABALHO .....</b>   | <b>45</b> |
| 2.1 Breve histórico da relação da mulher com o trabalho.....                        | 45        |
| 2.2 Divisão sexual do trabalho: trabalho reprodutivo e trabalho produtivo .....     | 47        |
| 2.3 Autonomia social e política pelo trabalho .....                                 | 56        |
| 2.4 Autonomia das mulheres pela geração de renda .....                              | 71        |
| <b>3. AGROECOLOGIA .....</b>  | <b>77</b> |
| 3.1 Breve histórico da Agroecologia no Brasil .....                                 | 81        |
| 3.2 Agroecologia no Brasil e no estado do Rio de Janeiro .....                      | 86        |
| 3.3 Articulação Nacional de Agroecologia – ANA .....                                | 91        |
| 3.4 Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro – AARJ .....                      | 92        |
| <b>4. MULHERES NA AGROECOLOGIA .....</b>  | <b>94</b> |
| 4.1 Breve histórico das camponesas .....  | 94        |

|           |   |            |
|-----------|---|------------|
| 4.2       | Atuação na Agroecologia para visibilidade do trabalho das Mulheres .....                                    | 100        |
| 4.3       | Ecofeminismo e a Agroecologia: alternativa ao sistema hegemônico .....                                      | 106        |
| 4.4       | Grupo de Trabalho Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia .....                                    | 110        |
| 4.5       | As Mulheres na Agroecologia no Estado do Rio de Janeiro .....   | 111        |
| <b>5.</b> | <b>EXPERIÊNCIAS.....</b>  | <b>112</b> |
| 5.1       | Experiência do Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro .....         | 112        |
| 5.2       | O coletivo Empório da Chaya e o GT Mulheres da AARJ .....   | 120        |
| <b>6.</b> | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>   | <b>122</b> |
|           | <b>REFERÊNCIAS .....</b>  | <b>125</b> |
|           | <b>ANEXO I – Entrevistas semiestruturadas realizadas com as mulheres do coletivo Empório da Chaya. ....</b> | <b>136</b> |
|           | <b>ANEXO II – Entrevista complementar realizada com a coordenadora do coletivo Empório da Chaya. ....</b>   | <b>159</b> |

# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1 APRESENTAÇÃO

*meu coração sangra pelas irmãs em primeiro  
lugar sangra por mulheres que ajudam mulheres  
como as flores anseiam pela primavera*

Rupi Kaur (2017, p. 187)

Ser mulher e escrever sobre mulheres, ainda nos dias de hoje, é um ato político. Se eu estou aqui hoje finalizando essa dissertação é porque muitas antes de mim lutaram e até mesmo doaram a sua vida para que aqui eu estivesse. Quando decidi me inscrever no Programa de Mestrado, a única certeza que tinha é que gostaria de escrever sobre mulheres e o seu protagonismo tantas vezes abafado e subjugado aos homens. Eu gostaria de aproveitar a minha posição privilegiada de mulher branca, cisgênero e de classe média para promover o debate sobre temas que ainda hoje recebem menor destaque nas pautas acadêmicas e de alguns setores da sociedade. E por isso, foi e tem sido um processo constante de desconstrução e construção, de escuta, de reflexões e, sobretudo, muito respeito e admiração às mulheres, sobretudo aquelas menos privilegiadas, para que eu possa enxergar além da minha realidade, e entender a complexidade de situações nas quais as mulheres, principalmente as pretas, pobres e marginalizadas, sofrem ainda em tempos atuais.

A minha formação como bióloga pouco agregou nesse embasamento teórico e reflexão, mas vinda de uma família composta em sua maioria por mulheres, tendo uma forte influência educacional por parte de minha mãe para que eu fosse uma mulher forte e livre, as questões relacionadas ao ambiente feminino e ao feminismo sempre foram relevantes e presentes em minha vida, apesar de há alguns anos atrás eu não entender de forma consistente e com embasamento teórico a dimensão que as expressões “Feminismo”, “Sororidade”, “Dororidade” significam e o quanto é fundamental para o fortalecimento, a identidade e sobrevivência de nós mulheres.

Por isso, ao longo dos últimos seis anos, fui me identificando e reconhecendo como mulher feminista, buscando estudar e entender melhor as suas complexidades, vertentes e interseccionalidade, processo que é constante e contínuo, inclusive sobre compreender



privilégios, e saber o que é possível ser feito para abrir mão dessa posição e como lutar junto para que outras mulheres possam assumir os seus espaços de direito.

Desta forma, tomei a decisão de entrar no Programa de Pós-Graduação de Tecnologia para o Desenvolvimento Social (PPGTDS), para que eu pudesse ampliar a minha visão e acessar mais referenciais teóricos que embasassem essa minha busca por conhecimento sobre o feminismo.

A sugestão de estudar um grupo de mulheres atuantes na agroecologia surgiu durante uma disciplina e à medida que eu fui me envolvendo mais com o assunto, fui me apaixonando pelo tema. Assim, neste projeto de dissertação, pretende-se estudar como as mulheres estão sendo protagonistas dentro da agroecologia resultando em geração de renda e autonomia das mesmas.

Conforme discutido mais adiante, muitas vezes o trabalho das mulheres na agricultura familiar ainda é visto como “ajuda” ou complemento ao trabalho dos homens. No entanto, historicamente, as mulheres acabam sendo as maiores responsáveis pelo cuidado da família, uso de plantas medicinais e manutenção dos sistemas de cultivo mais sustentáveis, sendo a agroecologia uma alternativa para esse modo de cultivo. Por isso, pretendo destacar que minha dissertação reflete uma interdisciplinaridade fruto da minha trajetória como mulher estudante, pesquisadora e militante. Reflete também um enorme interesse em que o trabalho das mulheres, sobretudo aquelas mais invisibilizadas, seja reconhecido e valorizado pela importância que elas têm na economia, na política e formação desse país. Vale ressaltar que no dicionário<sup>1</sup>, o verbete invisibilizada(s)n significa “fazer com que algo ou alguém se torne invisível, não perceptível”. Desta forma, considero o fato de muitas vezes as mulheres trabalharem tanto ou mais do que os homens, mas terem o seu trabalho menos perceptível, menos valorizado por serem consideradas inferiores aos homens ou até mesmo por muitas vezes os trabalhos no ambiente doméstico, familiar e de cuidado serem considerados como uma obrigação natural da mulher e por isso, não dignos de reconhecimento. Esse tema será mais bem discutido ao longo dessa dissertação.

## 1.2 OBJETIVOS

---

<sup>1</sup>  
<https://www.dicio.com.br/invisibilizar/#:~:text=verbo%20transitivo%20direto%20e%20pronominal,invisibilizaram%20por%20falta%20de%20divulga%C3%A7%C3%A3o>. Acessado em 21/10/2020.

Como objetivo geral, este estudo visa diagnosticar e analisar a atuação das mulheres na agroecologia no estado do Rio de Janeiro como geração de renda e autonomia, a fim de identificar experiências e ações que permitam a visibilidade desse grupo.

Abaixo, apresento os objetivos específicos:

- Identificar, por meio de referenciais teóricos, dados que apresentem como as mulheres estão se organizando e atuando na agroecologia para geração de renda e autonomia;
- Analisar e discutir como as mulheres estão se articulando mediante o Grupo de Trabalho Mulheres da Articulação de Agroecologia no estado do Rio de Janeiro (AARJ); e
- Avaliar como estudo de caso a experiência agroecológica do coletivo Empório da Chaya em Paracambi, no estado do Rio de Janeiro.

### 1.3 ABORDAGEM METODOLÓGICA

Algumas etapas metodológicas foram propostas visando análise dos resultados obtidos, passando pela busca de abordagem aprofundada do tema e das ferramentas metodológicas e por uma estratégia de revisão bibliográfica, dialogada junto aos resultados obtidos por meio da aquisição dos dados empíricos desta pesquisa.

Os capítulos deste trabalho foram apresentados buscando uma melhor relação entre as reflexões, mudanças de perspectiva e retroalimentações dos componentes do estudo.

A dissertação começa com a introdução, uma narrativa pessoal da pesquisadora visando apresentar as motivações que levaram a querer estudar o universo das mulheres na agroecologia como protagonistas, em sua forma de autonomia e geração de renda. Além disso, são apresentadas as perspectivas teóricas, assim como os objetivos do estudo e sua abordagem metodológica.

Em seguida, seguem os capítulos nos quais os referenciais teóricos embasam e justificam a análise dos resultados obtidos nesta pesquisa.

A primeira parte da discussão teórica “Mulheres e o trabalho” aborda um breve histórico da atuação das mulheres no mercado de trabalho, a divisão sexual do trabalho, a autonomia social e política das mulheres, assim como a econômica.

O terceiro capítulo aborda questões sobre a agroecologia como um breve histórico, o cenário no Brasil e no estado do Rio de Janeiro e as articulações da agroecologia no âmbito nacional e estadual.

O quarto capítulo versa sobre as mulheres na agroecologia começando com um pequeno histórico, seguido pela discussão de como a agroecologia pode servir de cenário para a visibilidade do trabalho das mulheres, além de uma breve abordagem sobre o ecofeminismo e a agroecologia como alternativa para o sistema de produção hegemônico. Também é apresentado o Grupo de Trabalho (GT) das Mulheres, tanto em âmbito nacional quanto estadual e o cenário da realidade das mulheres agricultoras na agroecologia no Rio de Janeiro. Ao final do capítulo quatro é feito o relato de uma experiência junto ao GT Mulheres da AARJ; e a apresentação da relação entre o coletivo Empório da Chaya e o GT Mulheres da AARJ.

O quinto capítulo aborda as considerações finais seguido pelos referenciais teóricos utilizados.

É importante ressaltar que todos os dados coletados pela pesquisadora estão sendo utilizados mediante autorização via termo assinado das participantes.

### **1.3.1 Reflexões necessárias às definições metodológicas**

Em 2018, quando ingressei no mestrado, não havia definido o grupo de mulheres com o qual eu gostaria de trabalhar, e durante a disciplina Metodologias Participativas<sup>1</sup>, o professor Dr. Felipe Addor me questionou acerca do interesse do tema mulheres agricultoras, principalmente as agroecologistas, por ser um grupo de afinidade dentro do curso. Na época, eu tinha pouquíssimo conhecimento tanto sobre agroecologia quanto sobre a situação das mulheres agricultoras; entretanto, neste momento, fui buscar referenciais que pudessem me indicar se esse seria um assunto motivador. Minha surpresa foi encontrar um universo riquíssimo de estudo e, ao mesmo tempo, ainda pouco abordado sob a perspectiva da visão dessas mulheres e da sua autonomia por meio dos trabalhos realizados na agricultura.

A partir desse momento, foquei em identificar alguma professora que pudesse me orientar nesse tema, encontrando a professora Dra. Heloisa Firmo, cuja orientação tem sido de

---

---

<sup>1</sup> Disciplina de Programa de Mestrado do NIDES/UFRJ em Metodologias Participativas, cursada em 2018. Professor responsável: Dr. Felipe Addor.

extrema importância e aprendizado. Em seguida, levantei os coletivos de mulheres que atuavam na agroecologia e recebi a indicação de alguns que foram de grande relevância para o encaminhamento deste trabalho.

Tão logo definido o objeto de estudo, tornou-se necessário um aprofundamento da estratégia metodológica a ser utilizada para obtenção e análise dos dados.

A primeira etapa constou na busca de referenciais teóricos sobre ferramentas metodológicas mais bem aplicáveis para a minha pesquisa, além de conversar com mulheres agricultoras atuantes na agroecologia.

Desta forma, busquei referências de agricultoras que atuassem no estado do Rio de Janeiro e pudessem participar do meu estudo. A primeira agricultora que tive contato, e foi de grande importância no direcionamento do meu trabalho, foi a Dona Juju (**Figura 1**), de Magé e responsável pela Cozinha Colher de Pau.



Figura 1 - Encontro com a agricultora Dona Juju em Magé.  
Fonte: Acervo pessoal - Foto tirada em 08/12/2018.

O nosso encontro ocorreu no dia oito de dezembro de 2018 e, por meio de Dona Juju, comecei a entender a visão das mulheres agricultoras e agroecológicas que estão se organizando no estado do Rio de Janeiro; também conheci a Articulação de Agroecologia no Rio de Janeiro (AARJ) e o Grupo de Trabalho (GT) Mulheres dentro da AARJ.

Além disso, eu visava um contato mais próximo com algum coletivo de mulheres agricultoras na agroecologia para que pudesse analisar como esse coletivo e o trabalho na

agroecologia eram importantes para essas mulheres como geração de renda e autonomia, sendo esse um pressuposto identificado previamente mediante as leituras sobre o tema. Assim, no dia 30 de agosto de 2018, por intermédio da apresentação de um seminário sobre a intenção do meu tema de estudo como trabalho final da disciplina de Metodologias Participativas no espaço de comercialização do Movimento Sem Terra (MST), no bairro da Lapa, no centro do Rio de Janeiro, tive o primeiro contato com o coletivo Empório da Chaya.

A partir desse dia, obtive o contato telefônico da Áurea Andrea, coordenadora do acampamento Marli Pereira da Silva, em Paracambi, onde o coletivo Empório da Chaya está localizado, e iniciamos a minha apresentação e demonstração de interesse em conhecer o trabalho do coletivo e, em caso de interesse do grupo, elas seriam o Estudo de Caso da minha dissertação.

Desde o início da nossa comunicação, a Áurea Andrea foi muito receptiva e demonstrou interesse na divulgação do trabalho do coletivo por intermédio do meu estudo. Nós nos conhecemos, pessoalmente, a primeira vez, no dia 13 de abril de 2019, em uma roda de conversa no Favela Orgânica, um projeto no Morro da Babilônia sob responsabilidade da Regina Tchelly (**Figura 2**). Vale destacar que a Regina Tchelly é a idealizadora desse projeto que visa mudar a relação das pessoas com os alimentos por meio de palestras e oficinas sobre temas como consumo consciente, gastronomia alternativa, hortas em pequenos espaços e compostagem caseira surgido desde 2011.



Figura 2 – Encontro com a coordenadora do coletivo Empório da Chaya.  
Na foto, da esquerda para a direita, Marcelle Felipe da Instituição Verdejar; Áurea Andrea coordenadora do Coletivo Empório da Chaya; e Ana Ribeiro, Chef de Cozinha premiada.  
Fonte: Acervo pessoal - Foto tirada no Morro da Babilônia em 13/04/2019.

Nesta oportunidade, expus melhor o meu objeto de estudo e alinhei as expectativas quanto ao trabalho a ser realizado.

Após todos os acontecimentos previamente relatados, foram identificadas as melhores abordagens metodológicas que serão detalhadas, a seguir.

### 1.3.2 Estratégia de revisão bibliográfica

De acordo com Tozoni-Reis (2009), o levantamento e a revisão bibliográfica consistem em uma compreensão aprofundada do tema, por meio da leitura de obras que tratam do mesmo tema ou de assuntos similares ao da pesquisa. Por isso, segundo o autor, deve ser iniciada juntamente com a pesquisa e sua elaboração deve ser constante. Por isso, inicialmente, foi realizado um levantamento bibliográfico relevante à temática de estudo considerando como temas principais a agroecologia; o feminismo; e, as experiências de mulheres agricultoras, em especial, na agroecologia. A escolha dessa etapa como início do processo de pesquisa se encontra em consonância ao apresentado por Neto (2002), ao afirmar que essa dinâmica de busca por referenciais teóricos é fundamental para qualquer tipo de pesquisa por permitir articular conceitos e sistematizar a produção de uma determinada área de conhecimento. Além disso, visa criar questões por meio de um processo de incorporação e superação daquilo que já se encontra produzido. É importante ressaltar que as fontes foram pesquisadas por intermédio da ferramenta *Google Acadêmico*, revistas científicas, artigos e conversas com mulheres agricultoras na agroecologia.

### 1.3.3 Coleta de dados

A coleta de dados consiste no processo de conhecimento da realidade a ser interpretada por meio da busca de informações sobre os fenômenos investigados. Na pesquisa qualitativa, análise escolhida para este estudo, a busca pela qualidade e adoção de método mostra-se tão importante e eficaz quanto à quantitativa e, por isso, a coleta de dados merece atenção especial para que posteriormente os mesmos sejam analisados e interpretados, revelando novos conhecimentos sobre os fenômenos estudados (TOZONI-REIS, 2009).

Desta forma, após agendamento com a Andréa, no dia primeiro de junho de 2019, houve a visita no acampamento Marli Pereira da Silva, onde a pesquisadora participou de uma plenária do coletivo Empório da Chaya, que ocorre mensalmente em Paracambi, estado do Rio de Janeiro. Além disso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas (Anexo I) com as mulheres atuantes nesse coletivo.

No momento da pesquisa realizada em 2019, o perfil das seis mulheres acampadas e participantes do coletivo variou idade entre 39 e 73 anos; maioria preta; vivendo com seus maridos ou companheiros, sendo apenas uma viúva. A maioria possui apenas o Ensino Fundamental, tendo o maior número incompleto; apenas duas possuem o Ensino Médio completo. Todas possuem filhos ou filhas, porém apenas uma não vive com seu filho que já é casado e mora com sua família em outro local. Apenas duas declararam ter trabalhado com agricultura antes de participarem do acampamento. A maioria está no coletivo desde a sua fundação, há três anos e trabalha tanto no cultivo da Chaya, como na elaboração e venda dos produtos. Uma acampada mora com um filho de 38 anos portador de deficiência física.

É importante destacar que a escolha do coletivo Empório da Chaya deve-se ao fato das suas integrantes estarem acampadas há quase 10 anos, apesar de todas as dificuldades; cultivando de forma agroecológica e, inicialmente, o coletivo ter sido formado por iniciativa e apenas por mulheres.

Nessa visita, foram utilizadas duas ferramentas metodológicas: observação participante e as entrevistas semiestruturadas. De acordo com Tjora (2006), entrevistas e observação participante são técnicas que interagem entre si uma vez que a entrevista conduz o pesquisador para a observação, enquanto as observações podem sugerir os aprofundamentos necessários às entrevistas.

De acordo com Triviños (1987), a entrevista semiestruturada, além de favorecer a descrição dos fenômenos sociais e possibilitar sua explicação e compreensão como um todo, permite manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações. Desta forma, as entrevistas semiestruturadas possibilitaram um melhor planejamento da coleta de informações por meio de um roteiro com perguntas que visavam compreender melhor como as mulheres do coletivo Empório da Chaya atuavam relacionando com o tema de estudo desta pesquisa. Esse roteiro, além de coletar as informações básicas, serviu também como um meio para a pesquisadora se organizar para o processo de interação com as entrevistadas.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com as seis agricultoras que atualmente participam do coletivo. Vale destacar que o nome das entrevistadas foi mantido em sigilo nos trechos apresentados nesta dissertação para manter o seu anonimato.

Ressalta-se que os resultados obtidos por meio das entrevistas semiestruturadas com as integrantes do coletivo Empório da Chaya serão debatidos ao longo de todo o texto, incluindo os referências teóricos.

Em relação à Observação Participante, Gil (1999) e Sommer & Sommer (2002) o consideram um método de investigação que pode ser utilizado como uma etapa complementar de outros procedimentos investigativos. É um método que nos permite aceder a situações e eventos comuns, sendo difícil de captar por meio de entrevistas ou por meio de instrumentos de auto avaliação (ATKINSON & HAMMERSLEY, 2005; SILVERMAN, 2006; STRAND, OLIN, & TIDEFORS, 2015). Segundo Vogt (1999), a Observação Participante é um tipo de investigação no qual a pesquisadora participa como um membro do grupo que está estudando. Em alguns momentos, esta pesquisadora informou ao grupo que ela era uma observadora, bem como uma participante, e, às vezes, agiria como um membro comum. Durante a plenária do coletivo, realizada no dia primeiro de junho de 2019, eu apresentei a proposta da pesquisa e o interesse em analisar o trabalho realizado pelas mulheres do coletivo como geração de renda e autonomia delas. No entanto, eu também participei como observadora do evento podendo compreender melhor o funcionamento e a divisão do trabalho realizado por essas agricultoras, assim como algumas dificuldades do coletivo.

Em paralelo ao estudo do trabalho sobre o coletivo Empório da Chaya, busquei entender como o GT Mulheres da AARJ se organizava e as ações realizadas pelo grupo por intermédio do *WhatsApp*, pelo qual discutem temas relevantes, além de organizar e divulgar eventos e encontros, dentre outras atividades.

De acordo com Tereza Cristina Miranda (2017), a ferramenta do *WhatsApp* foi lançada em 2009 como um aplicativo de comunicação instantânea apenas para dispositivos móveis (smartphones e tablets). No entanto, atualmente, também pode ser utilizado em computadores pessoais por meio de navegadores de internet como o Google Chrome e o Mozilla Firefox. Como vantagens dessa ferramenta de comunicação, pode-se citar a gratuidade, sendo necessária apenas conexão com a internet para viabilizá-lo, o que pode ser feito de qualquer lugar; a possibilidade de criação de grupos de até 256 pessoas; envio ilimitados de mensagens contendo textos, fotos, áudios, vídeos, arquivos em Word, Excel, Power Point ou PDF, localização. Além disso, há a possibilidade de ligação por áudio e vídeo.



O aplicativo se destaca, de forma positiva, por estimular a utilização de uma linguagem mais informal, de forma instantânea, com maior espontaneidade e fluência constante de imagens, ideias e vídeos (MORAN, 2015).

Desta forma, foi possível aferir que o aplicativo tem sido uma importante ferramenta de comunicação e troca de saberes entre as mulheres do GT da AARJ, considerando que muitas delas estão distantes geograficamente e por isso, encontros recorrentes não seriam viáveis. Assim, semanalmente, elas dialogam sobre as pautas de relevância do grupo, trocam informações e articulam as ações do GT.

Apesar de estar acompanhando o grupo desde oito de dezembro de 2018, eu apenas participei ativamente com envio de mensagens a partir do dia 12 de abril de 2019. Essa demora se deu pela busca da melhor maneira de me apresentar ao grupo assim como a minha proposta de trabalho científico. Assim, em um primeiro momento, eu me apresentei, expus a ideia do meu trabalho e fiz algumas perguntas no grupo, por mensagens, mas, provavelmente, por não me conhecerem e terem muitas mensagens sendo trocadas, fazendo com que minhas mensagens não se destacassem, eu não obtive nenhum retorno. No dia 13 de abril de 2019, eu enviei para o grupo fotos do evento realizado no projeto Favela Orgânica, já que esse evento havia sido divulgado pelo GT Mulheres da AARJ.

No dia 20 de abril de 2019, enviei outra mensagem no grupo reforçando o objetivo do meu estudo e fazendo alguns questionamentos sobre o GT, mas obtive apenas um retorno de outra pesquisadora se colocando à disposição para conversar, mas ela tinha mais conhecimento sobre o GT da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

Diante do exposto, eu tentei contato via número particular com uma das organizadoras do grupo, mas ela me explicou que todas as informações são coletivas e elas possuem regras e restrições de divulgação de informações, mas que eu poderia participar do próximo encontro do GT Mulheres da AARJ, que foi realizado entre os dias 3 e 5 de junho de 2019, em Paraty, município da Costa Verde, no estado do Rio de Janeiro.

Com base no que foi apresentado por Vogt (1999) acima, onde o autor apresenta a Observação Participante como uma forma de investigação em que a pesquisadora pode participar como membro de um grupo ora como observadora, ora como participante, eu pude participar desse encontro em determinados momentos como membro do grupo, em outros eu me colocava mais em posição de observadora buscando coletar informações que me fizessem compreender melhor sobre o GT Mulheres da AARJ, enquanto um grupo de auto-organização feminina, as suas integrantes e a realidade das mulheres na agroecologia enquanto espaço de

autonomia, fortalecimento e gestão de renda. Desta forma, o acompanhamento e a análise desse evento foram de grande riqueza não só para este trabalho, mas também para o meu aprendizado pessoal. Nesse encontro, pude entender o funcionamento e da organização do GT Mulheres da AARJ, assim como compreender como as mulheres agricultoras agroecológicas vêm se organizando e articulando no estado do Rio de Janeiro.

Cabe ainda destacar que o contato e acompanhamento das ações e discussões do GT Mulheres da AARJ, que teve início em 08 de dezembro de 2018, se mantém até o momento, junho de 2020, por meio do grupo de *Whatsapp*.

Durante uma etapa prévia à conclusão desta pesquisa, na qualificação dia 30 de julho de 2019, muitos questionamentos foram realizados pela banca examinadora do projeto a fim de enriquecer o trabalho e elucidar algumas questões. As perguntas e sugestões se referiram principalmente ao andamento do processo do acampamento junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); o motivo pelo qual o acampamento preferiu permanecer naquele território, apesar de todas as dificuldades e a falta de certeza de um retorno positivo do governo quanto à posse da terra; quais articulações e parcerias o coletivo estava participando no momento da entrevista, sobre os cursos de capacitação que o coletivo participou junto ao MST; a relação do grupo junto à AARJ e ao GT Mulheres; o seu entendimento sobre o conceito de agroecologia e produção agroecológica; a percepção sobre a divisão sexual do trabalho; a representação do coletivo para a geração de renda das mulheres; assim como questões mais gerais de atualização sobre o coletivo. A fim de complementar as informações obtidas anteriormente, no dia 14 de dezembro de 2019, foi realizado um segundo encontro com a Áurea Andrea, coordenadora do coletivo Empório da Chaya, no qual foram realizadas perguntas mais relacionadas à organização do coletivo, o histórico e dados burocráticos do grupo, além de outras questões que precisavam ser mais bem compreendidas (Anexo II).

### **1.3.4 Organização dos dados**

Gomes (1998) afirma que categorizar resultados significa agrupar os elementos comuns, as ideias ou expressões “em torno de um conceito capaz de abranger tudo”. Desta forma, todas as entrevistas semiestruturadas foram transcritas assim como as observações obtidas durante a plenária realizada no coletivo Empório da Chaya e a participação no encontro do GT Mulheres da AARJ, buscando identificar ideias e assuntos em comum que pudessem viabilizar a análise dos dados obtidos.

### 1.3.5 Análise e discussão dos dados

De acordo com Tozoni-Reis (2009), essa etapa consiste em discutir, analisar e interpretar os dados coletados, organizados por temas e categorias, usando para isso as contribuições dos diferentes autores que escreveram sobre os mesmos temas ou temas próximos e previamente identificados mediante revisão bibliográfica. Essa etapa é de grande valia para o processo de pesquisa, pois é quando ocorre o relacionamento e a interpretação dos dados obtidos corroborando com a questão levantada por esta pesquisa. Assim, para cada conjunto de dados apresentados é necessário refletir sobre o que disseram os autores sobre isso: analisar os dados.

Nesta dissertação, optou-se por analisar e discutir os dados obtidos por meio das atividades de campo junto aos referenciais teóricos nos capítulos 2,3, 4 e 5.

## 1.4 QUESTÃO DA PESQUISA

De acordo com Aguiar *et al* (2009), a relação das mulheres com a agroecologia sempre foi estreita, tanto nas áreas de produção, beneficiamento e comercialização de alimentos ecológicos, quanto na geração e disseminação de conhecimentos. Segundo o autor, essas mulheres apresentam um olhar problematizador sobre a questão de acesso à terra e métodos de cultivo, fazendo uma leitura diferenciada da agricultura e propondo alternativas produtivas e econômicas frequentemente motivadas por questões ligadas à reprodução da vida.

De forma geral, Angela Maria Gomes (2009) traz a discussão de que os espaços denominados quintais estão associados aos cuidados femininos, principalmente nas áreas rurais, onde as atividades de produção e reprodução familiar refletem o que o modelo patriarcal deixou para o feminino, cristalizado no corpo das mulheres. Em relatos apresentados através de sua pesquisa, alguns entrevistados afirmaram que “quem mexe no quintal com as plantas é minha mulher”; “minha mãe planta tudo misturado”, “quem entende de planta de remédio somos nós, as mulheres; os homens só sabem capinar e arrancar os remédios falando que é mato”. Estes relatos reforçam um saber e aproximação das mulheres com o cuidado da terra e a promoção da biodiversidade. Como apresentado por Ana Maria Primavesi (2008):

a existência de uma vegetação diversificada no ecossistema natural é a necessidade de fornecimento de matéria orgânica diversificada que, por sua vez, fomenta o desenvolvimento de variadas formas de vida no solo, aumentando assim o leque de nutrientes mobilizados. Nesse sentido, a produtividade do ecossistema depende da

manutenção da diversidade vegetal que fornece as condições necessárias para a diversidade biológica nos solos (PRIMAVESI, 2008, p. 9).

No entanto, devido às relações desiguais de poder entre homens e mulheres, as mulheres veem seus saberes, experiências, e demandas sendo sistematicamente negligenciadas nos processos de desenvolvimento rural e urbano e nas tomadas de decisão.

Por isso, nesta pesquisa buscou-se compreender se a agroecologia, como movimento social e político, se configura em um espaço para discutir mudanças no sistema de produção atual e nas relações entre homens e mulheres tanto nos ambientes públicos quanto na divisão sexual do trabalho no recinto doméstico, assim como uma oportunidade de geração de renda, fortalecimento e autonomia das mulheres.

## 1.5 ASPECTOS GERAIS DE AGROECOLOGIA

De acordo com Caporal (2008), a agroecologia, mais do que simplesmente tratar sobre o manejo ecologicamente responsável dos recursos naturais, constitui-se em um campo do conhecimento científico que, partindo de um enfoque holístico e de uma abordagem sistêmica, pretende contribuir para que as sociedades possam redirecionar o curso alterado da coevolução social e ecológica, nas suas mais diferentes inter-relações e mútua influência.

Ao contrário das formas compartimentadas de ver e estudar a realidade, a agroecologia busca integrar os saberes históricos dos agricultores com os conhecimentos de diferentes ciências, permitindo, tanto a compreensão, análise e crítica do atual modelo do desenvolvimento e de agricultura, como o estabelecimento de novas estratégias para o desenvolvimento rural e novos desenhos de agriculturas mais sustentáveis (CAPORAL, 2008).

Desta forma, para esta pesquisa partiu-se do pressuposto de que a agroecologia é uma produção antagônica ao estabelecido pelo sistema capitalista, privilegiando e respeitando o ritmo e as características da sucessão ecológica do ecossistema e o meio ambiente, além da valorização dos saberes tradicionais dos agricultores.

De acordo com Assis (2002), a agroecologia surgiu na década de 1970 visando estabelecer uma base teórica para os diferentes movimentos de agricultura não convencional. Esta abordagem busca o entendimento de como funcionam os agroecossistemas complexos, bem como as diferentes interações presentes, tendo como princípio a conservação e a ampliação da biodiversidade dos sistemas agrícolas. Segundo o autor, a agroecologia é uma alternativa

proposta para minimizar a artificialização do ambiente natural pela agricultura, seguindo uma série de princípios e metodologias para estudar, analisar, dirigir, desenhar e avaliar agroecossistemas. A agroecologia utiliza-se de um diálogo entre os saberes tradicionais e científicos, com ferramentas, teorias e hipóteses próprias, o que permite trabalhar no âmbito dos agroecossistemas e no desenvolvimento de sistemas agrícolas complexos e diversificados.

Neste contexto, a Revolução Verde não apresentou resultados significativos quanto à diminuição de fome no mundo, além de ter causado diversos impactos ambientais decorrentes do uso excessivo e crescente de agrotóxicos e de monoculturas e consequências sociais devido a um desenvolvimento rural unidimensional focado apenas na produção e no lucro do investimento (WEZEL *et al*, 2009).

Assim, a agroecologia surge como uma forma de produção em oposição à Revolução Verde, não apenas por enfatizar a importância dos parâmetros agronômicos e ecológicos, como também das questões socioeconômicas, resgatando o fato de que a agricultura, além de ser um processo ecológico, é um processo social. Por isso, o desenvolvimento tecnológico deve estar alinhado a um processo amplo em que a tecnologia seja instrumento para um desenvolvimento rural que atenda às demandas sociais e econômicas (ASSIS, 2002).

Ainda de acordo com Caporal (2009), a agroecologia não só abrange uma forma de manejo ecologicamente responsável dos recursos naturais, como também constitui-se em um campo do conhecimento científico que, partindo de um enfoque holístico e de uma abordagem sistêmica, contribui para que as sociedades possam redirecionar o curso alterado da coevolução social e ecológica nas suas mais diferentes interrelações e mútua influência. De acordo com Norgaard e Sikor (2002), os cientistas, colocando-se na posição de detentores do conhecimento, pouco são capazes de ouvir o que as agricultoras e os agricultores têm a dizer, um saber legítimo associado à prática, mas que as premissas filosóficas da ciência convencional não incorporam dentro de sua construção do conhecimento, desvalorizando as experiências e as formas de aprendizagem desse grupo e, com isso, não são capazes de romper com a suposta superioridade da ciência convencional.

Como afirmam Guzmán y Ottmann (2004), os elementos centrais da agroecologia podem ser agrupados em três dimensões: a) ecológica e técnicoagronômica; b) socioeconômica e cultural; e c) sociopolítica. Tais dimensões não são isoladas e, inclusive, possuem interfaces que influenciam uma à outra, de modo que estudá-las, entendê-las e propor alternativas, necessariamente, supõe uma abordagem inter, multi e transdisciplinar.

Como afirma Ana Maria Primavesi (2008), a agroecologia se refere ao sistema natural de cada local, envolvendo o solo, o clima, os seres vivos, bem como as inter-relações entre esses

três componentes. Trabalhar ecologicamente significa manejar os recursos naturais respeitando a teia da vida. Sempre que os manejos agrícolas são realizados conforme as características locais do ambiente, alterando-as o mínimo possível, o potencial natural dos solos é aproveitado. Por essa razão, a agroecologia depende muito da sabedoria de cada agricultor desenvolvida a partir de suas experiências e observações locais. Segundo Primavesi (2008), o manejo agroecológico dos solos se baseia em cinco pontos fundamentais: Solos vivos e agregados (bem estruturados); Biodiversidade; Autoconfiança do agricultor; Proteção do solo contra o aquecimento excessivo, Impacto da chuva e o vento permanente; e Bom desenvolvimento das raízes.

Abaixo são apresentados os princípios da agroecologia, de acordo com Ana Maria Primavesi (2008):

- Os solos vivos e agregados (bem estruturados): um solo com a presença de variadas formas de organismos interagindo entre si e com os componentes minerais e orgânicos do solo. A variedade dos organismos que mobilizam os nutrientes necessários ao desenvolvimento das plantas;
- Biodiversidade: a manutenção de grande diversidade de plantas em uma mesma área é uma estratégia da natureza para construir maiores níveis de estabilidade na produção biológica. Outra razão para a existência dessa diversidade de vegetação no ecossistema natural é a necessidade de fornecimento de matéria orgânica diversificada que, por sua vez, fomenta o desenvolvimento de variadas formas de vida no solo, aumentando assim o leque de nutrientes mobilizados. Nesse sentido, a produtividade do ecossistema depende da manutenção da diversidade vegetal que fornece as condições necessárias para a diversidade biológica nos solos;
- Proteção do solo contra o aquecimento excessivo, o impacto da chuva e o vento permanente: para a proteção contra a insolação direta (aquecimento excessivo) e o impacto das gotas de chuva, os solos devem ser cobertos o máximo possível. Com a manutenção de uma cobertura permanente, nem que seja com uma camada de palha de dois centímetros de espessura, a água se infiltra com mais facilidade do que nos solos desnudos e compactados. Além disso, com o solo descoberto e sem proteção contra os ventos, a água que se infiltra é facilmente evaporada. Mas se essa evaporação é evitada com a cobertura do solo e com quebra-ventos, a água do solo pode se conservar ao alcance das raízes mesmo após longo período sem chuvas, propiciando produções significativamente maiores;

- Bom desenvolvimento das raízes: além da manutenção do solo bem estruturado e sem impedimentos físicos e/ou químicos ao aprofundamento das raízes, algumas medidas simples podem ser tomadas para que o sistema radicular das plantas cultivadas tenha um bom desenvolvimento e explore grande volume de solo, a saber a) o uso de um pau pontudo para fazer a covinha de plantio, orientando a raiz obrigatoriamente para baixo, b) a poda da raiz, c) evitar a deficiência de boro, uma vez que a falta desse micronutriente compromete o desenvolvimento da raiz.

Desta forma, a busca pela sustentabilidade nos meios rurais e da construção de outro modelo de desenvolvimento agrário fundamentado nas experiências da agroecologia coloca-se em meio a um conjunto de mudanças na produção, mais alinhada aos ciclos naturais das plantas; sociais, buscando a justiça social; e políticas, como forma de movimento social e político, visando a equidade, solidariedade, inclusão social, e, ainda que de forma pouco explícita, pelas mudanças nas relações de gênero (MORAES, 2010).

## 1.6 ASPECTOS GERAIS DAS TEORIAS FEMINISTAS

De acordo com Bell Hooks (2019), de uma forma simplificada, feminismo é um movimento que visa combater e acabar com o sexismo, exploração sexista e opressão contra as mulheres. Segundo a mesma autora, devido ao fato de a sociedade ocidental permanecer seguindo a cultura primordialmente “cristã”, muitas pessoas ainda acreditam que as mulheres foram criadas por Deus para serem subordinadas aos homens, sobretudo no ambiente doméstico. Assim, ainda que uma parcela das mulheres tenha conseguido alcançar uma posição no mercado de trabalho, e que muitas mulheres atualmente sejam responsáveis pelo sustento de suas famílias, o imaginário da sociedade é a lógica da dominação masculina.

O movimento feminista, desde o seu início, apresentou diferenças de interesses entre as suas ativistas. Vale destacar que, o movimento feminista contemporâneo irrompeu primeiro nos Estados Unidos, no final dos anos 1960 e em seguida na Europa, no início da década de 1970, difundindo-se pelo mundo inteiro, nas décadas de 1980 e 1990. Enquanto pensadoras reformistas enfatizaram a igualdade entre homens e mulheres; as revolucionárias não queriam apenas alterar o sistema existente para que as mulheres tivessem mais direitos, como visavam transformar aquele sistema para acabar com o patriarcado. Desta forma, a diferença de classes

e a maneira como isso divide as mulheres foi uma questão sobre a qual mulheres do movimento feminista falavam bem antes de discutir raça (BELL HOOKS, 2019):

Surgiram conflitos entre a visão reformista de libertação das mulheres dentro da estrutura de classes existente, e modelos mais radicais e/ou revolucionários, que clamavam por uma mudança fundamental na estrutura existente, para que modelos de reciprocidade e igualdade pudessem substituir antigos paradigmas. No entanto, à medida que o movimento feminista progredia e grupos privilegiados de mulheres brancas com alto nível de educação começaram a ter acesso ao poder de classe igual ao de seus companheiros homens, a luta de classe feminista já não era considerada importante (BELL HOOKS, 2019, p. 65).

Ainda de acordo com Hooks (2014):

Um preceito central do pensamento feminista moderno tem sido a afirmação de que “todas as mulheres são oprimidas”. Essa afirmação sugere que as mulheres compartilham a mesma sina, que fatores como classe, raça, religião, preferência sexual etc. não criam uma diversidade de experiências que determina até que ponto o sexismo será uma força opressiva na vida de cada mulher. O sexismo, como sistema de dominação, é institucionalizado, mas nunca determinou de forma absoluta o destino de todas as mulheres nesta sociedade (2014, p. 5).

Segundo esta autora, ser oprimida significa ausência de opções e é o principal ponto de contato entre o oprimido(a) e o opressor(a). Muitas mulheres nesta sociedade têm escolhas (por mais inadequadas que possam ser); portanto, exploração e discriminação são palavras que descrevem com mais precisão a sorte coletiva das mulheres (2019). Assim, é possível aferir que a exploração e a opressão sobre as mulheres não ocorrem de forma homogênea com todas as mulheres. As mulheres não brancas, pobres, periféricas, agricultoras, indígenas são as que mais sofrem com a opressão resultante do sistema patriarcal e capitalista.

Heleith Saffioti (2013) afirma que as classes sociais são permeadas pelas contradições entre gênero e raça. É notório que entre homens e mulheres da burguesia há uma solidariedade de classe, porque quando alcançam patamares de maior igualdade de direitos, ambos se beneficiam da apropriação da mais-valia de mulheres menos privilegiadas sócio e economicamente. O capitalismo não criou necessariamente a inferiorização social das mulheres, mas se aproveitou do grande contingente feminino e estimulou a disputa e, portanto, aprofundou a desigualdade entre os sexos.

De acordo com Conceição (2009), a militância do feminismo negro deslocou o debate que se dava entre marxistas e feministas sobre sexo e classe para outro plano e demonstrou não



se tratar apenas de uma questão de sexo e classe, uma vez que problematizam o feminismo colocando a questão: e a raça? Segundo esta autora,

(a) partir desse questionamento começa-se a se pensar na articulação de gênero, raça, e classe e nas diferenças entre mulheres, não, mas apenas nas desigualdades entre homens e mulheres, mas também entre mulheres e entre os homens. A partir dessa crítica, o gênero começa a ser pensado como um dos elementos constitutivos das relações sociais, que se articula com outras categorias importantes: classe, raça, etnia, idade, dentre outros, configurando situações de gênero específicas (2009, p. 742).

Em adição, é importante problematizarmos que as referências de costumes, de educação, de beleza, de cultura, de consumo e história são orientadas e alimentadas pelo padrão branco e eurocêntrico.

De acordo com Sueli Carneiro (2005), há um dispositivo que explicita as formas como o racismo penetra os diferentes campos da vida social e produz seus resultados, o que nos permite compreender como o racismo estrutura profundamente o escopo de democracia no Brasil, reduzindo a abrangência da cidadania por estar na base da criação e manutenção de preconceitos, ou seja, ideias e imagens estereotipadas e inferiorizantes acerca da diferença do outro e do outro diferente, justificando o tratamento desigual (discriminação).

Assim, é importante discutir que o racismo é um mecanismo de dominação pautado em processos que diferenciam, hierarquizam e subjagam grupos sociais considerados ideologicamente inferiores, assim como proporciona privilégios para aqueles tidos como superiores. Como se as características de determinados grupos fossem naturalmente diferentes e hierarquizadas, umas qualificadas como boas e outras como ruins (MUNANGA, 2004).

Ainda vale destacar que a ideologia do racismo afeta a prevalência de homicídios de negros, podendo ocorrer através da discriminação pela cor da pele que afeta a demanda por trabalho de negros para postos mais qualificados, ou bloqueio de oportunidades de crescimento profissional. Pelo lado da oferta de trabalho, o racismo cria determinados estereótipos negativos que afetam a identidade e a autoestima das crianças e jovens negros. Em última instância, o racismo reforçou, ao longo do tempo, o baixo status socioeconômico daquelas populações que foram largadas à sua própria sorte após a abolição, com baixa dotação de capital humano (CERQUEIRA; MOURA, 2013).

Em adição, a letalidade violenta de negros no Brasil associada à questão socioeconômica, em parte, já decorre da própria ideologia racista. Por outro lado, a perpetuação de estereótipos sobre o papel do negro na sociedade muitas vezes o associa a indivíduos perigosos ou criminosos, o que pode fazer aumentar a probabilidade de vitimização destes

indivíduos, além de fazer perpetuar determinados estigmas. O exemplo clássico dessa associação direta entre racismo e letalidade violenta pode ser dado pelo que é conhecido como racismo institucional, em que ações difusas no cotidiano de determinadas organizações do Estado terminam por reforçar o preconceito de cor (CERQUEIRA; MOURA, 2013).

Além disso, outra questão importante abordada por Bell Hooks (2019), diz que:

(a)inda que pensadoras feministas visionárias tenham compreendido nossa necessidade de um movimento feminista de ampla base, tal que aborde as necessidades de garotas e garotos, mulheres e homens, de todas as classes, até o momento não produzimos um *corpus* de teoria feminista visionária em uma linguagem acessível nem compartilhamos isso por comunicação oral. Hoje, em círculos acadêmicos, grande parte das muito celebradas teorias feministas são escritas em um jargão sofisticado que somente as pessoas com alto nível de educação conseguem ler. A maioria das pessoas em nossa sociedade não tem uma compreensão básica sobre o feminismo; não pode adquirir esse conhecimento através de uma grande quantidade e diversidade de material, como cartilhas de nível escolar, e outros, porque eles não existem. Precisamos criá-los, se quisermos reconstruir um movimento feminista que seja verdadeiramente para todo mundo. (2019, p. 159,160).

Ainda de acordo com Christine Delphy (1981), não há uma unanimidade quanto ao uso do conceito de patriarcado entre as teóricas feministas. Para as feministas socialistas, a opressão das mulheres se deve, em última instância, ao capitalismo, enquanto para as feministas radicais a opressão feminina deve-se ao sistema patriarcal. Para Heleieth Saffioti há ainda um desacordo entre as integrantes do feminismo marxista e aqueles que acreditam ser o patriarcado uma “[...] organização social de gênero autônoma, convivendo, de maneira subordinada, com a estrutura de classes sociais”.(1992). Mas a desconformidade na maneira como se faz referência ao conceito nos estudos feministas não é um problema para o uso do termo, desde que ele seja devidamente precisado (MORGANTE; NADER, 2014).

Assim, o movimento feminista de forma ampla busca contemplar as diferentes complexidades vivenciadas pelas mulheres. Por isso, com a elaboração dessa dissertação, espero poder colaborar, de alguma forma, para ampliar o espaço de voz para outras mulheres que não tiveram a mesma oportunidade e que, principalmente, o meu estudo tenha uma linguagem que possa ser acessada por todas aquelas mulheres que se sentirem interessadas em lê-lo.

## 1.7 O COLETIVO EMPÓRIO DA CHAYA

Para falar sobre o coletivo Empório da Chaya, é preciso entender como foi formado o Acampamento Marli Pereira da Silva, que tem como origem a ocupação de um terreno

improdutivo no município de Paracambi, no estado do Rio de Janeiro (**Figura 3**). O acampamento tem uma trajetória de quase uma década de permanência neste território e ainda busca a posse da terra, mantendo na organização do coletivo uma forma de geração de renda e autonomia.

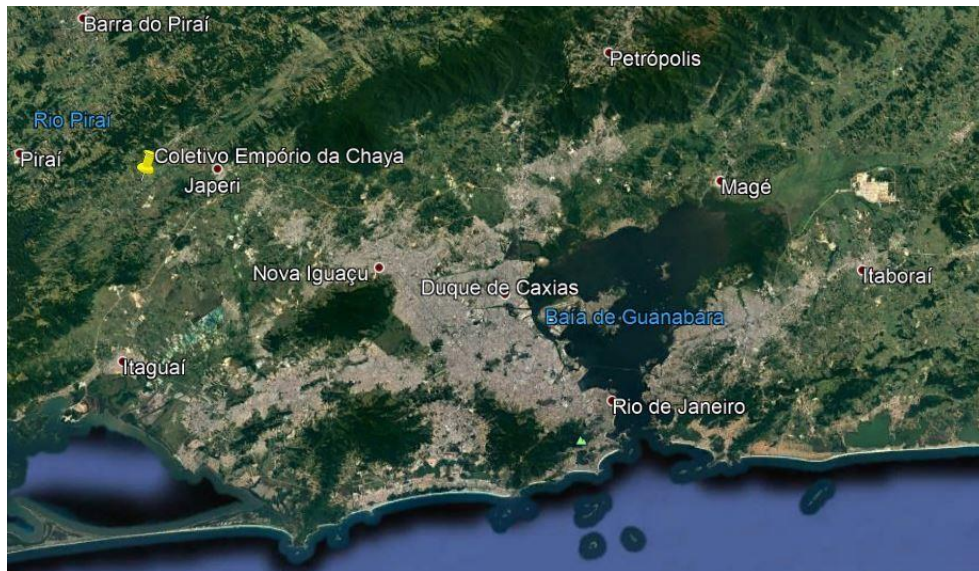


Figura 3 – Localização do coletivo Empório da Chaya no município de Paracambi, no estado do Rio de Janeiro.

Inicialmente, o processo de ocupação foi coordenado por lideranças femininas do MST e, por conta disto, recebeu o nome de Marli Pereira da Silva em homenagem a uma mulher de luta que nos anos 1980 ficou conhecida na Baixada Fluminense como “Marli Coragem<sup>3</sup>” (**Figura 4**). Segundo Boletim do MST (2014) e entrevista realizada com a coordenadora do acampamento realizado em 2019, a ocupação chegou a ter cerca de 150 famílias, a partir de 16 de agosto de 2009, quando teve seu início na Fazenda Rio Novo. O latifúndio já havia sido declarado improdutivo mediante laudo técnico emitido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), desde 2005, devendo ser destinado para a Reforma Agrária.

<sup>3</sup> <http://boletimmstj.org.br/>  
Acessado em 18 de n



[festa-em-paracambi/](http://www.festa-em-paracambi/).

Figura 4 – Via de acesso ao acampamento Marli Pereira da Silva  
Fonte: Acervo pessoal - Foto tirada em 01/06/2019.

Segundo a coordenadora do acampamento, após um mês de ocupação foi emitida a decisão que determinou a reintegração de posse do imóvel e, conseqüentemente, o despejo das famílias ocupantes para a beira da estrada. Após mais de nove anos de resistência, apenas poucas famílias seguem na luta por esse território e o acampamento optou por se desvincular do MST. Segundo a coordenadora do acampamento, o movimento considerou que não seria estratégico permanecerem no acampamento devido à pouca perspectiva de ganho da posse da terra e, por este motivo, houve grande evasão das famílias para outros assentamentos. Além disso, o MST mostrou-se preocupado com a nova conjuntura política do país, principalmente após a eleição do atual presidente Jair Bolsonaro, que desde sua campanha eleitoral hostiliza os movimentos sociais e políticos, e considerou o acampamento inseguro por estar ocupado apenas por poucas famílias e em local afastado do centro de Paracambi.

Assim, o movimento fez uma reunião com as famílias que ainda estavam acampadas e apresentou a posição da organização que não poderia garantir a segurança dos que permaneceram e ofereceu a possibilidade de serem assentados em outros territórios, como Quatis, Tinguá ou Macaé, todos no estado do Rio de Janeiro. No entanto, algumas famílias optaram por ficar pelo fato de possuírem familiares que moram próximo ao acampamento e, quando necessário, contarem com este apoio familiar. Além disso, havia pessoas que já estavam acostumadas com o acampamento que também decidiram permanecer no território. Segundo a coordenadora, como no acampamento as residências ficam mais próximas umas das outras, este é um lugar mais seguro para mulheres que vivem sozinhas, por exemplo. Ela ainda informou

que em Quatis, por exemplo, o gasto de deslocamento é muito alto e “você ter um lote perto de algum familiar que pode te ajudar é muito importante e isso faz diferença no final”.

De acordo com a coordenadora do acampamento, este estava em processo avançado para se tornarem assentamento, porém os recursos financeiros do INCRA foram bloqueados, não havendo mais verba para indenização do fazendeiro.

Em entrevista pessoal no dia 14/12/2019, a responsável pelo acampamento informou que foi feita outra vistoria de última instância pelo INCRA para constatar a possibilidade de haver o assentamento, porém, Áurea Andrea ainda não sabia informar se o processo havia sido encaminhado para Brasília.

Em conversa com a coordenadora do acampamento, ela afirmou ainda que tanto ela como as famílias que permaneceram no território ainda possuem esperança, ainda que cientes das dificuldades, que o processo avance para que seja criado o assentamento. Segundo ela, enquanto não negarem o título da terra e for possível permanecerem acampadas, estarão ali.

Inicialmente, no acampamento as mulheres faziam artesanato com cabaças, argila, jornal e biscuit, porém nem todas possuíam aptidão para trabalhos manuais, acarretando pouco retorno financeiro. Sendo assim, a culinária surgiu como uma boa ideia para a geração de trabalho e renda. As acampadas procuraram capacitação na Escolinha de Agroecologia de Nova Iguaçu, vinculada à Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento do estado do Rio de Janeiro.

Desta forma, as mulheres do acampamento conheceram uma planta chamada Chaya (*Cnidoscolus chaymansa* - **Figura 5**) por intermédio de uma caravana agroecológica da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS.PTA). A planta foi apresentada às moradoras do acampamento por conta da sua característica nutritiva, embora tenha sido ressaltada a necessidade de determinados cuidados devidos à toxicidade. Dessa forma, deu-se início o cultivo da Chaya no acampamento. Após algum tempo, a região enfrentou um grave período de seca (cerca de quatro meses), resultando na perda total da produção de hortas. No entanto, a Chaya foi a única planta que resistiu à seca e, a partir desse momento, as acampadas decidiram experimentar o aproveitamento das folhas que antes eram apenas utilizadas em suco e refogados.



Figura 5 – A planta (*Cnidoscolus chaymansa*) no Acampamento Marli Pereira da Silva. Fonte:Acervo pessoal - Foto tirada em 01/06/2019.

As mulheres foram experimentando e criando diversas receitas como bolo, geleia, picles de Chaya, pão, sacolé, mousse, crepioca, panqueca, entre outras (**Figura 6**). Surgindo assim, em dezembro de 2016, o coletivo feminino Empório da Chaya.



Figura 6 – Receitas com Chaya realizadas no Acampamento Marli Pereira da Silva. Fonte: Áurea Andrea/ Acervo pessoal - Foto tirada em 01/06/2019.

Vale destacar que as mulheres que começaram a atuar no coletivo Empório da Chaya tiveram esse incentivo adicional para permanecerem no acampamento Marli Pereira.

Na criação do coletivo, este era composto apenas por mulheres. No entanto, devido à elevada evasão do acampamento e, hoje em dia, ter apenas um pequeno grupo atuando, houve

o acordo que quatro homens se juntariam ao grupo, que ainda é protagonizado por mulheres. Atualmente, as integrantes do coletivo o veem como uma forma de divulgar o acampamento e alcançarem o objetivo de serem assentadas, além de ser uma fonte de geração de renda e autonomia.

O coletivo já foi composto por 30 mulheres, porém a maioria saiu do acampamento na medida que conseguiu seu lote de terra definitivo em outros assentamentos. Hoje, o coletivo conta com a participação de apenas seis integrantes mulheres.

Em 2017, o coletivo ganhou o Prêmio Consulado da Mulher, sendo contemplado com uma quantia que ajudou na compra de materiais e pequenas melhorias na cozinha comunitária, fora um serviço de assessoria por dois anos. O prêmio Consulado da Mulher é uma ação social em parceria com a empresa Cônsul e a assessoria contou com o suporte de duas técnicas que auxiliavam o coletivo com noções básicas de precificação, propaganda e marketing, normas básicas de higiene e qualquer outra demanda técnica que surgisse ao longo desses dois anos.

Mesmo diante desses entraves marcados pela diminuição significativa do número de mulheres que atualmente participam do coletivo, a falta de infraestrutura do acampamento e do acesso à posse da terra devido ao processo burocrático junto ao INCRA, e a dificuldade na comercialização e no escoamento da produção, o coletivo, por meio dos cursos realizados e do empenho das participantes, consegue oferecer produtos de qualidade com segurança alimentar. A saída do MST fez com que diminuísse a oferta de participação em feiras, mas conseguiram atuar em outros espaços que permitem as vendas. Os produtos do Empório da Chaya podem ser encontrados em feiras na Praia Vermelha e na Lapa (Feira da Fundação), na cidade do Rio de Janeiro, além de feiras nas cidades de Nova Iguaçu, Paracambi (no Polo das Artes inaugurado em maio de 2019) e Nilópolis. Por último, conseguiram um espaço em Ipanema, também na cidade do Rio de Janeiro.

Mensalmente, há reuniões para tomadas de decisão coletivas sobre o acampamento e o coletivo e as votações ocorrem apenas quando há pelo menos metade do quantitativo de acampados presente na reunião (**Figura 7**). Vale destacar que qualquer acampado pode acrescentar pautas nas reuniões mensais quando essa for de relevância para o coletivo.



Figura 7 – Reunião mensal do coletivo Empório da Chaya realizada no dia 01/06/2019.

Fonte: Acervo pessoal - Foto tirada em 01/06/2019

A coordenadora do acampamento ressaltou que a visibilidade do coletivo, além de ajudar as mulheres, também pode ser uma forma de pressionar as instituições responsáveis, como o INCRA, para um olhar mais atencioso às questões referentes à Reforma Agrária. O coletivo almeja formar uma cooperativa após a conquista da terra podendo assim se legalizar.

Assim, por intermédio da experiência do coletivo Empório da Chaya foi possível analisar e discutir questões importantes para esta pesquisa.

## 1.8 GRUPO DE TRABALHO MULHERES DA ARTICULAÇÃO DE AGROECOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

De acordo com o *site* da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), esta é um espaço de articulação e convergência entre movimentos, redes e organizações da sociedade civil brasileira engajadas em experiências concretas de promoção da agroecologia, fortalecimento da produção familiar e construção de alternativas sustentáveis de desenvolvimento rural. Atualmente, a ANA articula vinte e três redes estaduais e regionais, que reúnem centenas de



grupos, associações e organizações não governamentais em todo o país, além de quinze movimentos sociais de abrangência nacional (ANA, 2018).

A ANA se organiza por meio de grupos de trabalho (GTs) e coletivos dos quais participam as organizações e redes que desenvolvem trabalhos nos temas e assuntos de relevância dos GTs e dos coletivos. Esses espaços de intercâmbio de experiências e de formulação de propostas e negociação de políticas públicas, permanentemente são abertos à participação de interessados/as. Atualmente, os seguintes GTs estão ativos: Biodiversidade, Mulheres e Ater (Assistência Técnica e Extensão Rural), Coletivo de Agricultura Urbana e Coletivo de Comunicadores.

As mulheres sempre tiveram um papel fundamental na construção da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e, em virtude da importância do debate sobre o protagonismo das mulheres na agroecologia, foi criado em 2004 o Grupo de Trabalho Mulheres da ANA (GT Mulheres), adotando uma estratégia baseada em duas linhas de ação complementares. A primeira consiste na incorporação do debate de gênero em todas as instâncias organizativas da ANA, em nível nacional e regional, e na atuação junto aos outros GTs da articulação. A segunda se expressa pela intervenção nos espaços de formulação de políticas públicas, buscando valorizar as experiências que as mulheres vêm desenvolvendo nos diferentes contextos socioambientais do país (CARDOSO; RODRIGUES, 2009).

Inspiradas no GT Mulheres da ANA, o Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (GT Mulheres da AARJ) foi criado em 2013, durante o II Encontro Nacional de Agroecologia, e conta com agricultoras das regiões Metropolitana, Serramar, Costa Verde, Serrana, Norte e Médio Paraíba do estado. O GT Mulheres da ANA visa promover ambientes de formação e intercâmbio e o grupo se articula em prol da união e da visibilidade das mulheres nos espaços da agroecologia e da agricultura familiar, que resiste à conjuntura política atual e a um modelo de desenvolvimento hegemônico cada vez mais ameaçador (AARJ, 2019).

A Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro é um movimento de organizações da sociedade que a partir da identificação, sistematização e mapeamento de experiências procura se articular no estado com o objetivo de fortalecer as iniciativas agroecológicas (AARJ, 2019).

É importante destacar que a sistematização e o intercâmbio de experiências agroecológicas protagonizadas por mulheres compõem as principais estratégias adotadas pelo GT Mulheres da AARJ. O incentivo à sistematização e reflexão sobre as experiências, bem como a promoção de eventos de intercâmbio entre agricultoras e técnicas, além de trocas de

experiências no plano metodológico, são instrumentos essenciais de fortalecimento da agroecologia ao nível local. Como os intercâmbios envolvem projetos e protagonistas diferenciadas, há a possibilidade de interação entre as múltiplas redes visando conhecer e debater diferentes estratégias de gestão de processos de promoção do desenvolvimento, refletindo sobre a prática, organizando os conhecimentos produzidos e incentivando os coletivos mutuamente, ampliando a eficiência de cada um (CARDOSO; RODRIGUES, 2009).

Vale destacar que o GT Mulheres da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro possui encontros sistemáticos, como, por exemplo, encontros anuais com as mulheres do estado do Rio de Janeiro e os regionais mais frequentes, de acordo com as demandas dos grupos (Encontro do GT Mulheres da AARJ, 2019).

Além disso, elas possuem um grupo do GT Mulheres da AARJ no aplicativo *WhatsApp*, em que esta pesquisadora participa desde oito de dezembro de 2018, no qual organizam e compartilham os eventos, trocam informações e conhecimentos, conforme já mencionado.

## 2. MULHERES E O TRABALHO

Historicamente, as mulheres nunca foram alheias ao trabalho e sempre estiveram diretamente ocupadas na agricultura e na produção de bens e serviços. Em todas as épocas e lugares, elas têm contribuído para a subsistência de sua família e para a economia (SILVIA FEDERICI, 2017).

Antes da Revolução Agrícola e Industrial, as mulheres ocupavam um papel fundamental nas atividades agrícolas, como o cuidado com as plantações, produção de sementes e melhoramento das espécies de plantas. Além disso, elas também atuavam nas manufaturas, nas minas, em comercialização de produtos, fermentação de cerveja, atividades domésticas, dentre outros (Idem, Ibidem).

No entanto, conforme mais bem discutido adiante, com os acontecimentos sociais, políticos e econômicos, como a mecanização do campo e o estabelecimento do sistema capitalista, a relação das mulheres com o trabalho e a divisão sexual das tarefas realizadas foram sofrendo alterações.

### 2.1 BREVE HISTÓRICO DA RELAÇÃO DA MULHER COM O TRABALHO

O mundo contemporâneo encontra-se em constantes e profundas transformações, alterando rapidamente as perspectivas de geração de emprego e renda. Após a Revolução Industrial, fatores como o crescente processo de globalização, os avanços tecnológicos, o crescimento da informática, o *downsizing*<sup>2</sup> e as megafusões das empresas e a redução da intervenção do estado do setor público, têm resultado em desemprego em massa e reconfigurações da estrutura do trabalho em diferentes partes do mundo (KAUFMANN, 2002). Embora este cenário de desemprego e vulnerabilidade seja encontrado em diversos locais do mundo, é importante destacar que alguns grupos sociais são mais vulneráveis frente aos vários problemas sociais existentes. Entre estes grupos se destacam as minorias étnicas, LGBTQ+ e as mulheres (PAULA, C. E. A., et al., 2017).

---

<sup>2</sup> O *downsizing* é o conjunto de práticas administrativas que visam diminuir gastos, eliminar processos desnecessários e aumentar a eficiência de uma empresa de forma geral. O próprio termo, que significa “redução”, dá uma ideia sobre a natureza do downsizing – já que este faz uma reestruturação de tudo aquilo que pode prejudicar o crescimento e desenvolvimento da empresa. Fonte: Suno Research, Disponível em: <<https://www.sunoresearch.com.br/artigos/downsizing/>>. Acessada em 13/07/2019.

---

A situação das mulheres dentro desse contexto histórico aponta que foram submetidas a discursos moralistas provenientes de uma sociedade patriarcal, que tentou impor a elas diversos tipos de restrições, dentre os quais podemos citar o campo de trabalho. Assim, além de serem submetidas a salários mais baixos quando comparados aos homens, ainda encontram dificuldades em ocupar posto de comando em empresas, espaços públicos e políticos (HIRATA; KERGOAT, 2014), conforme afirma Heleieth Saffioti, a seguir:

Assim, nas sociedades pré-capitalistas, embora jurídica, social e politicamente seja a mulher inferior ao homem, ela participa do sistema produtivo, desempenha, portanto, um relevante papel econômico. Este papel, entretanto, na medida em que é menos relevante que o do homem, se define como subsidiário no conjunto das funções econômicas da família. Enquanto a produtividade do trabalho é baixa (isto é, enquanto o processo de criação da riqueza social é extremamente lento) não se impõe à sociedade a necessidade de excluir as mulheres do sistema produtivo. Seu trabalho é ainda necessário para garantir a ociosidade das camadas dominantes. Todavia, o processo de sua expulsão do sistema produtivo já está esboçado na forma subsidiária assumida pelo seu trabalho. Tanto na economia feudal quanto na economia de burgo, e sobretudo nesta última, que prepara o advento da economia urbana, fabril, o emprego da força de trabalho feminina encontra sérias barreiras. Impedindo a penetração das mulheres ou oferecendo-lhes as posições subalternas e menos compensadoras, as corporações de ofícios, mais do que a economia agrária da época medieval, conduzem o processo de marginalização da mulher do sistema produtivo a uma etapa mais avançada (2013, p. 64).

No início do século XX, com o aumento do acesso à educação formal e um maior envolvimento das mulheres nos movimentos sociais, elas começaram a conquistar mais direitos civis e políticos e, conseqüentemente, aumentaram sua participação no mercado de trabalho mundial, inclusive no Brasil. Segundo dados do IBGE referentes a seis regiões metropolitanas do país, em janeiro de 2008 havia 21,2 milhões de pessoas ocupadas e as mulheres representavam 44,4% desse contingente, isto é, 9,4 milhões. Se comparado com o mesmo período em 2003, havia 20,8 milhões de pessoas ocupadas, sendo que as mulheres representavam 42,7%, ou seja, 8,8 milhões (IBGE, 2008). Tal crescimento está associado ao maior nível de escolaridade feminino, apontando predomínio daquelas que possuem 11 anos ou mais de estudo, representando 59,9% em janeiro de 2008 e 51,3% em janeiro de 2003 (IBGE, 2008). Vale destacar também que ao longo desse processo de transição demográfica é possível observar a redução do número de filhos por mulher e uma maior expectativa de autonomia econômica e realização pessoal.

Apesar desses avanços e do aumento da participação das mulheres nas tomadas de decisão na sociedade, não foi suficiente ainda para que as mulheres alcançassem a equidade no

mercado de trabalho (MELO, 2018). Em contradição a esses dados que apontam que a escolaridade das mulheres é comparativamente mais elevada do que a dos homens, as condições e oportunidades de trabalho e a remuneração tendem a ser inferiores.

Em adição, vale destacar que as transformações vêm acontecendo há alguns anos, no entanto, direcionadas às mulheres brancas e mais privilegiadas socioeconomicamente. Um outro grande número de mulheres continua desprovida dos arsenais de que as classes dominantes são possuidoras. Dessa forma, algumas práticas se fazem necessárias para tornar viável a autonomia de mulheres que compõem classes sociais menos favorecidas, como acesso maior ao sistema educacional formal e medidas que permitam a permanência dessa mulher no ambiente escolar, além de mudanças culturais no sentido de redimensionar os papéis sociais da mulher.

## 2.2 DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: TRABALHO REPRODUTIVO E TRABALHO PRODUTIVO

De acordo com a escritora Judith Butler (2006), o gênero é uma forma de regulação social. Há diversos dispositivos específicos de regulação, tais como legais, institucionais, militares, educacionais, sociais, psicológicos e psiquiátricos e eles são requeridos visando refletir sobre o modo pelo qual tais dispositivos são construídos e impostos aos sujeitos.

A mulher das camadas sociais diretamente ocupadas na produção de bens e serviços nunca foi alheia ao trabalho. Heleieth Saffioti (2013) aponta que, em todas as épocas e lugares, a mulher tem contribuído para a subsistência de sua família e para criar a riqueza social). Ainda de acordo com esta autora:

Nas economias pré-capitalistas, especificamente no estágio imediatamente anterior à revolução agrícola e industrial, a mulher das camadas trabalhadoras era ativa: trabalhava nos campos e nas manufaturas, nas minas e nas lojas, nos mercados e nas oficinas, tecia e fiava, fermentava a cerveja e realizava outras tarefas domésticas. Enquanto a família existiu como uma unidade de produção, as mulheres e as crianças desempenharam um papel econômico fundamental (SAFFIOTI, 2013, p. 7).

Com o desaparecimento da economia de subsistência que era predominante na Europa pré-capitalista, caracterizada pela complementariedade entre a produção e a reprodução, começaram a se destacar outras relações sociais que eram sexualmente diferenciadas (SILVIA FEDERICI, 2017). Ainda de acordo com esta autora:

No novo regime monetário, somente a produção-para-o-mercado estava definida como atividade criadora de valor, enquanto a reprodução do trabalhador começou a ser considerada como algo sem valor do ponto de vista econômico e, inclusive, deixou de ser considerada um trabalho. O trabalho reprodutivo continuou sendo pago — embora em valores inferiores — quando era realizado para os senhores ou fora do lar. No entanto, a importância econômica da reprodução da força de trabalho realizada no âmbito doméstico e sua função na acumulação do capital se tornaram invisíveis, sendo mistificadas como uma vocação natural e designadas como “trabalho de mulheres”. Além disso, as mulheres foram excluídas de muitas ocupações assalariadas e, quando trabalhavam em troca de pagamento, ganhavam uma miséria em comparação com o salário masculino médio. (FEDERICI, 2017, p. 145).

De acordo com Danièle Kergoata (2000), a divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo. Essa forma é adaptada historicamente e a cada sociedade e tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de fortes valores social e econômico agregados (políticas, religiosas, militares etc.).

De acordo com Angela Maria Gomes (2009), o papel deixado para a figura masculina é o de prover a partir da lógica do capital. Assim, os homens ficam responsáveis pelo cuidado dos cultivos de comercialização, que em muitos casos possui baixa biodiversidade, e as mulheres cuidam dos quintais. Nos quintais urbanos, a escolha das plantas e sua distribuição espelham o papel deixado para as mulheres: o cuidado da saúde da sua família. Por isso, geralmente, percebe-se nesses quintais a presença de ervas medicinais e o cultivo voltado para a alimentação, assim como o cuidado no preparo dos alimentos.

É importante destacar que entende-se por trabalho produtivo, dentro do sistema capitalista, aquele que produz mais-valia para o empregador ou que transforma as condições materiais de trabalho em capital e o dono delas em capitalista, referindo-se ao trabalho que resulta em serviços e bens que têm valor monetário dentro do sistema econômico capitalista. Como resultado, os produtores desses bens e serviços tornam-se assalariados. Segundo Karl Marx,

(o) trabalho produtivo, do ponto de vista da produção capitalista, é o trabalho assalariado que, ao trocar-se pela parte variável do capital, além de reproduzir esta parte do capital (ou seja, o valor de sua própria força de trabalho), produz mais-valia para o capitalista. Não existe outro procedimento para converter a mercadoria ou o dinheiro em capital, para produzir capital. O trabalho assalariado é o único que produz capital, o único que reproduz, incrementando-a, a soma desembolsada e fornece mais trabalho do que contém em forma de salário. É a força de trabalho, cujo produto excede seu próprio valor (1945, vol. I, p. 171).

Em contrapartida, o trabalho reprodutivo é aquele mais voltado ao cuidado, ao ambiente doméstico e à reprodução da vida, sendo este um elemento funcional para a manutenção do modo de produção capitalista, apesar desse tipo de trabalho majoritariamente não ser remunerado ou não ser realizado com o propósito de ganhar dinheiro.

De acordo com Silvia Federici:

O trabalho doméstico é muito mais do que limpar a casa. É servir aos assalariados física, emocional e sexualmente, preparando-os para o trabalho dia após dia. É cuidar das nossas crianças — os trabalhadores do futuro —, amparando-as desde o nascimento e ao longo da vida escolar, garantindo que o seu desempenho esteja de acordo com o que é esperado pelo capitalismo. Isso significa que, por trás de toda fábrica, de toda escola, de todo escritório, de toda mina, há o trabalho oculto de milhões de mulheres que consomem sua vida e sua força em prol da produção da força de trabalho que move essas fábricas, escolas, escritórios ou minas (SILVIA FEDERICI, 2019, p. 68).

No século XIX, quando as mudanças históricas chegaram ao auge com a criação do estereótipo da dona de casa em tempo integral, a posição das mulheres na sociedade e com relação aos homens foi redefinida. A divisão sexual do trabalho que emergiu daí, além de sujeitar as mulheres ao trabalho reprodutivo, também aumentou sua dependência em relação aos homens, permitindo que o Estado e os empregadores usassem o salário masculino como instrumento para dominar o trabalho das mulheres que ainda tiveram o seu trabalho invisibilizado. Dessa forma, a separação entre produção de mercadorias e reprodução da força de trabalho também tornou possível o desenvolvimento do uso capitalista do salário e dos mercados como meios para a acumulação de trabalho não remunerado (FEDERICI, 2017).

Ainda vale destacar que durante a Idade Média, na Europa, as mulheres haviam contado com muitos métodos contraceptivos, como ervas transformadas em poções e “preçários” (supositórios vaginais), que eram usados para estimular a menstruação em uma mulher, provocar um aborto ou criar condições de esterilidade. No entanto, com o incentivo de questões morais religiosas, a criminalização da contracepção expropriou as mulheres deste saber que havia sido transmitido de geração a geração, ao negar às mulheres o controle sobre seus corpos. O Estado privou as mulheres da condição fundamental de sua integridade física e psicológica, reduzindo a maternidade à condição de trabalho forçado, além de sujeitar as mulheres apenas à atividade reprodutiva de um modo desconhecido por sociedades anteriores (FEDERICI, 2017).

No Brasil, o saber produzido e guardado pela memória dá significação aos espaços dos quintais e das plantas nele inseridas. Significados e usos dados às plantas tornam-se, assim, os

elementos ou dados a serem coletados por meio de instrumentos para a leitura da realidade social das comunidades (GOMES, 2009).

Ainda de acordo com Angela Maria Gomes (2009), o conhecimento transmitido por meio da oralidade durante a infância e a juventude teve fundamental importância na maneira de algumas pessoas conviverem com as plantas mesmo em espaços urbanos, seja nos terreiros ou nos quintais. Segundo esta autora,

Nos quintais urbanos, a escolha das plantas e sua distribuição espelham o papel deixado para as mulheres: cuidar da saúde da família. Essa função é percebida pela presença de ervas medicinais, como babosa, algodão e capim-cidreira, ou pelo cuidado com a alimentação, refletido no cultivo de olerícolas e outras plantas alimentares, como tomate, figo, quiabo, mamão, limão e cidra. Não podemos deixar de acrescentar que o cuidado no preparo dos alimentos também é sentido através da presença nos quintais de condimentos, como erva-doce, alfavaca, salsinha, cebolinha e coentro (GOMES, 2009, p. 153).

Quando as mulheres sendo privadas do controle de seus corpos, sem o uso de contraceptivos, ficavam constantemente aos cuidados dos filhos e do ambiente doméstico, sendo esse uma importante ferramenta de domínio da sociedade patriarcal sobre as mulheres.

As mulheres haviam perdido espaço inclusive nas ocupações nas quais anteriormente elas eram as responsáveis, como a fabricação de cerveja e a realização de partos, em que seu emprego estava sujeito a novas restrições mercado (FEDERICI, 2017). Ainda de acordo com Silva Federici:

As proletárias, em particular, encontraram dificuldades para obter qualquer emprego além daqueles de status mais baixos: como empregadas domésticas (a ocupação de um terço da mão de obra feminina), trabalhadoras rurais, fiandeiras, tecelãs, bordadeiras, vendedoras ambulantes ou amas de leite. A partir desse momento, começou a ganhar força a suposição de que as mulheres não deviam trabalhar fora de casa e que tinham apenas que participar na “produção” para ajudar seus maridos. Dizia-se até mesmo que qualquer trabalho feito por mulheres em sua casa era “não trabalho” e não possuía valor, mesmo quando voltado para o mercado (2017, p.182).

A mesma autora ainda acrescentou que, rapidamente, todo o trabalho feminino, quando realizado em casa, seria definido como “tarefa doméstica”, desconsiderando a sua função como trabalho. E, até mesmo quando o trabalho era realizado fora de casa, era pago à mulher um valor inferior ao pago pelo trabalho masculino, impossibilitando que as mulheres pudessem sobreviver dele. Assim:

O casamento era visto como a verdadeira carreira para uma mulher, e a incapacidade das mulheres de sobreviverem sozinhas era algo dado como tão certo que, quando uma mulher solteira tentava se assentar em um vilarejo, era expulsa, mesmo se ganhasse um salário (FEDERICI, 2017, p.184).



Desta forma, a partir da aliança entre os artesãos e as autoridades das cidades, junto com a contínua privatização da terra, criou-se uma nova divisão sexual do trabalho que limitavam as mulheres apenas como mães, esposas, filhas e viúvas, assim ocultando a sua condição de trabalhadoras, enquanto dava aos homens livre acesso aos corpos das mulheres e, ainda, exploravam o seu trabalho e o de seus filhos (FEDERICI, 2017).

Ao serem marginalizadas e impedidas de assumirem os ofícios assim como desvalorizadas quando responsáveis pelo trabalho reprodutivo, a pobreza foi feminilizada e, para institucionalizar as relações de poder dos homens sobre o trabalho feminino, foi construída uma nova ordem patriarcal, tornando as mulheres duplamente dependentes: de seus empregadores e dos homens. É possível aferir que as relações de poder desiguais entre mulheres e homens existem mesmo antes do advento do capitalismo, assim como uma divisão sexual do trabalho discriminatória. No entanto, na Europa pré-capitalista, como as mulheres ainda tinham acesso às terras, a subordinação das mulheres aos homens esteve atenuada, enquanto, no novo regime capitalista, as próprias mulheres se tornaram bens comuns, dado que seu trabalho foi definido como um recurso natural que estava fora da esfera das relações de mercado (idem, *ibidem*). Federici diz que

(d)evemos admitir que o capital tem sido muito bem-sucedido em esconder nosso trabalho. Ele criou uma verdadeira obra-prima à custa das mulheres. Ao negar um salário ao trabalho doméstico e transformá-lo em um ato de amor, o capital matou dois coelhos com uma cajadada só. Primeiramente, ele obteve uma enorme quantidade de trabalho quase de graça e assegurou-se de que as mulheres, longe de lutar contra essa situação, procurariam esse trabalho como se fosse a melhor coisa da vida (as palavras mágicas: “sim, querida, você é uma mulher de verdade”). Ao mesmo tempo, o capital também disciplinou o homem trabalhador, ao tornar “sua” mulher dependente de seu trabalho e de seu salário, e o aprisionou nessa disciplina, dando-lhe uma criada, depois de ele próprio trabalhar bastante na fábrica ou no escritório. De fato, nosso papel como mulher é sermos servas felizes e sobretudo amorosas da “classe trabalhadora”, isto é, daqueles estratos do proletariado aos quais o capital foi obrigado a conceder mais poder social (2019, p. 44).

O estabelecimento do capitalismo se dá em condições extremamente adversas à mulher, sobretudo às mulheres pretas. No processo de individualização criado pelo modo de produção capitalista, a mulher contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: tanto no nível superestrutural em que já era comum uma subvalorização das capacidades femininas justificadas por mitos da supremacia masculina e branca e portanto, da própria ordem que a gerara; quanto no plano estrutural em que, à medida que se desenvolviam as forças produtivas,

as mulheres iam sendo progressivamente marginalizadas e periféricamente situadas no sistema de produção (SAFFIOTI, 2013)

Desta forma, é possível afirmar que a construção de uma nova ordem patriarcal e racial foi fundamental para o estabelecimento do capitalismo. Através dessas mudanças nos paradigmas da sociedade foi possível impor uma nova divisão sexual do trabalho que diferenciava as tarefas consideradas como femininas e masculinas, assim como limitava o acesso das mulheres ao capital e aos outros setores da classe trabalhadora. Assim, torna-se possível compreender que a divisão sexual do trabalho se constituiu mediante uma relação de poder, reforçando o patriarcado ao mesmo tempo que se tornou um imenso impulso à acumulação capitalista.

De acordo com Silvia Federici,

A diferença em relação ao trabalho doméstico reside no fato de que ele não só tem sido imposto às mulheres como também foi transformado em um atributo natural da psique e da personalidade femininas, uma necessidade interna, uma aspiração, supostamente vinda das profundezas da nossa natureza feminina. O trabalho doméstico foi transformado em um atributo natural em vez de ser reconhecido como trabalho, porque foi destinado a não ser remunerado. O capital tinha que nos convencer de que o trabalho doméstico é uma atividade natural, inevitável e que nos traz plenitude, para que aceitássemos trabalhar sem uma remuneração. Por sua vez, a condição não remunerada do trabalho doméstico tem sido a arma mais poderosa no fortalecimento do senso comum de que o trabalho doméstico não é trabalho, impedindo assim que as mulheres lutem contra ele, exceto na querela privada do quarto-cozinha, que toda sociedade concorda em ridicularizar, reduzindo ainda mais o protagonismo da luta. Nós somos vistas como mal-amadas, não como trabalhadoras em luta (2019, p. 42).

Ainda nos dias atuais, as mulheres são associadas e muitas vezes, limitadas ao ambiente doméstico e ao trabalho reprodutivo. A instauração de um novo modo de produção envolve um grande ônus para certos setores de uma sociedade. Com o estabelecimento do sistema de produção capitalista, o ônus social foi mais observado em alguns segmentos da antiga ordem que, progressivamente, foram sendo constituídos como classes sociais subprivilegiadas. Desta forma, a divisão da sociedade em classes mostra-se mais evidente, assim como a exploração econômica de que é alvo uma delas por parte da outra (SAFFIOTI, 2013).

De acordo com Heleieth Saffioti (2013), as barreiras que a sociedade de classes coloca à integração social da mulher, todavia, não apresentaram, no processo de seu aparecimento e vigência, muita uniformidade. Na medida em que esses obstáculos são regulados pelas necessidades da classe dominante e não pelo interesse das mulheres em se realizarem por meio

do trabalho, as oportunidades sociais oferecidas aos contingentes femininos variam em função de interesses do sistema capitalista.

Deste modo, apesar de, após muita luta, as mulheres terem conseguido ocupar muitos espaços dentro dos meios produtivos antes a elas negados, essa conquista não atingiu todas as classes sociais. E mesmo dentro da classe mais privilegiada, em alguns espaços as mulheres são equivocadamente vistas em posições de inferioridade social, sendo identificadas com supostas limitações e inaptidões físicas, mentais e emocionais, colocando-as à margem de concorrerem de forma equiparada por espaços similares aos dos homens.

Apesar dessa ocupação dos espaços produtivos e públicos pelas mulheres ainda não ter acontecido de forma igual para todas as classes e raças, sinalizando que ainda é fundamental que todas as mulheres possuam as mesmas oportunidades, o alcance desses espaços pode se mostrar de grande importância para a autonomia de muitas mulheres. Por exemplo, durante a entrevistas com uma integrante do Empório da Chaya ela afirmou que participar do coletivo produtivo e das feiras agroecológicas fez com que toda a sua vida fosse modificada assim como a sua visão de mundo. Ao saírem da restrição do espaço doméstico e passarem a lidar com a realidade do espaço público, se relacionando com outras pessoas além dos seus laços familiares, algumas mulheres têm seus conceitos reavaliados, sua maneira de pensar confrontada e passam a enxergar outras possibilidades de realidade de vida.

Quando refletimos sobre a classe social menos privilegiada, ainda hoje a elas são o delegados os empregos com menor remuneração e status social ou o trabalho caracterizado como reprodutivo, já que à maioria dessas mulheres a educação escolar lhes foi negada.

Além disso, a conquista da entrada no mercado de trabalho trouxe às mulheres o acúmulo das funções de produção social, no âmbito do emprego formal, e as tarefas de reprodução social naturalizadas como femininas, como o cuidado com os filhos, a família e as tarefas domésticas. A partir disso, as mulheres passaram a ter sua força de trabalho duplamente explorada, caracterizando o exercício de uma dupla, ou às vezes até mesmo tripla, jornada de trabalho (FURNO, 2015).

A entrevistada do Empório da Chaya ainda acrescentou que participar do coletivo produtivo fez com que precisasse administrar melhor o seu tempo e redefinir as suas prioridades para que as suas atividades ficassem mais organizadas. Essa fala pode nos trazer duas reflexões. A primeira que, ao participar do coletivo produtivo, as mulheres tiveram outras prioridades além dos cuidados com a família, os filhos e a casa, acabando com essa restrição ao ambiente doméstico. Isto, como vai ser apresentado em outras falas de entrevistadas, resgata uma

autonomia da mulher ao se sentir apta ao convívio público, estimula sua autoestima e desenvolve outras características como a comunicação interpessoal. No entanto, ainda hoje, é naturalizada a divisão sexual do trabalho que faz com que as mulheres, mesmo nos lares onde os homens compartilham as tarefas domésticas, sejam sobrecarregadas, pois normalmente caem sobre elas a maior responsabilidade com o trabalho doméstico.

Outra integrante do coletivo também expôs que, apesar do marido ter familiaridade com as atividades domésticas, ela ainda é a responsável pelos afazeres doméstico e pela educação da filha. Ela disse:

Ele sabe fazer tudo. Mas como a gente, mulher em casa, sem ter muito o que fazer, acaba fazendo mais os serviços domésticos. Ele trabalha fora, mas quando precisa não tem problema em compartilhar os afazeres domésticos. (...), Mas acho que se organizar tudo direitinho não atropela nada não. (Entrevistada 3, Acampamento Marli Pereira da Silva, 2019).

Por isso, ela precisa organizar a sua rotina para atender tanto as demandas do coletivo, quanto das suas atividades domésticas, apesar de confessar que mesmo estando em casa permanece se questionando sobre o que poderia estar fazendo no e para o coletivo e o acampamento. Em relação a isso ela disse:

Tem que dividir a semana metade afazeres domésticos e metade tarefas do coletivo e do acampamento. Mas mesmo estando em casa, acaba que fica pensando no que poderia estar fazendo no acampamento e no coletivo. Mas acha que se organizar tudo direitinho não atropela nada não. (Entrevistada 3, Acampamento Marli Pereira da Silva, 2019).

A fala desta entrevistada levanta também dois pontos relevantes para essa pesquisa, além da sobrecarga do acúmulo do trabalho feminino no meio público e privado já discutido anteriormente. Primeiro, quando a entrevistada afirma que não fazia nada antes de atuar no coletivo e que ficava em casa “sem ter muito o que fazer”, ela supõe que os serviços domésticos não são vistos como trabalho nem tão pouco valorizados inclusive pelas mulheres que o executam porque historicamente foram naturalizados como habilidades femininas e não geram nenhum lucro monetário, fator essencial para o sistema capitalista. Como resultado, ela afirma que faz os serviços domésticos quando está em casa enquanto o marido trabalha. Este sim, reconhecido como trabalhador já que provém financeiramente a sua família. Além disso, ela assumiu que mesmo em casa, permanece se questionando sobre o que poderia estar fazendo no e para o coletivo. Esta realidade é comum a muitas mulheres que ao trabalharem fora se cobram

sobre não estarem atendendo de forma suficiente às necessidades de suas famílias e casa; ao estarem trabalhando em casa, se sentem pouco úteis e pensam em como poderiam estar sendo mais produtivas trabalhando fora de casa. Nesta situação, muitas vezes, as mulheres acabam escolhendo apenas uma dessas opções, não conseguindo equilibrar o trabalho público com o privado. Vale destacar que essas mulheres não o fazem por falta de capacidade de equilibrarem ambos os trabalhos, mas encontram dificuldades, muitas vezes, na falta de incentivo de seus parceiros; na divisão injusta das tarefas domésticas que acabam por sobrecarregá-las. A entrevistada, por exemplo, afirma que o marido não teria nenhum problema em dividir os afazeres doméstico, mas ainda assim ela é a responsável por esses serviços. Há ainda o constante julgamento pelo qual as mulheres são submetidas, sendo porque “valorizam demais seus trabalhos”, sendo porque “apenas vivem para seu marido, filhos e casa”.

Desta forma, essa quantidade de horas desprendida para os serviços domésticos não é adicionada na jornada de horas trabalhadas pelas mulheres, contribuindo para a sua invisibilização social como trabalho (FURNO, 2015).

Assim, a visibilidade do trabalho doméstico nas contas públicas seria necessária para dimensionar a distribuição de recursos. No entanto, tornar esse trabalho visível é importante, mas ainda não é uma solução, é necessário que haja uma alteração estrutural nas dinâmicas sociais, um enfrentamento da lógica do patriarcado, sendo a questão da invisibilidade do trabalho das mulheres não só econômico e numérico, mas principalmente político. Essa falta ou pouca visibilidade do trabalho das mulheres apresenta-se não só na desvalorização do trabalho das mulheres que muitas vezes é considerado inferior ao dos homens, como também muitas vezes o trabalho doméstico ser naturalizado como uma obrigação feminina ou aquele realizado em ambiente familiar não ser considerado trabalho, inclusive pelas próprias mulheres, sendo declarados como complementar ao trabalho dos homens e por isso, podem deixar de ser contabilizados pelas estatísticas referentes ao trabalho produtivo.

Pelo exposto, é fundamental refletir que, apesar do ingresso da mulher no mercado de trabalho e elas terem alcançado posições públicas na vida política e econômica, ainda hoje o modo de produção capitalista segue se omitindo das garantias de direitos básicos sociais, tais como creches gratuitas, soberania alimentar, saúde pública de qualidade, dentre outros serviços, sobrecarregando as mulheres já que esse tipo de trabalho é naturalizado e exercido de forma não remunerada pelas mulheres. Dessa forma, é a naturalização dessa divisão sexual das tarefas domésticas, reproduzida socialmente devido a uma construção patriarcal, que segue reforçando o sistema capitalista e a exploração da força-de-trabalho da classe trabalhadora, mediante sua

invisibilização política, social e econômica. Essa invisibilização das mulheres podem se apresentar quando elas possuem menor espaço de atuação nas tomadas de decisão políticas, inclusive por estarem em menor quantidade em partidos e cargos políticos; quando possuem atuação menos destacada e valorizada; e quando o seu trabalho não é contabilizado.

## 2.3 AUTONOMIA SOCIAL E POLÍTICA PELO TRABALHO

De acordo com Claudete Canezin (2004), desde a narrativa bíblica da criação<sup>3</sup> a mulher foi colocada em posição de subordinação ao marido ao ter sido criada a partir de uma matéria-prima do homem e por ter como função ser sua acompanhante. Desta forma, a religião cristã mediante sua leitura principal, a Bíblia, sacramentou a ideia de inferioridade da mulher perante o homem.

Ao longo de toda a história houve mulheres que questionaram e lutaram contra o sistema opressor vigente e as injustiças sociais. No entanto, as primeiras reivindicações feministas documentadas visavam revelar como as proteções sociais podem ser opressoras ao institucionalizar uma hierarquia de status (FRASER, 2011). A concepção de proteção social assume certa polissemia, passando a ser utilizada tanto para serviços e benefícios assegurados como direitos, quanto para uma gama de programas e ações dirigidos ao enfrentamento de diferentes níveis de privação, risco e vulnerabilidade, prestados por tipos diversos de instituições, públicas ou privadas (VAITSMAN, *et al.*, 2009). Essas proteções privam certos indivíduos, que deveriam em princípio ser incluídos como membros da sociedade, de condições prévias a uma participação plena na vida social (FRASER, 2011).

O feminismo da segunda geração se opôs à hierarquia de gênero das proteções sociais no Estado no período pós-guerra ao perceberem que elas haviam sido herdadas do período anterior à guerra por meio do chamado “salário familiar”. Havia o arquétipo do cidadão como um homem provedor de recursos e pai de família, no qual o salário era o principal, de fato único, sustento econômico de sua família e, se sua esposa ganhasse um salário, esse serviria apenas como apoio. Desta forma, normalizando a dependência das mulheres, o sistema de proteção social comprometia as chances das mulheres de participar plenamente, em igualdade com os homens, na vida da sociedade. Institucionalizando as concepções androcêntricas da família e do

---

<sup>3</sup> Gênesis, 3:16. Bíblia Sagrada. Trad. João Ferreira de Almeida.

trabalho, tornava-se natural a hierarquia de sexos e afastava a contestação política. (FRASER, 1989, 1997 e 2005).

---

Para as feministas da segunda geração, o projeto de autonomia das mulheres deveria começar pelo acesso à educação, à propriedade e pela inclusão na vida pública. Evidente que sem acesso a um elevado grau educacional, considerando que as mulheres eram educadas para uma vida dedicada ao casamento e à família, elas aparentariam ter uma inferioridade intelectual e assim, não teriam condições iguais de concorrer com os homens aos empregos e às posições na esfera social e pública. Desta forma, ao se casarem, as mulheres perdiam qualquer autonomia, sendo oprimidas pela autoridade masculina. Em contrapartida, as mulheres que rompiam com esse destino e não reprimiam suas potencialidades e liberdade, agindo propriamente como um ser humano, logo eram estigmatizadas como masculinas (FRASER, 1989, 1997 e 2005).

No século XIX, o sufrágio era a vertente mais visível do movimento feminista que lutava pelo direito ao voto antes apenas assegurado aos homens. A falta de direito ao voto feminino destacava a exclusão na esfera pública, na tomada de decisão, da autonomia das mulheres e trouxe à luz a opressão que elas viviam no espaço privado. Vale destacar que o direito de voto foi conquistado pelas mulheres, na maior parte dos regimes eleitorais, nas primeiras décadas do século XX, mas essa vitória não foi acompanhada de uma redefinição das hierarquias no espaço doméstico e uma divisão dos serviços domésticos (ALVES; ALVES, 2013).

É importante ressaltar que no Brasil o voto feminino foi garantido mediante o Decreto nº 21.076, de 24/02/1932, assinado pelo, então, presidente Getúlio Vargas.

A partir da segunda metade do século XX, as mulheres começaram a sair de casa para trabalhar fora e a pensar no direito à liberdade sexual; em salários iguais para funções também iguais, um problema que até hoje é pauta das lutas feministas; e na plena igualdade de direitos sociais e políticos na sociedade (PINTO, 2010).

O desenvolvimento técnico e científico, a globalização e a descentralização dos processos produtivos são fatores que alteraram fundamentalmente as relações de trabalho e a interação dos atores sociais. É possível destacar o papel fundamental do trabalho feminino nessas transformações tanto no âmbito político, econômico e social quanto também mudanças nos aspectos culturais. Anteriormente, o trabalho feminino restringia-se ao cuidado com o lar, com os filhos e com a família, porém, no contexto contemporâneo, as mulheres são, cada vez

mais, responsáveis por subsidiar financeiramente seus lares, não obstante, elas estão delineando sua presença no mercado de trabalho (PEREIRA, 2008).

Desta forma, o trabalho se configura como uma esfera social básica, pois é com base nele que os indivíduos têm acesso às suas condições materiais mínimas de sobrevivência. De acordo com Heleieth Saffioti (2013), para a mulher, ter um emprego significa, embora isso nem sempre se eleve a nível de consciência, muito mais do que receber um salário. Uma atividade ocupacional pode constituir uma fonte de equilíbrio, a participação de uma vida comum, sentir-se menos insegura na vida e uma forma de construir cultura. Os benefícios subjetivos do trabalho estão em consonância com a experiência de uma das entrevistadas do Empório da Chaya quando ela expõe que:

Para mim foi bom porque eu ficava muito dentro de casa e com o coletivo eu saio mais. Tem gente que não gosta de fazer feira e quer ficar só na produção, mas eu gosto. Antes eu achava que eu não gostaria por ser tímida. Mas depois que eu fui para a feira, eu me identifiquei. Gosto de ir para a feira, de falar dos produtos. Eu me transformei porque eu era mais calada e agora nas feiras a gente fala, se expressa. Eu me identifiquei muito, me explorei mais. Até nas reuniões daqui eu não falava quase nada, mas agora eu falo até demais. Eu me expus mais, me soltei mais. Teve (mudança) porque antes eu ficava meio parada, mas agora tenho várias atividades. Sempre quero participar das ações do coletivo. (Entrevistada 2, Acampamento Marli Pereira da Silva, 2019).

Neste trecho, a entrevistada revela que antes, quando ficava restrita ao ambiente doméstico, ela não tinha contato com muitas pessoas além dos seus laços familiares e que, por se considerar tímida, supôs que não gostaria de participar das feiras, local de grande interação com o público. Mas ao frequentar esses espaços, ela assume com brilho nos olhos que foi transformada porque antes se sentia calada, mas aprendeu a se expressar por meio das feiras, ao conversar com o público e outros feirantes. O que teve desdobramentos inclusive na sua forma de participar das decisões do coletivo, ou seja, na sua atuação como agente social.

Como apresentado no livro *Memórias da Plantação – Episódios de racismo cotidiano*, Gayatri C. Spivak (1995) apud Grada Kilomba (2019) coloca a questão “Pode a subalterna falar?”, questão que é discutida em seguida pela autora que afirma que é impossível para a subalterna falar ou recuperar sua voz e, mesmo que ela tivesse tentado com toda a sua força e violência, sua voz ainda não seria escutada ou compreendida por aqueles que estão no poder. Ainda de acordo com a autora: “Ela está sempre confinada à posição de marginalidade e silêncio que o pós-colonialismo prescreve” (KILOMBA, 2019, p.47).

Grada Kilomba (2019) ainda discute que o fato das mulheres, sobretudo as pretas, não serem vistas como *sujeito* simboliza a posição de subalterna como sujeito oprimido que não



pode falar porque as estruturas da opressão não permitem que essas vozes sejam escutadas, tampouco proporciona um espaço para articulação das mesmas. Segundo esta autora,

Ao argumentar que a subalterna não pode falar, ela não está se referindo ao ato de falar em si; não significa que nós não conseguimos articular a fala ou que não podemos falar em nosso próprio nome. A teórica, em vez disso, refere-se à dificuldade de falar dentro do regime repressivo do colonialismo e do racismo. (KILOMBA, 2019, p.47).

Desta forma, é possível supor que a entrevistada, embora tivesse voz, se sentia oprimida restritamente ao ambiente doméstico e, ao ter contato amplo com sua autonomia social e política, teve maior força para fazer valer de suas opiniões.

Vale ainda ressaltar que de acordo com Patrícia Hill Collins (2000) *apud* Grada Kilomba (2019), a ideia de subalterna silenciosa também faz parte da alegação colonial de que grupos subalternos são menos humanos do que seus opressores e são, por isso, menos capazes de falar em seus próprios nomes. Este acontecimento corrobora com o fato que durante muitos anos as mulheres, em destaque as mulheres negras, foram consideradas incapazes e excluídas de direitos.

Durante muitos anos as mulheres foram caladas e oprimidas dentro da sociedade patriarcal, sobretudo as mulheres pretas. Esta condição traz desdobramentos até os dias atuais quando muitas mulheres permanecem e se sentiam oprimidas dentro do sistema que ainda favorece os homens.

Por isso, vale destacar que a garantia de direitos básicos é de fundamental importância, mas não é mais suficiente como proposta de amenizar as injustiças sociais. O reconhecimento e a valorização do trabalho das mulheres são elementos fundamentais que devem ser somados a essa discussão para que o indivíduo seja integrado não só no plano material, mas também no âmbito da moral, isso implica dizer no discurso da dignidade humana (LOPES, 2000). Assim como uma divisão sexual do trabalho doméstico mais equilibrada evitando a sobrecarga das mulheres. Neste contexto, o trabalho também se configura em um papel de grande importância na construção da identidade da mulher e contribui dentro de sua ação individual e coletiva.

Por exemplo, segundo uma entrevistada, o trabalho do coletivo é importante para o desenvolvimento da comunidade à medida em que antes não havia nenhuma geração de renda para as acampadas. Ela afirmou: “Antes não tinha nada, ninguém fazia nada. Só o artesanato. Mas o coletivo movimentou porque agora temos opção, trabalho.” Esta fala mostra que o trabalho no coletivo foi importante também na criação da identidade dessas mulheres enquanto grupo e proporcionou mudanças individuais.

Vale destacar que o sistema do Estado de Bem-estar Social foi idealizado sobre a base de um modelo de trabalhador com total disponibilidade para o trabalho remunerado, porque delegava a maior parte do trabalho reprodutivo para as mulheres. Por isso, ao entrarem no mercado de trabalho, as mulheres enfrentam uma estrutura masculina que dificultava compatibilizar o trabalho remunerado com a vida pessoal e comunitária. Desse modo, as relações de trabalho tradicionais e os direitos que as garantem não permitem compatibilizar, em condições aceitáveis, o trabalho produtivo com o reprodutivo e com o cuidado (SOARES, 2003).

No Brasil, em 1962, foi decretada a Lei no 4.121/62, o Estatuto da Mulher Casada, que representou um marco histórico na luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres cujo maior avanço foi abolir da legislação brasileira a incapacidade feminina, igualando-a aos silvícolas (CANEZIN, 2004).

Por essa Lei, também foram revogadas diversas normas discriminadoras e foi consagrado o princípio do livre exercício de profissão da mulher casada, permitindo que ela ingressasse livremente no mercado de trabalho, tornando-a economicamente produtiva, aumentando sua importância nas relações de poder no seio da família. Ressalta-se que esse benefício foi conquistado principalmente levando em consideração a realidade das mulheres brancas de classe social mais favorecida já que as mulheres negras, pobres, faveladas, do campo não foram impedidas de trabalhar, sendo muitas vezes contratadas como domésticas ou para servirem as mulheres mais abastadas.

Ainda vale destacar que como as mulheres, de uma forma geral, tiveram menor acesso à educação, não conseguiram conquistar em igualdade pelas oportunidades de empregos com os homens. Quando consideramos esses grupos mais vulneráveis de mulheres como as negras, pobres, indígenas, agricultoras, favelas, elas pouco tiveram oportunidade de estudo e por isso, a elas foram negados o direito de ascensão a um maior status social e melhores vagas de emprego.

O estatuto além de corrigir algumas restrições impostas à mulher casada como ainda ampliou seus direitos, como por exemplo, ao dar-lhe o usufruto de uma parte dos bens deixados pelo marido falecido e o direito real de habitação, o chamado usufruto vidual. Além disso, concedeu à mulher desquitada a guarda dos filhos menores, ainda que houvesse sido considerada culpada na ação de desquite. Evidentemente, esse aumento de poder econômico da mulher, até então dependente totalmente do marido, trouxe importantes alterações nas relações familiares. No entanto, as desigualdades permaneceram e o homem permaneceu na função de

chefe de família, com o pátrio poder, sendo ainda obrigatório o uso do patronímico do marido, e, por fim, a existência de direitos diferenciados, sempre em desfavor da mulher (CANEZIN, 2004).

Ainda em 1977, com a Lei do Divórcio, as mulheres tiveram a oportunidade de terminarem seus casamentos, privilegiando a mulher com a faculdade de usar ou não o nome do marido, retirando a antiga imposição. Além disso, também houve a substituição do regime de comunhão universal de bens para o da comunhão parcial de bens e ampliou a equiparação dos filhos, qualquer que fosse a natureza da filiação, para os fins de sucessão hereditária (Idem, Ibidem).

Por fim, a Constituição de 1988 igualou, definitivamente, homens e mulheres em direitos e obrigações, considerando que até então as prerrogativas da lei colocavam o homem em situação de provedor e a mulher ficava com o papel de mera auxiliar nos encargos familiares, definitivamente limitada na esfera da atuação jurídica, que não podia exercer sem a autorização marital (Idem, Ibidem).

Desta forma, ainda de acordo com Claudete Canezin (2004), a posição da mulher brasileira frente à legislação civil apresenta uma evolução que se estende da mais integral submissão (antigo art. 6º da Constituição Federal, 1988<sup>6</sup>), que arrolava a mulher casada entre os incapazes) até, supostamente, a mais absoluta igualdade (art. 226, 5º da CF/88<sup>4</sup>).

Vale destacar que apesar da Constituição ser uma norma fundamental e as demais leis deverem estar em sincronicidade com ela, as questões culturais nem sempre a acompanham o judiciário e os agentes do Direito, muitas vezes, não aplicavam o que expressamente continha o texto constitucional, desfavorecendo as mulheres (CANEZIN, 2004).

Ainda, é importante refletir que dentro da esfera política e dos movimentos sociais, apesar do movimento sindical ter se desenvolvido rapidamente nos países do industrialismo mais antigo, o sindicalismo teve sua origem com os trabalhadores mais qualificados início do século XX. Mais de meio século seria necessário, na maioria dos países desse tipo, para que os trabalhadores semiquilificados e não qualificados viessem a se organizar em sindicatos (SAFFIOTI, 2013).

---

<sup>4</sup> Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10644922/paragrafo-5-artigo-226-da-constituicaofederal-de-1988#:~:text=FEDERATIVA%20DO%20BRASIL.-,Art.,pelo%20homem%20e%20pela%20mulher>>. Acessado em 20/04/2019.

Disponível

em: <[https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988\\_15.12.2016/art\\_6\\_.asp#:~:text=Dos%20Direitos%20Sociais-,Art.,desamparados%2C%20na%20forma%20desta%20Constitui%C3%A7%C3%A3o](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_15.12.2016/art_6_.asp#:~:text=Dos%20Direitos%20Sociais-,Art.,desamparados%2C%20na%20forma%20desta%20Constitui%C3%A7%C3%A3o)>.

Acessado em 20/04/2019.

Considerando que a mão de obra feminina era pouco qualificada nos primeiros tempos do capitalismo, houve uma marginalização da mulher em relação às organizações sindicais. Além disso, o contingente de força de trabalho feminina das nações industrializadas concentrava-se em faixas de idade inferiores àquelas nas quais se localizava a maioria dos trabalhadores masculinos. A relativa imaturidade das trabalhadoras pode ter operado como um fator negativo à sua rápida organização sindical. Acresce, ainda, que a inferioridade numérica das mulheres economicamente ativas infunde ao grupo feminino uma fraqueza incontestada no momento de fazer valer suas pretensões. Vale destacar também que as mulheres eram consideradas concorrentes do homem e, deste modo, raramente iriam obter deste a colaboração no processo de sua organização sindical (Idem, Ibidem).

A autora ainda afirma que, embora, inegavelmente, a pouca significativa sindicalização feminina encontre raízes na imaturidade, na inferioridade numérica e no isolamento das trabalhadoras, é fundamental agregar a essa discussão a dificuldade de integração dos papéis que a mulher desempenha nas sociedades capitalistas e na maneira como é encarado seu trabalho neste tipo de formação social (Idem, Ibidem). Para Saffioti,

(se) normalmente, o trabalho feminino é considerado subsidiário na formação econômico-social capitalista, o salário da mulher é encarado como um mero suplemento para elevar os rendimentos da família. Sendo os sindicatos órgãos preocupados essencialmente com a obtenção de vantagens materiais para o trabalhador, desenvolvendo periodicamente uma luta pela majoração de salários (ao lado, evidentemente, de lutar pela segurança social do trabalhador) e sendo o trabalho feminino considerado subsidiário, inclusive em termos de salários, o sindicalismo chega a assumir, aos olhos da sociedade, um certo caráter de incongruência com o sentido do trabalho da mulher. Mais ainda, o aspecto político das organizações sindicais seria suficiente para que a sociedade desencorajasse a sindicalização feminina ou, em a aceitando, justificasse uma participação pura e simples da mulher, não sancionando positivamente, todavia, seu desempenho de funções de direção nem mesmo nas organizações em que ela representasse a maioria dos associados. As imagens deslustradas da mulher que a sociedade de classe alimenta eleva, assim, as já imensas dificuldades que o elemento feminino encontra para se organizar em sindicatos, em virtude de seu status dual de trabalhadoras assalariadas e de trabalhadoras domésticas não remuneradas (2013, p. 102).

A análise sobre o sindicalismo corporativista no Brasil comumente está relacionada ao meio urbano e ao contexto do Estado Novo. Isto porque a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada em 1943, sistematizou uma série de normas acerca da organização dos sindicatos, enunciadas a partir dos anos de 1930 (RAMOS, 2010).

Enquanto o processo de sindicalização rural, sob a tutela do Ministério do Trabalho, ocorreu, porém, somente nos anos de 1960. A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), representantes oficiais dos, respectivamente, proprietários e trabalhadores agrícolas, foram criadas em janeiro de 1964 e regidas por uma legislação específica: o Estatuto do Trabalhador Rural. Este foi aprovado em março de 1963 e estendeu para o campo a estrutura sindical corporativista e direitos trabalhistas, já contemplados no meio urbano por meio da CLT (RAMOS, 2010).

A ação política das mulheres no sindicalismo rural revela-se um processo dinâmico, de múltiplas experiências e significados, que resulta na emergência de identidades coletivas e política num campo de instabilidades e tensões, em que se reproduzem as desigualdades e o poder que nega as mulheres como sujeito político e insiste em silenciá-las e submetê-las (PIMENTA, 2012).

O sindicalismo rural se estruturou no Brasil como um espaço político de exercício masculino. As práticas sociais e a cultura política hegemônica, não somente excluíram as mulheres trabalhadoras rurais, como as silenciaram, colocando-as na invisibilidade. Cerca de três décadas já tinham se passado desde a criação do movimento sindical de trabalhadores rurais quando as mulheres conquistaram o direito de se sindicalizar (Idem, *Ibidem*).

Vale destacar que a participação em movimentos sociais e políticos faz parte da construção das mulheres enquanto formação da sua cidadania. No entanto, a concentração das mulheres em trabalhos precários e de baixa qualificação fez com que a participação na política não constituísse uma vantagem em termos de relações públicas e status. Desta forma, a cidadania das mulheres denuncia, assim, os limites de seu próprio modelo já que a elas é designada uma função de cuidado da família e só depois lhes são oferecidas possibilidades no mercado de trabalho e na política (SOARES, 2003).

No Brasil, a luta do movimento de mulheres no campo por meio de movimentos sociais data dos anos 1980, com as primeiras manifestações por seu direito à sindicalização de forma independente de estarem associadas a algum homem como pais, irmãos, maridos. Nesta época, o país passava por um período de ressurgimento dos movimentos sociais após vinte anos de ditadura militar. Enquanto movimentos feministas urbanos reivindicavam direitos para as mulheres, as mulheres residentes no campo também se organizavam em grupos, com o apoio de setores das igrejas progressistas, como parte da proposta de disseminação das Comunidades Eclesiais de Base (SILIPRANDI, 2011).

À medida que as camponesas foram se organizando e foram sendo influenciadas pelos movimentos feministas urbanos, surgiram tensões dentro dos movimentos mistos, isto é, movimentos sindicais, de luta pela terra e outros, formados por homens e mulheres. As tensões foram causadas pela não priorização dos problemas apontados pelas mulheres, assim como a existência de especificidades regionais, fez com que parte das lideranças femininas decidisse formar movimentos autônomos. Assim, ao longo da década de 1990, os Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTRs) foram se constituindo, principalmente no Sul e no Nordeste do país (alguns dos quais se unificaram na década de 2000, sob o nome de Movimento de Mulheres Camponesas - MMC, ingressando na Via Campesina); a articulação das quebradeiras de Coco Babaçu no Norte-Nordeste (que viria a se transformar, em meados da década de 1990, no Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu, MIQCB); e, posteriormente, diversas organizações de representações específicas (de pescadoras, de indígenas e de quilombolas, entre outras). As camponesas também participaram ativamente da construção de associações de produtores, cooperativas e experiências de produção e comercialização de produtos agrícolas, extrativistas, da pesca e artesanais, ajudando a construir as redes de economia solidária e de produção agroecológica hoje existentes no país (SILIPRANDI, 2009).

Segundo Emma Siliprandi (2011), a maioria das militantes rurais optou por permanecer dentro das organizações mistas, tais como a CONTAG e o MST, disputando internamente espaços para as suas pautas feministas, assim como a adoção de medidas que ampliassem a sua participação e o seu poder nas tomadas de decisão dentro dos movimentos, como cotas, atividades de formação específicas para mulheres, combate às discriminações e à violência dentro das entidades, debates sobre as relações de gênero, criação de creches para o cuidado dos filhos, entre outras propostas.

Ressalta-se que, na primeira década dos anos 2000, as mulheres apareceram publicamente pela primeira vez como produtoras rurais propriamente ditas, reivindicando também o direito de serem beneficiárias de políticas produtivas, além de exigirem tratamento diferenciado por parte da sociedade e do Estado. É importante citar como exemplos dessa atuação as Marchas das Margaridas, organizadas em 2000, 2003 e 2007 por um conjunto de organizações coordenadas pela Comissão Nacional da Trabalhadora Rural da CONTAG, e as grandes manifestações da Via Campesina nas comemorações do dia 8 de março, ocorridas a partir de 2006. Concomitantemente, o aprofundamento da discussão das relações de gênero e do papel da mulher dentro das famílias e na sociedade avançaram também, sugerindo mudanças

na divisão sexual do trabalho, questionando sua falta de poder dentro de casa e denunciando a violência de gênero (SILIPRANDI, 2011).

A organização da primeira Marcha das Margaridas contou com vinte mil trabalhadoras rurais que se reuniram em Brasília, em agosto do ano 2000, discutindo pautas “Contra a fome, a pobreza e a violência sexista”, após quase um ano de preparação, com eventos regionais e municipais em todo o país. Vale destacar que essa marcha foi organizada por influência do movimento internacional Marcha Mundial de Mulheres, originado no Canadá, em 1995 (SILVA, 2009).

A segunda Marcha das Margaridas ocorreu em 2003 contando com cerca de 50 mil mulheres, a maior marcha realizada até hoje. Na pauta deste evento estava um conjunto de reivindicações históricas dos movimentos, tais como: o reconhecimento das mulheres enquanto trabalhadoras agrícolas, o direito de acesso à terra mediante a reforma agrária, a ampliação dos direitos trabalhistas e previdenciários, direito à documentação básica e o acesso às políticas de saúde e educação. Neste evento, pela primeira vez, reivindicaram o acesso das mulheres às políticas produtivas, como crédito, assistência técnica, formação profissional, geração de renda e comercialização. Também exigiram a participação na definição das políticas de preservação ambiental e das políticas de prevenção da violência contra as mulheres no meio rural (HEREDIA; CINTRÃO, 2006). Ainda em relação às Marchas das Margaridas, Emma Siliprandi (2011) destaca:

Em 2007, a terceira Marcha das Margaridas ocorreu em Brasília, contando com cerca de 30 mil mulheres. Nesse evento as mulheres tiveram uma pauta bastante extensa. Além das reivindicações históricas dos movimentos, elas incluíram a questão da segurança alimentar e nutricional. As mulheres faziam críticas ao modelo do agronegócio e do hidronegócio e sugeriram a Agroecologia como alternativa para a construção de um novo modelo produtivo para o campo. Elas ainda cobravam posições dos demais sindicalistas e dos governos com relação à questão da violência de gênero no campo, exigindo o cumprimento da Lei Maria da Penha e de prevenção da violência contra as mulheres (2011, p. 139).

Nos anos seguintes, diversas ocupações em prédios públicos e redes de *fast-food* foram promovidas visando discutir temas como a soberania alimentar, a defesa da biodiversidade e a promoção da alimentação saudável, tendo como eixo principal a construção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável, baseado no campesinato (SILIPRANDI, 2011).

É possível afirmar que o aparecimento das mulheres do campo em ações de impacto político é parte do processo de afirmação de sua identidade enquanto mulheres (MEDEIROS, 2001). Essa afirmação de identidade das mulheres enquanto movimento social, resulta do

questionamento da posição da mulher em todas as esferas e está incorporado nos discursos e práticas de todos esses movimentos protagonizados por camponesas, que também contribuem para o amadurecimento da organização política das próprias mulheres (SILIPRANDI, 2011).

Em 2019, nos dias 13 e 14 de agosto, houve mais uma edição da Marcha das Margaridas contanto com aproximadamente 100 mil mulheres do campo, da floresta e das águas. Além disso, entre os dias 9 e 14 de agosto aconteceu a 1ª Marcha das Mulheres Indígenas. Neste ano, as mulheres marcharam em resposta ao contexto de um projeto político que começou a ser fortalecido a partir do processo de *impeachment* contra a presidenta Dilma Rousseff e das medidas tomadas pelo Governo de Michel Temer, tais como a aprovação da Emenda Constitucional do Teto dos Gastos (EC 95), a Reforma Trabalhista, o fim da Secretaria Especial de Políticas Públicas para Mulheres, do Ministério de Desenvolvimento Agrário e da Diretoria de Políticas para camponesas e Quilombolas, com grande corte em todas as políticas públicas que buscavam promover a agricultura familiar e a agroecologia. Todas essas medidas e os seus impactos têm sido intensificados com o Governo de Bolsonaro, que teve início em janeiro de 2019, sobretudo após a aprovação da Medida Provisória 870 que, ao reorganizar a estrutura administrativa do governo, transferiu para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que gerencia os recursos públicos destinados ao agronegócio, todas as atribuições que dizem respeito às populações do campo, da floresta e das águas, incluindo as políticas de Reforma Agrária, demarcações e titulações de terras (CONTAG, 2019).

A sindicalização e o envolvimento tardio das mulheres nos movimentos sociais e políticos pode ser corroborado com as entrevistas realizadas com as mulheres do Empório da Chaya onde a maioria nunca tinha participado de algum movimento desse tipo antes de participarem do acampamento por intermédio do MST. A única participante que afirmou ter participado de algum movimento afirmou ter sido por meio de um grupo religioso. Os espaços políticos, de debate e tomada de decisão sobre a sociedade foram negados às mulheres durante muitos anos. Como o acesso à educação, ao direito ao voto, aos direitos sociais, à cidadania foram tardios, as mulheres, ainda hoje compõe minoritariamente esses espaços.

A cidadania implica em um conjunto de benefícios que possibilitam a admissão das pessoas num sistema político. No entanto, é de grande importância reconstruir a gênese e o desenvolvimento da cidadania para que se possa abandonar a afirmação equivocada de que os cidadãos usufruem todos dos mesmos direitos e que há uma distribuição hegemônica dos direitos. A cidadania vem se transformando num processo lento (SOARES, 2003).

De acordo com Vera Soares (2003):



É evidente, em todas as diferentes teorias feministas, uma crítica à pretensa universalidade do pensamento político e da construção cidadã. Essa universalidade tornou invisíveis as mulheres e todos os demais setores excluídos do modelo hegemônico (masculino, branco e trabalhador). Muitas das concepções cidadãs que prevalecem, embora tendam a reconhecer a diversidade, não assumem a dimensão de desigualdade que essa diversidade conteve e atualmente ainda contém. Essa desigualdade foi intrínseca ao desenvolvimento das cidadanias modernas, pois seu surgimento ocorreu em condições de profunda iniquidade, ao tratar os diferentes como desiguais, fora da regra, excluídos (2003, p. 96).

Uma crescente dinâmica de participação marcou a entrada das mulheres trabalhadoras rurais no mundo dos direitos e da cidadania, movimentando as fronteiras entre privado e público, e com expressiva presença no processo constituinte reivindicou o direito à propriedade, à aposentadoria, ao salário maternidade (PIMENTA, 2012).

Ainda é importante ressaltar que as diferenças entre mulheres e homens, no que diz respeito aos direitos sociais, referem-se à redistribuição de tipo monetário que se espelha no percurso individual de trabalho de cada indivíduo, na divisão sexual de trabalho e de responsabilidades específicas. O direito social das mulheres e as medidas redistributivas, de renda, por exemplo, estão vinculados a uma dupla modalidade de acesso: a sua posição ocupacional e a de seus maridos (SOARES, 2003).

Desta forma, a cidadania fragilizada das mulheres resulta historicamente delas terem menor acesso aos direitos sociais e pelo fato das instituições e das relações sociais não terem disponibilizado suportes para que os direitos fossem aplicados de forma igual entre mulheres e homens (Idem, Ibidem).

Assim, sem as mulheres participarem do sistema político como uma possibilidade de atuação no meio público e coletivo, tendo elas direito ao voto tardiamente, sendo subrepresentadas nas posições de tomada de decisão e de valor político, marginalizadas e negadas aos direitos como cidadãs e vinculadas apenas à vocação da maternidade, pouco foi feito para que fosse oferecido às mulheres condições de usufruir dos direitos e garantias supostamente oferecidos pelo Estado.

Portanto, a construção da cidadania das mulheres tem andado de mãos dadas com a conquista de autonomia, porque a falta de autonomia das mulheres tem andado de mãos dadas com a limitação de seus direitos como cidadã. Em outras palavras, a luta para alcançar a cidadania é uma luta pela autonomia, diante das restrições e barreiras impostas ou assumidas (SOARES, 2003).

Desta forma, no caso das mulheres do Empório da Chaya, a organização delas por intermédio do coletivo busca construção delas como cidadãs rurais, lutando pelo direito à terra, alternativas de comercialização e divulgação do seu trabalho. Após as acampadas optarem por se desvincular o acampamento do MST, perderam alguns espaços de venda em feiras já conquistadas e estabelecidas pelo movimento. No entanto, buscaram parceria com outras instituições como a Escolinha de Agroecologia e universidades. Elas atualmente fazem feiras nas universidades (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ campus de Nova Iguaçu e Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ campus da Praia Vermelha) e agora conseguiram um ponto de feira em Botafogo, bairro da cidade do Rio de Janeiro. Ainda participam de eventos e feira de economia solidária em Paracambi, município onde residem. Em 2019, conseguiram um ponto em Ipanema na praça General Ozório, local nobre da cidade do Rio de Janeiro, onde iriam começar na semana seguinte ao dia da entrevista. As mulheres estavam entusiasmadas por ser um local onde a população possui maior poder aquisitivo, possibilitando maior venda dos produtos e visibilidade do trabalho do coletivo.

A coordenadora do Empório da Chaya ainda afirmou, em 2019, que no coletivo às vezes as pessoas ficam desanimadas, mas elas tentam se animar e apoiar para que “as coisas possam caminhar”. Ela disse também que as mulheres cuidam para que o coletivo não acabe porque este é um instrumento que elas usam a favor delas para divulgação da luta pela terra, além de terem intenção de criar um espaço para uma associação de produtores de Plantas Alimentícias Não Convencionas (PANC), grupo de plantas ao qual a Chaya pertence, no espaço que arrendaram para aumentarem a produção. Deste modo, criaram uma página na Internet e estão indo à prefeitura de Paracambi para solicitar o empréstimo de equipamentos destinados ao cultivo agrícola. Ela acrescentou que para participarem das feiras e atenderem às demandas dos restaurantes e outros mercados precisam ter espaço para aumentar a produção. Vale destacar que elas estão fazendo cursos de capacitação em gastronomia, intercâmbios com alunos das universidades, dentre outras ações, para trocas de saberes e promoção da visibilidade do trabalho das mulheres.

Desta forma, o trabalho pode ser um componente que contribua para a formação da cidadania das mulheres. Porém, como já discutido previamente, elas são as que mais sofrem com o desemprego, a precarização do trabalho, a desigualdade social e a exploração nas relações de trabalho. Tais aspectos tendem a fomentar movimentos que são iniciados pelos trabalhadores visando garantir seus direitos, como os sindicatos, as cooperativas e as associações solidárias (PEREIRA, 2008).

A Entrevistada 5 afirmou que a sua participação no grupo foi importante para o seu relacionamento com as outras pessoas. Além disso, como ela estava desempregada, o coletivo ocupou o seu tempo. Ela disse “(m)odificou o relacionamento com outras pessoas; ocupou meu tempo, pois fiquei desempregada”. Diante do exposto, o coletivo foi tanto uma forma da mulher exercer a sua cidadania como para geração de renda.

O coletivo Empório da Chaya pode ser considerado um empreendimento solidário que, de acordo com Paul Singer (1999) *apud* Cleudes Pessoa *et al.* (2008), tem um caráter revolucionário, à medida que se une o capital ao trabalho, que é o que o capitalismo separa. No sistema capitalista, o assalariado é um trabalhador sem poder, nem responsabilidade, por definição legal, enquanto na economia solidária o trabalhador tem seu papel definido, não individual, mas coletivo. Ele é um participante ativo, com poder e responsabilidade. Há, assim, uma emancipação e uma desalienação.

Os empreendimentos solidários podem gerar resultados muito mais abrangentes que, de uma forma geral, são de extrema importância na constituição de medidas que possam favorecer a igualdade não só social, mas também de sexo (PESSOA *et al.*, 2008).

Segundo Gaiger (2007), os empreendimentos solidários não só agem como fonte de geração de renda e trabalho, como também são importantes no fortalecimento de indivíduos ou grupos com capacidade de ação, ou seja, uma participação efetiva e democrática. É válido destacar que esses empreendimentos agregam objetivos comuns, juntamente com o espírito da solidariedade, coragem e vontade de mudar a própria vida e, portanto, são instrumentos de transformação social e tornam a luta pela dignidade e emancipação social mais eficaz e abrangente.

Por exemplo, uma entrevistada quando questionada sobre a “(a)s mulheres me tratam muito bem, me dão carinho. A Áurea Andrea tem muito carinho comigo”. Ela ainda acredita que o grupo de mulheres fortalece “porque nós trabalhamos iguais, uma aceita a opinião da outra”. Isso reforça o caráter de importância do empreendimento solidário como um local de fortalecimento, união por um objetivo em comum e relacionamentos mais solidários.

Outra entrevistada ainda afirmou:

É que muita gente não consegue trabalhar coletivamente. Tem aquele espírito de competição, essas coisas que a gente tenta dar uma amenizada. Nesse sentimento de pensar só em você muito forte, mas com o coletivo em andamento as pessoas mesmo vão vendo o que a gente faz, faz a reflexão e vê que sozinho não dá certo, melhor no coletivo (Entrevistada 3, Acampamento Marli Pereira da Silva, 2019).

Desta forma, essas falas das mulheres corroboram com o conceito de que o coletivo se mostra um espaço de fortalecimento delas enquanto mulheres em direção de um objetivo em comum pelo trabalho colaborativo.

Ressalta-se que as iniciativas de economia solidária também são importantes porque criam espaços intermediários entre os meios privado, doméstico e a vida pública, assim como, entre os aspectos econômico e não econômico.

Neste sentido, o depoimento de uma entrevistada apresenta o coletivo como uma forma de equilibrar o espaço público e o privado. As mulheres alegaram que precisaram aprender a estabelecer prioridades, já que anteriormente ao trabalho no Empório da Chaya dedicavam-se exclusivamente aos serviços domésticos. Conforme já discutido, ainda observase o acúmulo de função das mulheres que ainda são responsabilizadas por todas ou a maioria das tarefas domésticas, mas, ao mesmo tempo, por ser um empreendimento solidário, há uma maior possibilidade de conciliar de forma mais equilibrada o trabalho produtivo com o reprodutivo, conforme ilustra o trecho de uma entrevista:

Em casa, a divisão do ambiente doméstico e do coletivo é equilibrado ou o trabalho doméstico acaba por interferir no coletivo. Como no trabalho coletivo a mulher faz o seu tempo, é possível organizar o tempo entre o coletivo e o trabalho doméstico. Como o trabalho no coletivo não é um emprego fixo, é possível ir adequando as prioridades e as demandas de acordo com a necessidade. Não há cobrança no coletivo de ir todo dia. O coletivo não cobra a mulher de trabalhar todo dia. Quando a pessoa está no coletivo sem visar apenas e principalmente o financeiro, sendo um instrumento de resistência no acampamento, é possível organizar as demandas. A mulher administra as demandas, as prioridades. Quem está no coletivo hoje não está por dinheiro e sim pelo sonho da terra. E a consequência da comercialização dos produtos, vem uma renda, mas também outros espaços de participação, outros eventos, outras coisas vêm junto que não só o dinheiro (Entrevistada 3, Acampamento Marli Pereira da Silva, 2019).

No Brasil, é possível perceber uma participação significativa de mulheres nos empreendimentos solidários, justificado pelo fato delas serem as primeiras vítimas do desemprego, subempregos e da tão intensa desigualdade. Assim, os empreendimentos solidários são uma oportunidade efetiva para romper com essa realidade (PEREIRA, 2008).

Vale destacar que os empreendimentos solidários liderados por mulheres são frequentes na área da alimentação, costura e da manutenção de roupas e panos, saúde, dos serviços de tratamento (creches), educação, da formação, entre outros. Essas iniciativas podem ser justificadas em resposta às necessidades cotidianas da maioria das mulheres. Porém, as organizações solidárias têm outras funções fundamentais além de gerar emprego e renda, pois essas não são suficientes para eliminar as desigualdades entre sexos (PEREIRA, 2008).

De acordo com Isabelle Guérin (2005), a economia solidária é importante por ser um meio de expressão e reivindicação coletiva, podendo promover a transformação das instituições, quer se trate da legislação ou das normas sociais. Ela incentiva a redefinição da articulação entre família, autoridades públicas, mercado e sociedade civil, e participa da revalorização das práticas recíprocas. Desta forma, essa redefinição e revalorização devem tornar possível que se lute contra as desigualdades intrafamiliares ao permitir que as mulheres, mas também os homens, conciliem melhor vida familiar e vida profissional.

Uma entrevistada afirmou que o trabalho no coletivo não só mudou a sua relação consigo mesma, aumentando sua autoconfiança, como também a relação com a sua família porque passou a ter acesso a outras informações que puderam ser compartilhadas com as pessoas ao seu redor, conforme abaixo.

Modificou que eu antes era muito aquela dona de casa que só cuidava da família, de filhos, do marido, igreja, casa, parentes, um passeio de vez em quando. Mas quando fui participar do movimento social se abriram várias possibilidades de várias coisas que não se tinha tanta noção, muita informação que a população geral nem tem acesso. E acaba disseminando esse conhecimento para os outros, para a família. Ajudou na organização e no planejamento. Colocar em prática o que já gostava de fazer, colocar o povo para refletir, tentar achar solução, falar. Por exemplo, tinha medo de falar em público e desenvolveu a prática, o jeito para falar com as pessoas. Aumentou a confiança (Entrevistada 3, Acampamento Marli Pereira da Silva, 2019).

Através de um longo e lento caminho de luta e reivindicação por seus direitos de igualdade, as mulheres foram rompendo as imposições da vida doméstica que sobre elas recaíam, conquistando espaço e respeito dentro das relações familiares e na sociedade.

Ainda hoje em dia, as reivindicações da mulheres são desqualificadas e aquelas que se colocam como feministas e expõem suas pautas de luta são rotuladas como “mal amadas”, “serem assim por falta de um homem”, “masculinizadas”, “radicais”, dentre outros termos pejorativos. E, como consequência disto, muitas mulheres negam as lutas feministas com medo de receberem esses rótulos.

Apesar de muitas terem conquistados os direitos a participar da vida pública e do mercado de trabalho, as mulheres continuam recebendo menos que os homens no exercício da mesma atividade, ocupam menos cargos de chefia, estão cada vez mais ocupando postos de trabalho marcados pela precarização e são as maiores vítimas do desemprego. Porém, os movimentos feministas têm se fortalecido e lutado, visando diminuir essas desigualdades, inclusive dentro do próprio movimento e do acesso às oportunidades pelas diferentes classes sociais e raças.

## 2.4 AUTONOMIA DAS MULHERES PELA GERAÇÃO DE RENDA

As mulheres até poucas décadas atrás acabavam sendo aprisionadas dentro de uma estrutura familiar frente à condição de sujeição imposta pela lei e pelos costumes, seguindo ora submissa ao pai, ora ao marido. Ela apenas trocava de senhor já que permanecia como "serva" do marido e dos filhos. No entanto, apesar do sistema patriarcal ter difundido a ideia de que a mulher havia sido naturalmente designada para a maternidade e os cuidados com o lar e, por isso, essa servidão ter sido cumprida com amor e afeto, o que fazia com que o fardo não lhe parecesse demasiado pesado; muitas vezes as mulheres suportaram essa condição imposta pela sociedade apenas pela dependência econômica do marido, pois a mulher era tradicionalmente educada para procriar e obedecer ao esposo-chefe, sem outras pretensões pessoais (CANEZIN, 2004).

De acordo com Heleieth Saffioti (2013), seria ilusório imaginar que a mera autonomia econômica da mulher fosse suficiente para libertá-la de todos os preconceitos que a discriminam socialmente. Apesar de ser uma condição fundamental para a liberdade da mulher, a autonomia econômica não constitui, em si mesma, esta libertação integral. Nas palavras dessa autora:

A emancipação feminina é, pois, problema complexo cuja solução não apresenta apenas uma dimensão econômica. Mesmo a mulher economicamente independente sofre, na sua condição de mulher, o impacto de certas injunções nacionais e internacionais. Desde o desenvolvimento da indústria farmacêutica até as ideologias, tudo reflete na condição feminina (2013, p. 135).

As mulheres representam mais da metade das pessoas no mundo que se encontram na pobreza, elas são as responsáveis pela reprodução social e as grandes vítimas da precarização das políticas públicas (CISNE; GURGEL, 2008). Para tais autoras,

São elas que enfrentam as filas de madrugada nos hospitais públicos, para levarem as crianças enfermas, e nas escolas, em busca de vagas; entretanto, muitas delas não chegam à previdência, seja por serem as que mais se encontram na informalidade, nos empregos mais precarizados sem direitos trabalhistas assegurados, (...) são elas, portanto, que estão no cotidiano da assistência social buscando a garantia mínima das condições de sobrevivência de suas famílias (2008, p. 88).

De acordo com a Organização das Nações Unidas para as Mulheres (ONU Mulheres), algumas das metas globais do seu Objetivo 5 - Igualdade de Gênero dos Objetivos de

Desenvolvimento Sustentável consistem em realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos; reconhecer e valorizar o trabalho doméstico e de cuidado não remunerados; políticas de proteção social e a promoção da responsabilidade compartilhada dentro e fora do lar pelas tarefas relacionadas ao cuidado e reprodução social.

Ainda é importante acrescentar que de acordo com a ONU Mulheres, no Brasil, o racismo e o sexismo que estruturam os padrões de desigualdade social vulnerabilizam as condições de vida das mulheres, em especial mulheres negras e indígenas. Em geral, elas estão concentradas em empregos com alto déficit de trabalho mais bem remunerado e com menor status social. Muitas delas não têm acesso a serviços de saúde de qualidade, água potável e saneamento básico públicas (CISNE; GURGEL, 2008).

Se analisarmos os rendimentos por gênero, é possível aferir um inserção desigual da mulher pela maior exploração a que elas são submetidas. Ainda hoje é comum que elas recebam salários inferiores aos masculinos considerando mesmos postos de trabalho, escolaridade e número de horas trabalhadas. Esse fato evidencia as desigualdades impostas pelo sistema patriarcal capitalista que marginaliza as mulheres e faz com que precisem trabalhar mais do que os homens, tanto no ambiente público como no privado, para sobreviverem.

Segundo o estudo de Estatísticas de Gênero, divulgado em 2018 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil apresentava o seguinte cenário: as mulheres dedicavam, em média, 18 horas semanais aos cuidados de pessoas ou afazeres domésticos, 73% a mais do que os homens. Elas recebiam o equivalente a 76,5% dos rendimentos dos homens para trabalhos com funções semelhantes ou equivalentes e ocupavam apenas 39,1% dos cargos gerenciais. É importante reafirmar que quando observamos esses dados para as mulheres negras, indígenas e rurais, a situação é ainda mais desigual.

Apesar de receberem rendimentos menores quando comparadas aos homens, em 2010, as mulheres eram responsáveis pelo sustento de 37,3% das famílias. Já as mulheres negras eram responsáveis por 38,7% das famílias com responsáveis negros. As mulheres eram responsáveis por 87,4 das famílias monoparentais, isto é, aquela que têm apenas um chefe de família (mãe ou pai). Eram também responsáveis por 40,8% das famílias com rendimento mensal per capita de até 01 salário mínimo (Sistema Nacional de Informações de Gênero – SNIG, 2010).

Para que haja uma mudança significativa na atual situação de autonomia econômica das mulheres, é necessário que o Estado atue para promover mudanças nas estruturas governamentais por intermédio das formulações e execuções de políticas públicas. No entanto,

é preciso partir do pressuposto que a emancipação total das mulheres exige a construção de outra sociedade que é incompatível com o sistema político e econômico vigente.

Vale destacar que no Brasil há um conjunto de políticas públicas propostas pelo governo federal e executadas em articulação com os municípios que visam favorecer a autonomia econômica das mulheres. É o caso do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), vinculado ao Programa Brasil Sem Miséria, o Programa de Gênero e Autonomia Econômica para as Mulheres Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e as ações de fomento à economia solidária, que acontecem nos três níveis de governo (ONU Mulheres, 2016). Vale destacar que embora o PNAE não tenha como objetivo central favorecer o empoderamento feminino, esse Programa pode favorecê-lo indiretamente, pois, além da melhoria na renda das beneficiárias do PNAE, essas mulheres entendem a importância da participação social, principalmente para proporcionar o atendimento das demandas comunitárias e superar as desigualdades enfrentadas (BARBOSA, 2017). No entanto, vale acrescentar que alguns direitos alcançados estão sob ameaça com o retorno de Governos mais conservadores.

Para que se construa uma economia com base nos princípios de igualdade, solidariedade, cooperação e ética, é necessário pensar novas relações de gênero, ou seja, novas relações entre homens e mulheres nesta relação de trabalho diferenciada das dinâmicas do modelo capitalista que reforçou essas desigualdades.

Buscando diminuir as desigualdades, sobretudo a de gênero, é possível apresentar a economia solidária como alternativa econômica para as mulheres por se acreditar que esta é uma forma de resistência da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que deve ser um espaço de autonomia das mulheres (PESSOA *et al.*, 2008).

Desta forma, a economia solidária busca atender às necessidades materiais e afetivas das pessoas baseando-se na autogestão, na democracia e na reciprocidade. Como movimento político e por meio de práticas concretas, a economia solidária se baseia no princípio de que o ser humano, não o lucro, deve ser o elemento mais importante da atividade econômica, contrapondo-se assim à economia capitalista.

Por exemplo, as mulheres do Empório da Chaya afirmaram que ao frequentarem o coletivo elas visam participar de um espaço fora do doméstico, divulgar o acampamento, a luta pela terra, ter acesso a outros eventos e a outras informações. De acordo com coordenadora, “todo mundo que quer participar do coletivo é informado que o trabalho não visa lucro até



porque ele não tem um plano à longo prazo”. O primeiro objetivo é a luta pela terra e enquanto aguardam um retorno do INCRA, estão trabalhando e divulgando o coletivo.

Na última entrevista com a coordenadora, realizada em dezembro de 2019, ela afirmou que as mulheres estavam trabalhando voluntariamente para fazer um fundo de caixa para custearem a documentação da terra, caso saia o processo do assentamento, ficando evidente que apenas permaneceu no coletivo quem quis ficar por outros motivos que não a geração de renda individual. Segundo ela:

As mulheres trocam saberes, aprendem novas coisas, lidam com outros grupos e é bom porque quando a mulher é apenas dona de casa e fica restrita à família e a aquela rotina dentro do ambiente doméstico, você fica sem perspectiva. E quando você participa desses espaços você tem a oportunidade de se desenvolver melhor como ser humano e nas relações pessoais e trazer esses debates de outros grupos para a sua casa (Coordenadora do Acampamento Marli Pereira da Silva, 2019).

O controle das mulheres sobre o processo de trabalho e gestão é o que diferencia os empreendimentos de economia solidária daquelas formas precárias de trabalho e iniciativas que reforçam o lugar tradicional das mulheres na economia. As mulheres avaliam sua participação não apenas do ponto de vista da remuneração econômica e, normalmente, valorizam o aprendizado, a convivência e a possibilidade de tratar temas como a violência doméstica ou a saúde reprodutiva. Em geral, as mulheres participantes desse tipo de empreendimento de economia solidária se sentem mais fortes, valorizadas, com maior autoestima por seu conhecimento e sua capacidade de inovar a partir de pouco. Como pode ser visto no comentário de uma entrevistada, ao ser questionada sobre a sua motivação para participar do coletivo:

O que motiva é que a gente vê bastante experiência de mulheres, e aí com o coletivo tem uma experiência mais vivida, sem só ouvir falar. Primeiro a luta pela terra; o trabalho coletivo, geração de renda. É um instrumento que foi usado de luta para conquistar a nossa terra, o nosso objetivo. Mas a gente quer também com o coletivo futuramente andar porque no coletivo a gente tem mais progresso. Por ser um grupo de mulheres, o que motiva é que geralmente as mulheres gostam de estar envolvidas em várias coisas, de criar. Como esse coletivo é de culinária, há estímulo para as pessoas serem criativas, buscarem coisas novas. O homens não têm o planejamento, não pensam no todo e não dão conta de várias coisas ao mesmo tempo. Por isso, trabalhar com as mulheres é bom por isso (Entrevistada 3, Acampamento Marli Pereira da Silva, 2019).

Assim, a economia solidária propõe ressignificar o trabalho pelo que ele nos proporciona de crescimento pessoal e não apenas por seu valor de troca, ampliando assim o

conceito de trabalho. Nesse sentido, contribui para reorganizar a economia com base na justiça e na igualdade.

Neste sentido, uma outra entrevistada ainda afirmou que a sua participação no grupo trouxe mudanças positivas para a sua vida por torná-la mais comunicativa, proporcionar aprendizado e auxiliá-la a rever as suas prioridades que deixaram de ser exclusivas ao cuidado da casa, dos filhos e marido.

As atividades de socialização do trabalho reprodutivo realizadas por grupos de mulheres tratam não somente de reconhecer seu significado econômico, mas sua contribuição à coesão social e ao crescimento individual e coletivo, não só do grupo como também da comunidade onde vivem. O trabalho reprodutivo organizado de forma coletiva proporciona aprendizagem, autonomia e sociabilidade. Por exemplo, uma entrevistada afirmou:

O coletivo é a ferramenta que o acampamento tem de conquistar a terra. E não só o coletivo, mas fortalece toda a comunidade em volta. Quando fazem crepioca, por exemplo, compram queijo no produtor da região movimentando a economia local. Beneficia coisas que estavam no acampamento e ninguém dava valor como as PANC (Entrevistada 3, Acampamento Marli Pereira da Silva, 2019).

Desta forma, as mulheres reconheceram que o seu trabalho no coletivo não só provoca mudanças individuais, como também fortalece o desenvolvimento da comunidade que estão inseridas.

### 3. AGROECOLOGIA

De acordo com a coordenadora do coletivo Empório da Chaya, o grupo entende que para ser agroecológico não pode usar nada que não seja natural e deve-se trabalhar a questão de inserção de todas as mulheres, mulheres negras, indígenas, de comunidades tradicionais, as mães solas, além da importância de trabalhar a agrofloresta, sem uso de qualquer tipo de “veneno”.

Vale destacar que:

Sistemas Agrofloretais (SAF) ou Agroflorestas, são práticas agrícolas que resgatam técnicas de uma agricultura ancestral, tanto tradicional quanto indígena, aliando-as com um apurado entendimento científico sobre as interações ecológicas entre todos os elementos do sistema produtivo. É um modelo de produção que integra o elemento arbóreo perene com culturas anuais agrícolas, em uma proposta de geração de alimentos e produtos, copiando os princípios ecológicos observados na dinâmica e estrutura das florestas tropicais. A adoção dessa técnica permite valorizar o conhecimento tradicional do agricultor, proporcionando uma renda econômica estável e uma melhoria nas condições socioambientais da região. Para entender o funcionamento desse sistema vamos abordar dois princípios importantes, a dinâmica e a estrutura, a partir da observação da sucessão natural a estratificação da comunidade vegetal (FRANCO *et al.*, 2018).

Ela ainda acrescentou que a agroecologia está mais “no informal” que não exige uma certificação, que se estabelece mediante as relações de confiança entre o consumidor e o próprio produtor, cujo consumidor sabe a origem do próprio alimento, que a agricultora não usa veneno e como ela produz. Na agroecologia, de acordo com a Entrevistada 3, “é mais livre e une mais as pessoas na questão de confiar, de ver e saber de onde vem o seu produto, você conhece a pessoa”.

Essa afirmação da coordenadora se deve ao fato da maioria dos produtos agroecológicos serem vendidos por intermédio de feiras pelas próprias agricultoras ou por meio de um atravessador que tem contato direto com as produtoras.

De acordo com Buainain (2006), a confiabilidade é considerada um fator importante para assegurar a competitividade e a sustentabilidade de produtos da agricultura alternativa, considerando que os principais atributos, como ausência de aditivos químicos na produção, por exemplo, não são diretamente perceptíveis para os consumidores. A salubridade e outros atributos (composição dos alimentos, resíduos tóxicos, origem) só podem ser avaliados por especialistas e dificilmente podem ser percebidas no momento da aquisição ou do consumo e

por isso, os consumidores escolhem com quem comprar os produtos de acordo com a reputação do (a) agricultor (a).

Desta forma, os (as) agricultores (as) que não têm condições de certificarem formalmente a sua produção, precisam construir sua própria reputação e se destacar entre os certificados. Os produtores e suas organizações devem convencer os clientes e consumidores de que seus produtos realmente têm qualidade e características desejáveis (BUAINAIN, 2006).

Por exemplo, quando questionada sobre a diferença das produções agroecológicas e orgânicas, uma entrevistada do coletivo Empório da Chaya afirmou que:

Orgânica envolve muitas restrições e a agroecológica é uma transição da convencional utilizando outra forma que não é a orgânica, mas é similar. Porém, tem menos regras, não precisa do selo como na orgânica, tem menos burocracia. É uma produção direta dos agricultores sem veneno, mas não tem nada comprovando (Entrevistada 3, Acampamento Marli Pereira da Silva, 2019).

Apesar da pouca clareza na definição mais técnica do conceito de agroecologia, essa fala nos possibilita inferir que a entrevistada quis comparar a certificação que é presente na produção orgânica, mas não na produção agroecológica. Para que haja uma certificação é necessário um conjunto de medidas que incluem exigências e vistorias de um órgão regulador que tornam o processo custoso, excluindo os pequenos produtores. Desta forma, eles não conseguem concorrer por determinados mercados que exigem produtos certificados. Por isso, a entrevistada identifica a agroecologia como “menos burocrática” já que os produtos geralmente são vendidos nas feiras direto com os produtores e sem nenhuma comprovação quanto a sua forma de cultivo sem agrotóxicos, apenas na base da confiança entre produtoras e consumidores.

No Brasil, a “agricultura orgânica” passou a ser regulada em dezembro de 2003 pela Lei nº 10.831<sup>5</sup>. No entanto, não estabelece a obrigatoriedade da certificação formal, pois esta poderia gerar uma barreira à entrada desses agricultores ao sistema de produção orgânico e permite que os produtos sejam vendidos diretamente aos consumidores (BARBOSA; LAGES; 2006). Para Dulley *et al.* (2003), a certificação não é acessível a esses pequenos agricultores devido ao custo relacionado à obtenção do selo e as dificuldades técnicas e culturais que esses agricultores enfrentam para atenderem os requisitos técnicos da legislação.

---

<sup>5</sup> Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.831.htm#:~:text=LEI%20No%2010.831%2C%20DE%203%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202003.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20agricultura%20org%C3%A2nica,Art](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.831.htm#:~:text=LEI%20No%2010.831%2C%20DE%203%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202003.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20agricultura%20org%C3%A2nica,Art)>. Acessado em 19/06/2020.

Além do alto custo de certificação formal, para a Agroecologia:

o agroecossistema é a unidade fundamental de estudo, nos quais os ciclos minerais, as transformações energéticas, os processos biológicos e as relações socioeconômicas são vistas e analisadas em seu conjunto. Sob o ponto de vista da pesquisa agroecológica, seus objetivos não são a maximização da produção de uma atividade particular, mas a otimização do agroecossistemas como um todo, o que significa a necessidade de uma maior ênfase no conhecimento, na análise e na interpretação das complexas relações existentes entre as pessoas, os cultivos, o solo, a água e os animais (ALTIERI, 1989).

Desta forma, as produtoras e os produtores agroecológicos respeitam os ciclos sucessionais naturais de cada agroecossistema (Figuras 8 e 9) e por isso, não possuem condições de assumirem compromissos antecipados, sendo excluídos dos mercados mais dinâmicos (BUAINAIN, 2006). A agroecologia busca agregar a técnica e a produção à preservação do saber e da cultura tradicionais e o consumo à soberania alimentar.



Figura 8 – Esquema de um agrossistema. Figura 9 – Agrofloresta cultivada pelo coletivo Fonte: Gliessman, et al., 1980 apud Claire Elodie Empório da Chaya.

Grangeat (2019) .

Fonte: Acervo pessoal. - Foto tirada em 14/12/2019.

Assim, o cultivo em florestas não pressupõe, necessariamente, a transformação delas em uma paisagem de monocultura, mas resultando em mosaicos de espécies manejadas e sistemas agroflorestais. No manejo desses mosaicos, pode-se destacar o plantio de espécies desejadas, introdução de novas espécies, eliminação das espécies competidoras, abertura de clareiras, uso do fogo, entre outras técnicas. Nesse processo, ocorre uma ampla variedade de sistemas de domesticação das paisagens (CLEMENT, 1999), associada com sistemas de aclimação de espécies, que podem atuar no sentido da conservação ambiental, de forma

associada ao processo produtivo (KAIRÓS, 2013). Desta forma, as práticas agroflorestais variam de acordo com as espécies cultivadas, as práticas mais adequadas, o clima, o solo, os diferentes estágios sucessionais, os ciclos de plantações, dentre outros.

Vale discutir que a produção agroecológica não segue a lógica do mercado em relação à flexibilidade, à informação, à qualidade e ao *timing*. Em todos esses campos esses grupos de agricultoras e agricultores enfrentam problemas. Por exemplo, flexibilidade para o mercado depende, em grande medida, da capacidade financeira e tecnológica para ajustar-se, com rapidez, às mudanças nas condições do mercado e ou às exigências dos contratantes. No entanto, durante um longo período, essas e esses produtores agroecológicos não receberam nenhum incentivo público e por isso, possuem sérias restrições de recursos ou deficiências de formação e ou infraestrutura que reduzem a flexibilidade. Além disso, o acesso à informação também é precário em muitos locais e, mesmo quando recebem informações, parte deles não tem condições de aplicá-la de forma adequada, seja por falta de recursos financeiros seja em razão de outra deficiência qualquer (BUAINAIN, 2006).

As questões relacionadas à qualidade e ao *timing* também são relevantes e dependem de informação, condições tecnológicas e financeiras que não correspondem à situação da maioria dos agricultores familiares. Por exemplo,

a adoção dos princípios da agroecologia introduz uma tensão quase permanente entre as exigências do processo de conversão e as pressões das próprias famílias e mercados. Por exemplo: o respeito aos ciclos naturais impõe um tempo de recuperação de paisagem que pode ser incompatível com as necessidades das próprias famílias. Outro exemplo de tensão entre a adoção da agroecologia é a possível incompatibilidade entre os ciclos naturais e a exigência dos mercados que valorizam a não sazonalidade da oferta de produtos alimentares (BUAINAIN, p. 81, 2006).

Desta forma, as produtoras e os produtores agroecológicos, por não conseguirem antecipar a colheita para vender no final da entressafra a preços mais elevados ou plantar fora de época, não possuem acessos aos recursos financeiros e equipamentos adequados acabam não tendo sintonia com o *timing* do mercado, tendo dificuldades em aproveitarem as fases e oportunidades favoráveis do mercado (Idem, Ibidem).

Por isso, para que houvesse um rompimento com essa lógica do mercado que não considera os ciclos da natureza, seria importante também que os consumidores compreendessem melhor esses ciclos, resgatassem e valorizassem conhecimentos tradicionais e buscassem consumir os vegetais no momento mais propício para a disponibilidade da natureza e não só aquele do desejo consumista. A agroecologia propõe uma mudança mais ampla e por isso,

estimula que os consumidores conheçam os produtores responsáveis pelo cultivo de seus alimentos e quando possível, visitem as propriedades onde seus produtos estão sendo cultivados. Como proposto na campanha promovida por grupos que defendem a Agroecologia, como o Projeto de Extensão da UFRJ CASA, <sup>6</sup> que visa promover a aproximação entre consumidores(as) e agricultores(as), por intermédio da Feira Agroecológica da UFRJ.

### 3.1 BREVE HISTÓRICO DA AGROECOLOGIA NO BRASIL

No final da década dos anos 1960, os movimentos que propõem uma “agricultura alternativa” à agricultura moderna foram fortalecidos. Essas alternativas agrícolas visavam ressaltar a necessidade de desviar o caminho que a produção agrícola vinha seguindo, pautando-se pela ideia de sustentabilidade ambiental. Na década dos anos 1970, foram realizados estudos sobre os países chamados de Terceiro Mundo e sobre o sistema camponês, buscando atender as suas necessidades ambientais, socioeconômicas e culturais e, neste contexto surgiu a agroecologia (GUZMAN *et al.*, 1999).

Apesar de o termo agroecologia existir desde os anos 1930, sua importância científica só foi demarcada após aproximadamente quarenta anos, com o aprofundamento da reflexão teórica sobre o manejo dos agroecossistemas e as críticas ao modelo de desenvolvimento agrícola (MOREIRA; CARMO, 2004).

O termo agroecologia surge como possibilidade de intersecção entre a agronomia e a ecologia. No entanto, motivados pela análise das consequências sociais da Revolução Verde, os estudiosos do assunto reconheceram a necessidade de inclusão das ciências humanas (em destaque a antropologia, a sociologia e a geografia) e da discussão sobre as possibilidades de transformações dos paradigmas do modelo hegemônico de cientificidade. A agroecologia, portanto, não é uma ciência nem um modelo de produção agrícola, mas uma intersecção de discursos científicos, a partir da reflexão de aspectos ecológicos, culturais, sociais e econômicos que possibilitem a constituição de formas de produção equilibrados em tais aspectos e orientados para a busca de sustentabilidade (DE BIASE, 2007).

A prática agroecológica está baseada na valorização da diversidade cultural e biológica, conservando e resgatando as variedades crioulas e o conhecimento tradicional das populações locais, visando desenvolver agroecossistemas mais sustentáveis (ALTIERI, 2004;

---

<sup>6</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/projetocasaufrj>>. Acessado em 13/07/2020.

EMBRAPA, 2006). Ela difere-se da agricultura orgânica ao não buscar uma padronização de técnicas, desenvolvendo o conceito de transição agroecológica, que consiste no processo de mudança e adequação gradual das práticas agrícolas (COSTABEBER; MOYANO, 2000). A difusão das práticas baseia-se na troca de saberes entre as comunidades e se estabelece de forma participativa (CAPORAL; COSTABEBER, 2000). Outros princípios que fundamentam a prática são a soberania alimentar e a equidade de gênero, onde soberania alimentar sustenta o direito dos povos definirem suas estratégias de produção e consumo dos alimentos de que necessitam (MALUF; REIS, 2013), enquanto a equidade de gênero baseia-se no reconhecimento do papel relevante que as mulheres têm exercido nos sistemas de produção agroecológica. Tradicionalmente, elas desenvolvem, dentro da produção familiar, além de hortas, pomares, pequenos animais e a transformação caseira de produtos, as atividades domésticas e da preparação da alimentação (SILIPRANDI, 2013).

É importante informar que se considera a Revolução Verde o modelo baseado no uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos na agricultura não devendo ser apenas vista como uma proposta de avanço técnico para aumentar a produtividade, mas também dentro de um contexto de intencionalidade inserida em uma estrutura capitalista e de um processo histórico (ANDRADES; GANIMI, 2007).

De acordo com Hecht (1995), Francis *et al.* (2003) e Gliessman (2007), ao longo das décadas de 1960 e 1970, houve um aumento gradual na aplicação da ecologia à agricultura, parcialmente em oposição à Revolução Verde que criou maior intensificação e especialização na produção agrícola.

Por exemplo, segundo Götsch (1995), a agrofloresta é um organismo vivo, que funciona como parte de um sistema inteligente é uma nova visão de mundo, e o ser humano é parte do sistema inteligente, e não o ser inteligente

Neste contexto, a Revolução Verde não apresentou progressos significativos quanto à diminuição de fome no mundo além de ter causado diversos impactos ambientais devido ao uso excessivo e crescente de agrotóxicos e a monocultura assim como consequências sociais devido a um desenvolvimento rural unidimensional focado na produção e na economia (WEZEL *et al.*, 2009).

Com a abertura democrática, na década de 1980, inicia-se um momento de contestação à forma como a modernização da agricultura vinha sendo conduzida no Brasil. Diversos fatores colaboraram para os questionamentos dos conceitos hegemônicos sobre o desenvolvimento rural, tais como a crise econômica, a baixa capacidade de investimentos do Estado, a resistência



política de parte importante dos agricultores às mudanças propostas pelas políticas públicas, os impactos negativos dos processos de modernização e a persistência da pobreza rural (FREITAS *et al.*, 2012).

De acordo com Luzzi (2007), no início dos anos 1980, foram observados alguns avanços na orientação tecnológica, especialmente na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), na Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) e no Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR). No entanto, não foram suficientes para romper com a lógica produtivista predominante nessas instituições.

Na década de 1980, um passo importante para o momento foi a aprovação da Lei de agrotóxicos<sup>7</sup>, um marco inicial da regulamentação da agricultura orgânica (Brasil, 1989). Já a preocupação com a questão ambiental ganhou destaque no início da década de 1990, impulsionada pelos debates em torno da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que aconteceu no Rio de Janeiro em 1992, a Rio-92. Os debates sobre a degradação ambiental, aliados à expansão mundial da produção orgânica e à consolidação e expansão das experiências produtivas no Brasil, colaboraram para a expansão da agroecologia naquela década (MOURA, 2017). Ainda segundo a autora, outra experiência, iniciada em 1992, foi o Sistema Integrado de Produção Agroecológica, conhecido como Fazendinha Agroecológica Km 47, envolvendo a Embrapa Agrobiologia, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e a Pesagro-Rio. Em adição, a Embrapa Agrobiologia também coordenou, em 1998, a Rede Agroecologia-Rio, custeada pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), incluindo-se mais seis instituições: Assessoria e Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA); Pesagro-Rio; Emater-Rio; UFRRJ; Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (Abio); e Agrinatura Alimentos Naturais Ltda.

A Rede Agroecologia-Rio é destacada por Neves, Medeiros e Almeida (2000) *apud* Moura (2017) como a primeira experiência de instituições públicas do Brasil a articular todos os elos da cadeia produtiva da agricultura. A Rede Agroecologia do Rio de Janeiro organizou em 1999, no próprio estado, o I Encontro Nacional de Pesquisa em Agroecologia. O encontro foi considerado um marco do debate agroecológico na Embrapa. Na ocasião, foram relatadas

---

<sup>7</sup> Lei no 7.802, de 11 de julho de 1989 (Brasil, 1989). Dispõe sobre pesquisa, experimentação, produção, embalagem e rotulagem, transporte, armazenamento, comercialização, propaganda comercial, utilização, importação, exportação, destino final dos resíduos e embalagens, registro, classificação, controle, inspeção e fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências.

várias experiências de agricultores e realizado o levantamento das demandas para promoção, sistematização e articulação das ações de pesquisa com o enfoque agroecológico (LUZZI, 2007; NEVES, MEDEIROS E ALMEIDA, 2000).

Os espaços para interação de temas relacionados à agroecologia no campo tecnocientífico foram surgindo aos poucos no Brasil, tais como a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia), espaço de discussão e articulação do conhecimento agroecológico no meio acadêmico-científico, que faz parte da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA). A ABA-Agroecologia e a ANA constituem dois espaços nacionais importantes de articulação política (LUZZI, 2007). Segundo Monteiro e Londres,

As organizações da ANA passaram a priorizar em sua ação a participação ativa nesses espaços de diálogo, propondo aprimoramentos nas políticas e nos programas já existentes e a criação de novos instrumentos de políticas públicas para o campo. Esse diálogo esteve sempre ancorado nas realidades concretas das organizações no nível local, onde as políticas são implementadas. Como acontece até os dias de hoje, a identificação de inadequações e gargalos na concepção e execução das políticas é tema de debate junto aos técnicos/as e agricultores/as, e as demandas e propostas daí decorrentes são levadas aos gestores para negociação (2017, p. 67).

Ainda vale destacar que até o início da década de 1990, não havia nenhum tipo de política pública específica, com abrangência nacional, voltada para o financiamento dos agricultores familiares no Brasil (MOURA, 2017). Essa mudança na visibilidade do meio rural deveu-se pela mobilização realizada pelo movimento sindical dos trabalhadores rurais ligados à Contag e ao Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais (DNTR) da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que, mais tarde, formaria a Federação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF). Além disso, um estudo da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e do Incra, em 1994, aportou ao debate político da época importante contribuição, ao definir com maior precisão conceitual a agricultura familiar brasileira e mostrar sua relevância socioeconômica (FAO e Incra, 1994).

A partir desse período, as redes locais de inovação agroecológica passaram a contar com apoios mais sistemáticos de diversas políticas e programas públicos. Apesar da maioria desses apoios não terem nenhuma referência direta à agroecologia, elas melhoraram as condições materiais dos agricultores e agricultoras familiares, extremamente precárias em muitas regiões, e contribuíram de forma inédita para o fortalecimento das redes locais de inovação agroecológica. Como essas medidas, podemos citar a ampliação do acesso aos benefícios da previdência social para os trabalhadores e as trabalhadoras rurais, a valorização do salário mínimo, o Programa Bolsa Família (PBF), a melhoria de infraestruturas nas

comunidades rurais, incluindo o acesso à energia elétrica e a melhoria das moradias, e o acesso à educação formal. Além dessas, foram criadas ou ampliadas políticas dirigidas ao público da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais, que resultaram em avanços importantes para a promoção da agroecologia (MONTEIRO; LONDRES, 2017).

No decorrer dos anos, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), criado em 1996 pelo Decreto 1.946<sup>8</sup>, sofreu uma série de mudanças e houve a criação de novas modalidades, o que resultou na aprovação da Lei da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326/2006)<sup>9</sup>, que institucionalizou a categoria agricultor familiar. A partir desse contexto, foram apresentadas pela ANA, em 2003, duas proposições de novas modalidades: uma sobre Financiamento da Transição Agroecológica e outra sobre a criação de linha especial de crédito, voltada ao apoio dos processos de transição agroecológica (IRACEMA MOURA, 2017).

Vale destacar que:

a transição agroecológica que começou neste final de milênio — a segunda transição do século XX na classificação de Buttel — poderia ser definida como a passagem do modelo produtivista convencional à formas de produção mais evolucionadas desde o ponto de vista da conservação dos recursos naturais e, conseqüentemente, mais sustentáveis no médio e longo prazos. A característica fundamental deste processo de transição seria a “ecologização” da agricultura, assumindo as considerações de caráter ambiental e biofísico um papel ativo na determinação das práticas agrárias. Esta ecologização das práticas agrárias estaria, por sua vez, crescentemente marcada por uma maior integração entre a Agronomia e a Ecologia — dois campos de estudo até agora pouco explorados em suas complementaridades para gerar conhecimentos relevantes à melhoria de métodos e técnicas de intervenção com fins agrícolas do homem sobre os ecossistemas (COSTABEBER, p.40, 1998).

Desta forma, a agroecologia vem se consolidando no Brasil desde os anos 1980, organizando-se a partir de práticas de produção agrícola e movimento social e com fortes avanços no campo do desenvolvimento científico e tecnológico (MOREIRA; CARMO, 2004)

Ela recuperou uma herança agrícola que havia sido destruída pela agricultura moderna e, particularmente, pelas ciências agrônômicas que muitas vezes vêm carregadas de muitos preconceitos de classe, etnia, cultura e gênero e por isso, acabam por desprezar o conjunto de conhecimentos e pessoas que detinham e repassavam esse conhecimento (HECHT, 2002).

---

## 3.2 AGROECOLOGIA NO BRASIL E NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

<sup>8</sup> Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D1946.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1946.htm)>. Acessado em 20/07/2019.

<sup>9</sup> Disponível em <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4080268&disposition=inline>>. Acessada em 24/04/2020.

O Brasil é considerado um destaque na produção agroecológica e promoção da agroecologia na América Latina. As políticas públicas brasileiras de apoio à agricultura familiar e agroecologia tiveram uma otimização, principalmente no início dos anos 2000, com ações do governo federal que promoveram a otimização do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), a criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e a consolidação de assistência técnica e extensão rural para a agricultura familiar e agroecológica (LOURENÇO *et al.*, 2017).

Vale destacar que o país possui cerca de 192 milhões de habitantes (estimativa do IBGE, 2010), o que representa uma das maiores populações absolutas do mundo, no entanto, atualmente, 81% da população brasileira vive em área urbana e somente 19% na área rural (IBGE, 2010).

A agroecologia vem seguindo uma trajetória no Brasil marcada pelas mobilizações dos movimentos populares que confrontam com as tendências históricas de marginalização e precarização das condições de vida e trabalho das trabalhadoras e dos trabalhadores rurais.

Essas mobilizações resultaram em conquistas muito importantes para a garantia de direitos dentro da agricultura familiar e dos povos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais. Muitos desses movimentos se envolveram diretamente nas redes locais de inovação agroecológica e demonstraram o grande potencial da agroecologia para a construção de um projeto de desenvolvimento alternativo aos padrões predatórios hoje dominantes de ocupação dos territórios (MONTEIRO; LONDRES, 2017).

Ressalta-se que a agroecologia não é considerada apenas uma atividade econômica e sim um projeto ético e político, uma forma cultural de produzir alimentos e produzir formas de viver, pelo uso sustentável dos recursos naturais, dos saberes empíricos e das formas de relação integrada entre o homem e a natureza.

Em dezembro de 2014, 10.554 unidades de produção orgânica estavam cadastradas no sistema, e esse total passou para 15.856 unidades em julho de 2017. O Brasil apresenta 5.072.152 estabelecimentos agropecuários (IBGE, 2018); portanto, as propriedades orgânicas representavam 0,3% dos estabelecimentos em 2017. Como no contexto mundial, a produção orgânica também representa um nicho de mercado no Brasil, mas um mercado em expansão, o que justifica uma avaliação de seu crescimento no País (EMBRAPA, 2019).

Os dados do Censo Agropecuário de 2017 apontam que apenas 56% (7.794.816 de 14.044.056 estabelecimentos) do total de estabelecimentos agropecuários do Brasil de produção

orgânica são classificados como agricultura familiar. No Brasil, 15.105.125 pessoas são ocupadas na agricultura familiar, sendo 10.726.106 homens e 4.379.019 mulheres (IBGE, 2017). Segundo a EMBRAPA,

O Paraná é o estado com o maior número de unidades de produção orgânica, e sua participação na produção nacional passou de 12% (1.268) para 14% (2.283) entre 2014 e 2017. Os cinco estados (Paraná, Rio Grande do Sul, São Paulo, Santa Catarina e Piauí) que representavam 54% do total de unidades de produção em 2014 continuaram entre as cinco primeiras posições em 2017, porém passaram a representar 52% do total. A região Sul é predominantemente ocupada por pequenas propriedades, e o desenvolvimento da agricultura orgânica teve forte atuação do poder público municipal e estadual nas últimas décadas, com atuação da extensão rural e envolvimento de centros de pesquisa, principalmente no Paraná e no Rio Grande do Sul. Em São Paulo, a criação da Associação de Agricultura Orgânica (AAO), o apoio da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (Cati), da Fundação Mokiti Okada, e de empresas do setor de comercialização e certificação colaboraram para o desenvolvimento da agricultura orgânica no estado. (2019).

No entanto, quando se leva em consideração os estabelecimentos agropecuários que utilizam agricultura orgânica, mas não são certificadas, a Região Nordeste apresenta o maior número, com 42.236 estabelecimentos, correspondendo a 1,72% do total de estabelecimentos agropecuários do Brasil. No total, o país contava com 4.935.658 hectares em produção orgânica, o que representava 2,24% da área agricultável no Brasil (IBGE, 2006; LOURENÇO *et al.*, 2017).

De acordo com a primeira pesquisa nacional sobre o consumo de orgânicos (ORGANIS; MARKET ANALYSIS, 2017), a região Sul se destaca como a região onde mais se identifica a presença do selo Produto Orgânico Brasil nos produtos comprados. Por outro lado, na região Nordeste esse selo é menos percebido pelos consumidores.

Ainda segundo essa pesquisa, as regiões Sul e Centro-Oeste são as mais receptivas ao aumento do consumo de orgânicos. Diferente das demais regiões, no Sul, a principal dificuldade é a falta de acesso aos produtos (Idem, *Ibidem*).

Além do preço, que é citado como principal entrave ao crescimento do consumo de orgânicos, destaca-se a importância de fatores como o acesso aos produtos e a falta de conhecimento sobre os mesmos dentre o público que é consumidor esporádico (Idem, *Ibidem*).

É importante destacar que esses dados não representam o real tamanho e a abrangência da agroecologia e agriculturas alternativas no Brasil, visto que muitos agricultores, sobretudo os mais fragilizados e em condições de baixo poder aquisitivo, encontram dificuldades na certificação, seja pela burocracia e processos, ou pelo custo da certificação (CORBARI; MIRANDA; ZONIN, 2019). Conforme demonstrado no Censo Agropecuário de 2006, apenas uma pequena parcela dos estabelecimentos que produzem com princípios agroecológicos é

certificada como orgânica (14,3%). Essa baixa taxa de certificação pode decorrer dos processos de transição ao orgânico, pela dificuldade em acessar a certificação ou por não visualizarem como algo que possa agregar benefícios comerciais (IBGE, 2006; SCALCO *et al.*, 2017).

O estado do Rio de Janeiro é o mais urbanizado do país, com 95% de sua população vivendo em centros urbanos (MARAFON *et al.*, 2005). Com base em dados IBGE e INCRA, é possível verificar a continuidade, nos últimos anos, do processo de esvaziamento do meio rural, a ampliação da concentração fundiária e a redução da importância da agricultura, seja em relação à produção e à área, como, principalmente, ao emprego no Rio de Janeiro (ALENTEJANO, 2012). Este processo tem promovido, historicamente, dinâmicas de exclusão social e política dos espaços e das populações rurais no Estado (MOREIRA, 2001).

No estado do Rio de Janeiro a grande concentração populacional, de renda e as condições de desenvolvimento na Região Metropolitana da cidade do Rio de Janeiro geram um intenso desequilíbrio interregional, com exclusão política e social de parte da população do meio rural (Idem, *Ibidem*).

A Região Metropolitana é constituída por vinte municípios e vários estudos destacam a perda de espaço da agricultura na economia estadual, apontando para uma decadência do setor agrícola. No entanto, quando comparamos essa possível decadência com outros estados da região sudeste, ela deve ser relativizada, sobretudo porque, como destaca Alentejano (1997), a imagem da decadência da agricultura fluminense está associada ao fato de que a área agrícola utilizada no estado é bastante reduzida quando comparada com as demais da Região Sudeste, bem como a agroindustrialização é muito limitada (WITTMANN, 2018). De acordo com Oliveira e Marafon (2006), quando discutimos o dinamismo que existe na agricultura fluminense, apesar da visão que normalmente é passada de total decadência, as pequenas e médias propriedades são aquelas que mais empregam mão-de-obra, ao contrário das grandes propriedades que apresentam índices baixíssimos de mão-de-obra empregada. Segundo a autora, a região Serrana ganha destaque, pois é onde a modernização é mais expressiva e ocorre, principalmente, em pequenos estabelecimentos com características de produção familiar.

A construção de uma agricultura alternativa ao agronegócio inspira manifestações desde os anos 1970 no Rio de Janeiro com experiências como a Associação de Agricultores Biológicos do Estado Rio Janeiro (ABIO), Cooperativa de Consumidores de Produtos Naturais (COONATURA) e o Grupo de Agricultura Ecológica/UFRRJ (GAE) quando esses grupos demonstraram sua contestação à agricultura convencional com base na utilização de insumos externos, principalmente os agrotóxicos. Para este movimento também contribuíram as

primeiras ocupações de terra que foram se transformando em assentamentos e experimentando práticas agroecológicas (AARJ,2019).

A AS.PTA e a “Fazendinha” na EMBRAPA Agrobiologia também se destacaram no Rio de Janeiro como experiências de âmbito e contribuição nacional para o tema. O Rio de Janeiro foi também palco de várias articulações nacionais em prol da agroecologia, como o Encontro Nacional de Comunidades Alternativas (nos anos 1980), Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa (1984) e o Seminário Nacional de Agricultura Alternativa (1994), todos com um desafio em comum: a convivência com o meio ambiente a partir de uma agricultura com base ecológica, não desvinculada de preceitos como a organização política das agricultoras e dos agricultores e seu desenvolvimento social (AARJ, 2019).

Apesar desses avanços, e possível verificar desde 2016 até os dias atuais, junho de 2020, uma intensificação do processo de desmonte das políticas públicas de apoio à agroecologia e à agricultura orgânica em nível federal, inclusive com o esvaziamento de instâncias de gestão dessas políticas (STRAUCH; PALM; 2019).

A partir de 2016, houve uma rearticulação dos atores inseridos nos debates em torno das noções de agroecologia e agricultura orgânica no estado do Rio de Janeiro em resposta a um aumento na fragilização política no âmbito federal. Este conjunto de atores passaram a dinamizar um novo processo de sinergia mais direta com vistas a formulação e implementação de políticas em nível estadual. Este novo contexto, de aproximação entre os diferentes atores no estado, foi marcado, ainda, pela tentativa de construção de um projeto em conjunto para o edital do Programa de Fortalecimento e Ampliação das Redes de agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica (ECOFORTE), e pelos esforços em se incorporar a temática agroecologia nos debates entre os candidatos nas eleições de 2018 (STRAUCH; PALM; 2019).

Embora o estado do Rio de Janeiro não possua papel de destaque na produção nacional de produtos agroecológicos e orgânicos, a produção cultivada principalmente pela agricultura familiar vem ganhando notoriedade no estado e sendo considerada o ponto chave para o desenvolvimento rural sustentável, oportunizando a geração de renda e emprego no campo (EMATER/RIO, 2017; FONSECA, 2009). Isso está ocorrendo devido à ação conjunta de instituições (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro - PESAGRO, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado - EMATER – RIO, Associação de Produtores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro - ABIO) que ao longo dos anos vêm buscando parcerias com os agricultores, implantando canais alternativos de

comercialização, por meio de mecanismos participativos da qualidade, estimulando o associativismo, a participação e a responsabilidade solidária, além de fomentar a participação de novos agentes no meio rural, com o comprometimento em atender os requisitos que garantam a oferta de produtos com qualidade e seguindo os princípios que norteiam a agroecologia (EMBRAPA, 2019; FERES, 2012; MELO, 2004).

No entanto, é importante destacar que, atualmente, diante de um contexto de crise econômica e ambiental que se agrava em todo o mundo, setores políticos e econômicos alinhados com uma agenda neoliberal, com pouco diálogo com os movimentos sociais, ameaçam desconstruir parte das políticas públicas instituídas no período recente que são garantidoras de direitos para as parcelas mais empobrecidas da população. Desta forma, medidas como redução do Estado e cortes orçamentários em áreas que desenvolvem políticas importantes para estas populações, incluídos aí a população que atua na agricultura familiar, beneficiários da reforma agrária, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, e também a população urbana de renda mais baixa beneficiária das políticas de distribuição de renda e de promoção da segurança alimentar e nutricional. Este contexto coloca o movimento agroecológico frente a grandes desafios políticos tanto no âmbito federal quanto estadual (MONTEIRO; LONDRES, 2017).

Apesar do exposto, vale destacar que durante o período da pandemia causada pelo COVID-19, registrou-se um aumento no consumo de produtos orgânicos e agroecológicos, possivelmente em reconhecimento à contribuição dessas práticas produtivas para a proteção ambiental e a saúde de produtores e consumidores.<sup>10</sup>

### 3.3 ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA – ANA

De acordo com o *site* da ANA, entre as suas principais temáticas de atuação estão a construção do conhecimento agroecológico, notadamente nos campos da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), da Educação e da Pesquisa, a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, com foco prioritário nas sementes locais e nos produtos do extrativismo, a questão do protagonismo das mulheres, o abastecimento e a construção social de mercados, a

<sup>10</sup> Disponível em: <<https://www.oeco.org.br/reportagens/covid-19-produtores-organicos-se-organizam-e-expandem-clientela-no-rio/>>. Acessado em 30/06/2020.

Disponível em: <<https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/consumidores-tem-investido-mais-em-alimentos-organicos-durante-a-pandemia/#page1>>. Acessado em 30/06/2020.



soberania e segurança alimentar, a reforma agrária e os direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais, o acesso e a gestão das águas, a agricultura urbana e periurbana, a questão dos agrotóxicos e dos transgênicos, as normas sanitárias para produtos da agricultura familiar, o crédito para financiamento da agricultura familiar e a comunicação (ANA, 2018).

A ANA foi formada em 2002, ao final do primeiro Encontro Nacional de Agroecologia (I ENA), no Rio de Janeiro, onde participaram 1120 pessoas, sendo elas 70% homens e 30% mulheres. Neste evento, houve um processo de aproximação de diversos movimentos: organizações de base de produtores rurais e consumidores, movimentos sociais, inclusive de mulheres, organizações não governamentais, técnicos e pesquisadores. O objetivo comum desse grupo era impulsionar a prática da agroecologia no país (SILIPRANDI, 2009).

A ANA já realizou, desde a sua constituição, quatro Encontros Nacionais de Agroecologia – ENAs (Rio de Janeiro – RJ, 2002 (ENA I); Recife – PE, 2006 (ENA II); Juazeiro – BA, 2014 (ENA III); e Belo Horizonte, 2018 (ENA IV)). Deste último encontro participaram 3.000 pessoas de todos os estados do Brasil, representando movimentos sociais e organizações da sociedade civil, além de redes estaduais, regionais e nacionais (ANA, 2018).

Os encontros nacionais constituem o principal espaço para discussão e decisão das estratégias políticas da ANA. Após o terceiro Encontro Nacional, foi constituído um fórum para avaliação e debate de estratégias: a Plenária Nacional da ANA, como evolução da antiga Coordenação Nacional. Nessa Plenária participam todas as organizações, redes e movimentos que compuseram a comissão organizadora do III ENA, além de redes estaduais de agroecologia que se formaram após o Encontro. A plenária nacional acontece no mínimo uma vez por ano (Idem, Ibidem).

---

Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/globo-rural/noticia/2020/05/17/venda-deorganicos-cresce-na-pandemia-com-produtores-apostando-em-novas-formas-de-negociacao.ghtml>>. Acessado em 30/06/2020.

As estratégias definidas nos encontros e nas plenárias nacionais da ANA são encaminhadas pela Secretaria Executiva da ANA e pelo Núcleo Executivo. A Articulação é composta por organizações do campo agroecológico brasileiro que se reúnem presencialmente em média quatro vezes por ano (Idem, Ibidem).

De acordo ainda com ANA (2018), a articulação cumpre um papel de construir unidade política, abrindo espaços de diálogo entre o governo e sociedade. Cabe destacar a atuação da ANA no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), no Conselho

Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) e na Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO).

### 3.4 ARTICULAÇÃO DE AGROECOLOGIA DO RIO DE JANEIRO – AARJ

A Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro é um movimento de organizações da sociedade que a partir da identificação, sistematização e mapeamento de experiências procura se articular no Estado com o objetivo de fortalecer as iniciativas agroecológicas (AARJ, 2019).

De acordo com Mattos *et al.* (2015), a Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ) surge em julho de 2005, no I Encontro Estadual de Agroecologia, com o propósito de articular os diversos movimentos e organizações da sociedade civil que possuíam relação com a agroecologia no estado do Rio de Janeiro visando uma maior participação no II ENA, e, conseqüentemente, nos debates e atividades da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA).

A AARJ atua há mais de dez anos e busca a sua dinâmica a partir das práticas agroecológicas vivenciadas no dia a dia dos seus protagonistas, que no caso do Rio de Janeiro, contempla uma grande diversidade de atores, movimentos e organizações. A abrangência de atuação territorial da AARJ apresenta uma grande diversidade de experiências rurais e urbanas, de produção e de consumo, agrícolas e não agrícolas, que são protagonizadas por atores que representam as mais variadas identidades socioculturais, como agricultoras e agricultores familiares, assentadas e assentados, quilombolas, caiçaras, agricultoras e agricultores urbanas (os), consumidoras e consumidores. Além das parcerias e afiliações institucionais com organizações e movimentos da agricultura familiar e da reforma agrária, ONGs, cooperativas de serviço e de consumo e instituições oficiais de ensino, de pesquisa e de extensão rural (MATTOS *et al.*, 2015).

Apesar da AARJ contemplar experiências realizadas no estado do Rio de Janeiro, em alguns casos de identidade institucional ou cultural, a abrangência estadual também é extrapolada, como podemos destacar nas articulações regionais de agroecologia consideradas para o estado, tais como: Costa Verde, Metropolitana, Norte Fluminense, Serrana, Serra Mar e Vale do Paraíba (MATTOS *et al.*, 2015).

## 4. MULHERES NA AGROECOLOGIA

De acordo com Maria Emília Pacheco (1997), a agroecologia pode apresentar uma outra visão sobre as relações de gênero e meio ambiente ao proporcionar uma maior visibilidade para o trabalho das mulheres na agricultura e na conservação ambiental. Desta forma, a agroecologia poderia atrair as mulheres para as lutas socioambientais, incorporando as suas preocupações e os seus conhecimentos nas propostas de mudanças. No entanto, ainda vale a reflexão se esta valorização seria suficiente para provocar uma mudança profunda na divisão sexual do trabalho e na hierarquização entre os gêneros existentes no campo.

### 4.1 BREVE HISTÓRICO DAS CAMPONESAS

Na Europa, a privatização da terra começou no final do século XV, coincidindo com a expansão colonial e resultando em despejo de inquilinos, aumento do aluguel e impostos elevados por parte do Estado até gerar o endividamento e venda de terras. Todos esses processos podem ser considerados como expropriação de terra, visto que mesmo quando a força não era usada, a perda da terra se dava contra a vontade do indivíduo e/ou da comunidade, resultando na perda da subsistência. Silvia Federici (2017) menciona duas formas de expropriação de terra: a guerra, cujo caráter mudou nesse período e tem sido usada como meio para transformar arranjos territoriais e econômicos; e a reforma religiosa.

De modo geral, o argumento empregado por aqueles que defendem o “progresso” de diferentes posições políticas é que os cercamentos estimularam a eficiência agrícola e que os deslocamentos provocados foram compensados pelo crescimento significativo da produtividade agrícola. No entanto, esses argumentos não se sustentam, à medida que a privatização da terra e a comercialização da produção agrícola não aumentaram a quantidade de alimentos disponíveis para a maioria da população, embora tenha aumentado a disponibilidade de comida para o mercado e para a exportação (FEDERICI, 2017).

Os cercamentos da propriedade privada também causaram prejuízos aos artesãos nos séculos XVI e XVII quando os negociantes capitalistas se aproveitaram da mão de obra barata disponível nas áreas rurais para quebrar o poder das corporações de ofícios urbanas e destruir a independência dos artesãos. Isso aconteceu principalmente com a indústria têxtil, reorganizada como indústria artesanal rural, na base do sistema doméstico, construída por intermédio do trabalho de mulheres e crianças. Vale destacar que, logo após perderem o acesso à terra, todos os trabalhadores lançaram-se numa dependência econômica que não existia na época medieval,

considerando-se que sua condição de expropriado da terra forneceu aos empregadores o poder para reduzir seu pagamento e ampliar o dia de trabalho (Idem, Ibidem).

É importante pontuar que, no século XVI, a monetarização da vida trouxe, antes mesmo do início dos processos de cercamento, impactos negativos para a população camponesa. As altas cobranças de impostos que os servos deviam aos senhores sempre foram motivo de conflito. A divisão entre os serviços que prestavam ao senhor e serviços que os camponeses faziam para si era muito clara, permitindo que tivessem consciência do tamanho da exploração que sofriam. A partir do momento no qual os serviços laborais foram substituídos por pagamentos em dinheiro, houve maior dificuldade em mensurar tal exploração. Além disso, também possibilitou que aqueles camponeses mais abastados pudessem empregar outros trabalhadores explorando a sua força de trabalho e garantindo, inclusive, um desenvolvimento de sua “propriedade” da mesma forma com que vinham fazendo os senhores feudais (NASCIMENTO, 2019). Esta autora destaca que

(n)esse momento, as mulheres se viram afetadas devido a diminuição do seu acesso à terra ocorrendo grande fluxo migratório delas para os centros urbanos. Lá, a maioria vivia em situação de pobreza realizando trabalhos como vendedoras ambulantes, fiandeiras, membros de guildas menores, prostitutas, curandeiras e trabalhos que mais tarde foram considerados masculinos como ferreiras, pedreiras, chapeleiras açougueiras e cervejeiras (, 2019, p. 5).

Ainda de acordo com Monique Nascimento (2019), posteriormente aos cercamentos serem uma realidade no âmbito rural, as camponesas estavam perdendo sua integração comunitária garantida pelas terras comunais. Com a desintegração das vilas a união social se desfez e as famílias se fragmentam. Isso prejudica especialmente as mulheres mais velhas que são muitas vezes viúvas e não têm acesso à posse de terras ficando à mercê da miséria, vivendo de empréstimos e se endividando cada vez mais.

Segundo Silvia Federici (2017), no século XVII, as mulheres foram as que mais sofreram quando a terra foi perdida e o vilarejo comunitário desagregado, já que para elas era muito mais difícil tornarem-se “desocupadas” ou trabalhadoras migrantes, visto que uma vida nômade as expunha à violência masculina, especialmente num momento em que a misoginia estava crescendo. As mulheres também tinham limitações na sua mobilidade devido à gravidez e ao cuidado dos filhos. As mulheres tampouco podiam se tornar soldados pagos, apesar de algumas terem se unido aos exércitos como cozinheiras, lavadeiras, prostitutas e esposas. Esta opção desapareceu no século XVII, à medida que, progressivamente, os exércitos foram sendo

regulamentados e as multidões de mulheres que costumavam segui-los foram expulsas dos campos de batalha (KRIEDTE, 1983).

As mulheres também foram prejudicadas pelos cercamentos ao considerarmos que, assim que a terra foi privatizada e as relações monetárias começaram a dominar a vida econômica, elas passaram a encontrar dificuldades maiores do que as dos homens para se sustentar, sendo destinadas ao trabalho reprodutivo no exato momento em que este trabalho estava sendo absolutamente desvalorizado (FEDERICI, 2017). Neste sentido, os homens perderam direito à terra e submeteram as mulheres ao papel de servidão.

De acordo com Heleieth Saffioti (2013):

A mulher das camadas sociais diretamente ocupadas na produção de bens e serviços nunca foi alheia ao trabalho. Nas economias pré-capitalistas, especificamente no estágio imediatamente anterior à revolução agrícola e industrial, a mulher das camadas trabalhadoras era ativa: trabalhava nos campos e nas manufaturas, nas minas e nas lojas, nos mercados e nas oficinas, tecia e fiava, fermentava a cerveja e realizava outras tarefas domésticas. Enquanto a família existiu como uma unidade de produção, as mulheres e as crianças desempenharam um papel econômico fundamental ( p. 61).

Conforme já discutido, a origem da desigualdade entre homens e mulheres é histórica e está diretamente relacionada com a forma como se percebe o papel da mulher nas instituições políticas, sociais e culturais do nosso país.

Ainda vale discutir que em uma sociedade predominantemente agrária, era normal não haver emprego disponível ao longo do ano para toda a população. A natureza sazonal, de curto prazo, do emprego nessa economia rural baseada no trabalho escravo, favorecia a mobilidade geográfica dos trabalhadores, os arranjos temporários e a ampliação do leque de atividades remuneradas procuradas pelos trabalhadores (LAMOUNIER, 2007).

De acordo com Angela Maria Gomes (2009), uma série de plantas foi domesticada por grupos étnicos africanos, especialmente mulheres. Na antiguidade, a transformação das sociedades em grupos sedentários se deu pelas mãos das mulheres africanas, como relata Carney (2001) apud Gomes (2009). Desta forma,

o sedentarismo pode ser explicado, entre tantas outras hipóteses, pelas relações sociais de gênero. As mulheres no período pós-parto reduziam seus deslocamentos, assim terminavam trazendo para próximo das casas as sementes das plantas medicinais, das savanas e campos, a exemplo das mulheres banto. Esses pequenos espaços, inicialmente no entorno das casas, plantados com plantas aclimatadas, passam a ser o espaço de adaptação ou de domesticação de plantas e animais. As etapas posteriores foram a introdução e experimentação de plantios de espécies que fornecessem alimentos, para além das dietas da carne obtida pela caça ou dos frutos silvestres. Plantas místicas e medicinais sempre estiveram juntas. Entre as culturas de gramíneas domesticadas pelas mulheres africanas da região do Congo, temos o arroz e o feijão (CARNEY apud GOMES, 2009).

Nas comunidades quilombolas, duas limitações remetem a mudanças nas formas de plantio. A terra foi ficando escassa e a migração da juventude para as cidades levou a uma redução da mão-de-obra para o trabalho da agricultura familiar. As áreas de plantio são os quintais cuidados principalmente pelas mulheres (GOMES, 2009).

Durante quatro séculos de colonialismo, a grande propriedade organizou a produção para exportação, baseando-se no trabalho escravo. Após a crise do período escravocrata e da Revolução de 1930, implantou-se um modelo capitalista de industrialização dependente, que subordinou a produção agrícola aos interesses da burguesia industrial. Do ponto de vista de organização da produção, combinava a grande propriedade exportadora (para obter divisas e financiar a compra de máquinas) com a agricultura camponesa, que produzia alimentos para o mercado interno e abastecia a indústria com sua mão-de-obra sobrando. No período de ascensão tecnológica, a indústria difundiu então as técnicas da chamada Revolução Verde, que consistia basicamente no uso de insumos produzidos pela indústria, como fertilizantes químicos, máquinas e agrotóxicos (BROCH; TARTELLI; STÉDILE, 2009).

É importante ressaltar a mecanização do campo, decorrente da entrada do capital e sob domínio masculino, alterou profundamente o processo de trabalho rural (TEIXEIRA, 1996). Nos locais onde a topografia impossibilita a entrada de máquinas para preparação do solo e a colheita da plantação, prevalece o trabalho manual. Assim, a força de trabalho humano ainda representa papel fundamental no processo de trabalho, sendo a mulher inserida em, praticamente, todas as atividades da propriedade, executando cada vez mais tarefas consideradas masculinas.

As mulheres representam, no mundo, cerca da metade dos 2,5 milhões de pequenos agricultores, criadores, habitantes das florestas e pescadores, cujos conhecimentos e trabalho cumprem papel fundamental na sustentabilidade dos diversos sistemas alimentares, particularmente nos países em desenvolvimento. Na América Latina e Caribe, são responsáveis por 45% da produção de alimentos. Em contradição, compõem a maior parcela de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza e sujeitas ao drama da fome e desnutrição em várias partes do mundo (PACHECO, 2009). É válido reforçar que as mulheres negras, indígenas e pertencentes às comunidades tradicionais encontram-se em situação de maior vulnerabilidade.

Em relação às mulheres negras e sua relação histórica com o campo, Angela Davis (2016) destaca que:

Depois de um quarto de século de “liberdade”, um grande número de mulheres negras ainda trabalhava no campo. Aquelas que conseguiram ir para a casa-grande encontraram a porta trancada para novas oportunidades – a menos que preferissem, por exemplo, lavar roupas em casa para diversas famílias brancas em vez de realizar serviços domésticos variados para uma única família branca. Apenas um número infinitesimal de mulheres negras conseguiu escapar do campo, da cozinha ou da lavanderia. De acordo com o censo de 1890, havia 2,7 milhões de meninas e mulheres negras com idade acima dos dez anos. Mais de 1 milhão delas eram trabalhadoras assalariadas: 38,7% na agricultura, 30,8% nos serviços domésticos, 15,6% em lavanderias e ínfimos 2,8% em manufaturas ( p. 97).

Por várias décadas, as comunidades quilombolas deixaram de ser incluídas nas pautas das políticas públicas, encontrando esse espaço por meio das lutas e embates enfrentados pelos movimentos negros e seus intelectuais, sobretudo no final dos anos 80, quando o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADTC) reconhece “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir lhes os títulos respectivos”, na promulgação da Constituição de 1988 (BRASIL, 2014, p. 157). Apenas em 2004, lançou-se o Programa Brasil Quilombola, integrando 21 órgãos da administração pública federal que passaram a administrar políticas públicas dirigidas em função do desenvolvimento das comunidades quilombolas (PEREIRA *et al.*, 2016).

Bargas e Cal (2018), em seu estudo, analisam o papel da mulher na organização sociopolítica atual do movimento quilombola no estado do Pará. Essa escolha territorial deveu-se pelo fato de o Pará ser o estado brasileiro, dentre outras características, com maior participação de mulheres na vida política do movimento por meio das associações, do encontro estadual de mulheres, e da presença feminina nos espaços de tomada de decisão política do movimento. Essas mulheres vêm, historicamente, se organizando como agricultoras, extrativistas e pescadoras.

As principais formas de articulação ocorrem nos encontros de mulheres (locais, regionais, nacionais), nos encontros e assembleias do movimento quilombola, nos encontros com outros movimentos, como o das trabalhadoras rurais (via Movimento dos trabalhadores Sem Terra – MST), com o Movimento Negro, sendo estes dois últimos exemplificados pelas Marchas das Mulheres Negras e pela Marcha das Margaridas (BARGAS; CAL, 2018).

É importante discutir que as mulheres africanas adotam as práticas de interajuda/ajuda mútua desde o período pré-colonial, atribuindo-lhes um valor de tradição.

Existe um número significativo de pesquisas que têm se detido sobre a forma como as mulheres africanas, tanto do espaço rural quanto urbano, têm recorrido às práticas associativas de

interajuda. Essas práticas seguem como exemplos para as mulheres das comunidades quilombolas, que também precisam dinamizar e potencializar o trabalho de suas associações para, assim, poderem da mesma forma alcançar espaços políticos e públicos, e auxiliar sua população a tecer narrativas mais positivas e prosperas (PEREIRA *et al.*, 2016).

É possível inferir que o Movimento de Mulheres Agricultoras foi de grande importância para o aprofundamento democrático do país e para o início do processo de superação das desigualdades raciais e de gênero a partir dos anos de 1980. Essas camponesas, por meio de seus trabalhos de base, foram gradativamente questionando as estruturas de dominação cultural, social e política que alicerçavam as relações sociais (LISBOA; LUSA, 2010).

As primeiras lutas das mulheres do meio rural foram pelo reconhecimento da sua profissão enquanto agricultoras e pelo direitos decorrentes desse reconhecimento. Elas se organizaram para ter acesso à terra, mediante a titulação conjunta com os companheiros e a adjudicação de lotes a mulheres chefes de família, nos assentamentos de reforma agrária. Esta catalogação ainda permitia que seus documentos indicassem que eram trabalhadoras rurais ou agricultoras e não “donas de casa” ou “domésticas”, a fim de garantir os direitos sociais, previdenciários e sindicais e obter um melhor atendimento no sistema de saúde. (SILIPRANDI, 2011).

Além disso, essas camponesas lutavam pelo direito de participação efetiva nos espaços de tomada de decisão da sociedade, passando pela luta pelos direitos sociais para essas mulheres e suas famílias e chegando à guerra pela autonomia e emancipação feminina, num contexto em que a cultura patriarcal e machista sempre foi regra geral (LISBOA; LUSA, 2010).

De acordo com Emma Siliprandi (2011), as primeiras aparições públicas dessas camponesas em eventos massivos ocorreram ainda em meados da década de 1980. Essas mulheres participaram de marchas até Brasília visando influenciar a Assembleia Nacional Constituinte mediante abaixo-assinados (um deles com 100.000 assinaturas). Nos anos seguintes, as mulheres continuaram buscando a regulamentação dos direitos adquiridos e a garantia da sua efetivação. Através dessa pressão popular,

as mulheres rurais tiveram duas importantes conquistas: a menção explícita ao direito das mulheres à terra, e sua inclusão como beneficiárias da previdência social (conquistando o direito à aposentadoria, à licença-saúde, e à licença maternidade) na condição de seguradas especiais (SILIPRANDI, 2011, p. 133).



Assim, as camponesas vêm buscando se organizar nos níveis locais, regionais e nacional para lutarem por mais direitos e pela manutenção dos já existentes. As conquistas obtidas até o momento foram por meio do trabalho conjunto das mulheres do campo e urbanas, por intermédio dos movimentos sociais, da organização civil e da atuação de alguns partidos políticos. Os direitos formais das mulheres à terra na reforma agrária foram alcançados como um subproduto do esforço em acabar com a discriminação contra as mulheres em todas as suas dimensões.

Segundo Silvia Federici (2019):

Apesar de uma tentativa sistemática das potências coloniais de destruir os sistemas femininos de agricultura, as mulheres hoje constituem a maior parte dos trabalhadores agrícolas do planeta e estão na vanguarda da luta por um uso não capitalista dos recursos naturais (terra, florestas e águas). Mediante a defesa da agricultura de subsistência, o acesso comunal à terra e a oposição à expropriação da terra, as mulheres estão construindo internacionalmente o caminho para uma nova sociedade não exploradora, na qual a ameaça da fome e da devastação ecológica desaparecerá ( p. 278).

No caso da agroecologia, por intermédio de pesquisas bibliográficas e um maior contato com mulheres que estão inseridas dentro desse contexto, é possível verificar que as mulheres têm atuado como protagonistas e grandes defensoras de um sistema de produção mais sustentável, sendo os sistemas agroecológicos uma opção de luta contrária ao agronegócio capitalista vigente na economia atual.

## 4.2 ATUAÇÃO NA AGROECOLOGIA PARA VISIBILIDADE DO TRABALHO DAS MULHERES

Atualmente, crescem no Brasil inúmeras iniciativas agroecológicas que, mesmo invisibilizadas por uma maioria da sociedade, constroem estratégias de resistência a um mercado capitalista hegemônico e pouco preocupado com a justiça socioambiental. Essas iniciativas se estabelecem destacando o potencial local e o conhecimento das trabalhadoras e dos trabalhadores rurais como força social transformadora. Nesse sentido, são experiências de emancipação sociocultural que promovem níveis crescentes de autonomia técnica e econômica às famílias rurais, com base no manejo sustentável dos recursos disponíveis localmente, e na valorização de seus conhecimentos (FERREIRA, 2009).

As camponesas enfrentam uma relação de dupla dependência: a da própria condição da agricultura familiar em relação à sociedade, e como mulheres imersas em relações familiares

patriarcais, com os próprios maridos, pais e outras pessoas. A agroecologia pode ajudar as camponesas, assim como ao conjunto das e dos agricultores, a construir maiores níveis de autonomia a partir do conhecimento, permitindo diminuir essas relações de dependência e abrindo espaço para que as mulheres conquistem o devido reconhecimento de seus saberes e práticas tradicionais (Idem, *Ibidem*).

A agroecologia, ao considerar todos os componentes do sistema de produção e ao construir feiras agroecológicas, pode contribuir para provocar as mudanças desejadas pelos movimentos das mulheres agricultoras ao dar visibilidade ao trabalho feminino, fundamental para a sustentabilidade e para a reprodução social da agricultura familiar (BURG, 2005).

De modo a exemplificar o exposto acima, cabe resgatar a fala de uma entrevistada do Empório da Chaya, que ao ser questionada sobre o que é ser uma mulher trabalhando na agroecologia afirma que: “Ser mulher na agricultura agroecológica é ser protagonista do seu sucesso! Antes de trabalhar com a agroecologia eu não tinha ideia do meu potencial.”. Nesta fala, ela determina uma mudança na forma como se enxerga a partir do momento que trabalha com a Agroecologia. A maioria das mulheres ficava restrita ao ambiente doméstico e ao começarem a trabalhar com agroecologia no acampamento, passaram a frequentar outros espaços públicos como feiras e universidades e, depois, por meio do coletivo, ganharam visibilidade para o seu trabalho.

No entanto, apesar da agroecologia estar sendo apontada como uma estratégia de mobilização política das mulheres e uma possibilidade de trazer visibilidade para o trabalho realizado por elas, se não houver a incorporação de certas questões colocadas pelo feminismo, como a problemática referente à naturalização da divisão sexual do trabalho, baseada na ideia de complementariedade e reciprocidade entre o trabalho desenvolvido pelos membros da família, não será possível alcançar uma mudança cultural no meio rural.

Isso se evidencia na fala da Entrevistada 2 ao dizer que na sua residência ela é a responsável pelos afazeres domésticos e pela educação das filhas, enquanto seu marido é produtor de mel e participa do coletivo vendendo nas feiras. Ela disse: “é difícil lidar com todas as tarefas, mas a mulher dá um jeito. Tem que se dividir em todas as tarefas”.

A partir desta fala é possível afirmar que mesmo ambos sendo produtores rurais e trabalharem vendendo nas feiras, ainda fica sob responsabilidade da mulher os cuidados com a casa, os filhos e o marido. Ainda fica destacada a ideia naturalizada de que as mulheres são mais habilidosas para os trabalhos reprodutivos e que elas são capazes de lidar com toda a sobrecarga de tarefas porque o cuidado é uma responsabilidade delas e que, se feito com amor e afeto, ela

“dará um jeito”. No entanto, conforme já discutido anteriormente, o capitalismo negou uma remuneração às mulheres pelos serviços domésticos realizados e os transformou em ato de amor, tornando as mulheres servas felizes e amorosas ao assegurar que as mulheres, longe de lutar contra essa situação, veriam esse trabalho como melhor opção, sendo elas “uma mulher de verdade”.

Estudos vêm apontando que a teoria de que as mulheres são mais multitarefas e habilidosas em afazeres domésticos e no cuidado da casa é muito mais construído culturalmente do que algo que seja explicado como fisiológico.<sup>11</sup>

Sabe-se que, apesar do trabalho das mulheres significar 50% ou mais da força de trabalho na agricultura familiar, elas ainda são pouco valorizadas e muitas vezes não são contabilizadas nas estatísticas junto aos órgãos responsáveis pela elaboração e direcionamento das políticas públicas para a agricultura e para a sociedade como um todo. Há atividades em que apesar do protagonismo ser das mulheres, ao buscarem crédito para incrementá-las, os recursos ou lhes são negados ou são tomados pelos homens, que nem sempre os destinam de forma que satisfaçam aos interesses da família como um todo (BURG, 2005). É consenso entre as mulheres pesquisadas por Abramovay (1998) que os homens, no papel de maridos e pais, apropriam-se do trabalho das mulheres e dos/das filhos/as e concentram as decisões sobre a produção, não havendo planejamento coletivo.

Isto foi verificado também na fala da Entrevistada 2 do coletivo Empório da Chaya, quando a mesma expõe a subestimação do valor do trabalho das mulheres afirmando “porque muita gente não dá valor ao nosso trabalho. Acham que nós, por sermos mulheres, não sabemos fazer nada. Mas nós mulheres somos capazes de fazer muita coisa. Para mim, eu gosto muito dessa atividade. Fazer várias coisas ao mesmo tempo”.

Como contraponto a esta invisibilidade dada ao trabalho da mulher Silvia Federici (2019) aponta:

É um fato indiscutível, mas ao mesmo tempo difícil de mensurar, tanto nas áreas rurais quanto urbanas, que as mulheres são as agricultoras de subsistência do planeta. Ou seja, as mulheres produzem a maior parte dos alimentos consumidos pela família (direta ou estendida) ou vendidos em mercados locais, especialmente na África e na Ásia, onde vive a maioria da população mundial. A agricultura de subsistência é difícil de mensurar, porque costuma ser um trabalho não remunerado

---

e, muitas vezes, não é feita em fazendas formais. Ademais, muitas das mulheres que a realizam não a descrevem como trabalho. Isso se assemelha a outro fato econômico

---

<sup>11</sup> Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/externo/2019/08/25/Mulheres-n%C3%A3o-s%C3%A3o-melhores-em-multitarefa.-S%C3%B3-trabalham-mais>>. Acessado em 30/06/2020.

bem conhecido: o número de trabalhadoras domésticas e o valor de seu trabalho também são difíceis de mensurar. Levando em conta o viés capitalista de produção para o mercado, o trabalho doméstico não é contabilizado como trabalho e ainda não é considerado por muitas pessoas como um “trabalho de verdade” ( p. 279).

De acordo com Heleieth Saffioti (1992), o gênero está relacionado com estruturas de poder, e que dentro dele, ou por meio dele, o poder é articulado. Assim, o poder se manifesta na organização e divisão sexual do trabalho e formas coercitivas de gestão. As desigualdades entre os gêneros expressam-se inclusive nos direitos diferenciados das trabalhadoras e dos trabalhadores, uma vez que as funções desempenhadas pelos homens e pelas mulheres são distintas, com exigências e riscos mais ou menos demonstráveis e mensuráveis (BRITO, 1997).

Em muitos estudos sobre a temática é possível identificar relatos em que as agricultoras percebem a sua atividade laboral como “ajuda”, complementar ao trabalho masculino, confundida com não-atividade econômica, mesmo que trabalhe tanto quanto ou mais do que os homens, dificultando assim que seja reconhecida como produtora agrícola, resultando tanto na desvalorização da sua capacidade produtiva, quanto na sua real integração nos programas de desenvolvimento rural, cujo público meta é o produtor da agricultura familiar, independente do sexo a que pertença. Inclusive, nos postos de trabalho substituídos pela máquina, a mulher é a primeira a ser desconsiderada para assumir a função, ou tem a sua participação delimitada a algumas etapas de produção, consideradas adequadas aos seus “atributos” femininos, como na colheita, por exemplo, em que sua força de trabalho tende a não ser substituída. Porém, como a colheita configura um caráter de sazonalidade, essa mulher pode precisar recorrer a trabalhos externos à produção agrícola, geralmente, marcados pela informalidade (BRUMER, 2004). Esses dados podem ser corroborados pelo Instituto de Economia do Rio de Janeiro (2000) apud Butto (2003) ao indicar que do total de pessoas sem acesso à renda monetária, 80% eram mulheres trabalhadoras rurais.

De acordo com Fischer e Melo (1996), os programas de desenvolvimento rural explicitam claramente a divisão sexual do trabalho ao não incluírem as produtoras agrícolas mulheres como beneficiárias, mesmo que eles não sejam direcionados, em sua concepção, para nenhum gênero específico. Dessa forma, ao serem elaborados, os programas não impedem explicitamente a participação da mulher, mas também não agem no intuito de incluí-las, como fazem com os homens, como se verifica em programas públicos como o PRONAF.

Paulilo (2004) analisou o trabalho de mulheres que residem no campo em cinco regiões diferentes do Brasil, em épocas diferentes, e verificou que o trabalho “pesado” era considerado algo masculino enquanto o trabalho “leve” e claramente menos remunerado era considerado

como um trabalho de responsabilidade das mulheres. Vale destacar que esse fato não se referia à força física despendida para realização da atividade, mas sim ao gênero de quem o executava sendo, portanto, culturalmente determinada. Essa divisão sexual do trabalho espelha o que ocorre na sociedade, expressando as relações de poder entre os gêneros (MARCONDES *et al.*, 2003).

É importante ressaltar que superar a divisão sexual de trabalho no campo significa, sobretudo, romper com as relações de poder existentes entre homens e mulheres e, ainda, reconhecer que esse poder é resultado de construções sociais que visam à perpetuação do patriarcado na sociedade. Ainda é necessário discutir a importância de viabilizar e valorizar o trabalho feminino enquanto espaço reprodutivo e produtivo feito pelas mulheres em diferentes locais e capaz de gerar renda (BORSATTO *et al.*; 2018). Neste contexto, Shiva (2006) destaca a importância de analisar a manifestação do patriarcado e como ela reverbera em políticas concretas que reforçam as diferenças entre homens e mulheres, bem como a classe social em que estão inseridas. Para Shiva (2006) é fundamental refletir a maneira como as preocupações, prioridades e percepções das mulheres são excluídas de os processos de tomada de decisão destinados solucionar problemas econômicos ou propor outras resoluções e práticas.

Torna-se, portanto, importante a discussão sobre as questões de gênero referentes à agricultura familiar e à agroecologia, pois até mesmo esta, que propõe alternativas contracultura à capitalista hegemônica, ainda está buscando equilíbrio nas relações de poder entre homens e mulheres e a possibilidade de ação para alcance da equidade de gênero. Pastore (2003) corrobora ao afirmar que ainda são poucos os trabalhos que discutem relações de gênero na agricultura familiar e na agroecologia, e os existentes dão maior ênfase às questões econômicas.

Portanto, a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável, baseado na agroecologia, além das mudanças na base tecnológica, requer um conjunto de mudanças sociais e políticas no meio rural brasileiro que contemple a igualdade entre homens e mulheres no acesso aos recursos produtivos, à educação formal, à formação profissional e ao lazer, e também garantam a cidadania, em especial, às mulheres por meio das mudanças nas relações de gênero. Assim, a construção de uma sociedade sustentável depende tanto da necessidade de discutir os rumos do desenvolvimento, quanto das bases das relações de gênero. Neste sentido, concorda-se com Castro e Abramovay (1997), quando esta afirma que é preciso questionar a finalidade e o tipo de desenvolvimento, e que este só será sustentável e equitativo quando homens e mulheres participarem de forma igualitária em todos os níveis da tomada de decisão.

A partir desse contexto, de acordo com Maria Emília Pacheco (2002), estabelecer debates sobre sustentabilidade e as relações sociais de gênero no campo, além de ir contra uma visão produtivista, economicista e patriarcal, fomenta, sobretudo, um novo modelo de desenvolvimento rural mais sustentável e partindo da abordagem agroecológica. Vale destacar que esta considera não apenas as dimensões sociais e de gênero, mas também integra a distribuição justa dos recursos naturais, de valoração econômica adequada, reconhece e valoriza principalmente o saber e a prática das mulheres, especificando o papel destas na construção do conhecimento. Por fim, reivindica-se o papel de sujeitos sociais para as mulheres uma vez que essas adquiriram ao longo do tempo um vasto saber dos sistemas agroecológicos.

No entanto, vale o questionamento se apenas a valorização do trabalho das mulheres seria suficiente para provocar uma mudança mais profunda na divisão sexual do trabalho e nas relações de poder entre os gêneros existente no campo. Através dessa reflexão, Maria Emília Pacheco (2002), ainda defende o resgate e a valorização dos chamados “quintais”, aquela área em torno da casa onde são criados os animais domésticos e é feita uma pequena horta ou pomar. Hoje esses espaços são por excelência sob responsabilidade das mulheres e servem como área de produção de uso múltiplo, espaço de complementação de renda e enriquecimento da dieta alimentar assim como campo de aclimação e experimentação de espécies.

O incentivo a essas atividades poderia ser associado com as culturas comerciais em uma proposta de agricultura sustentável, tendo como princípio a agroecologia. Esta proposta poderia evidenciar o valor do trabalho das mulheres na agricultura familiar hoje e sua situação dentro da família, em uma perspectiva de resgate da biodiversidade e de formas alternativas de produção, gerando renda e autonomia dessas mulheres (PACHECO, 2002).

As mulheres valorizam os quintais, mas não querem se restringir a eles, querem propor outras formas de manejo para o território manejado por sua família e comunidade. Desenvolvem experiências em grupos coletivos de produção no manejo de áreas maiores. Às vezes estas áreas são um pouco distantes de suas casas e impõe para elas a necessidade de renegociar o trabalho doméstico para que possam se ausentar. O fato de conseguir se ausentar de casa é uma conquista que elas valorizam muito e ainda permite maior concentração e dedicação ao trabalho produtivo.

As mulheres do Empório da Chaya exemplificam este uso dos quintais, visto que começaram o coletivo por meio de cultivos nos quintas das suas casas para subsistência e produção do beneficiamento da Chaya, mas atualmente, arrendam um terreno próximo ao acampamento onde puderam aumentar a sua produção.

Em relação à comercialização e renda obtida, nas feiras, vendem os produtos da Chaya e o arrecadado é usado em comum para o coletivo. No entanto, elas podem vender seus produtos não derivados da Chaya para benefício individual.

Este encaminhamento da renda obtida se alinha à concepção da agroecologia, que visa estabelecer um diálogo mais horizontal entre os sujeitos sociais, incentivando a valorização do saber, dos recursos e práticas locais. Diante disso, a agroecologia propõe romper as relações de poder estabelecidas na sociedade patriarcal e reproduzida no meio rural. Por isso, justifica-se uma pesquisa que objetiva combater a invisibilidade das práticas das mulheres na Agroecologia, para que seus resultados sirvam de base para trabalhos específicos de apoio à organização de mulheres (GUZMÁN, 2001).

É importante discutir que, apesar de quando questionadas as mulheres do Empório da Chaya não terem conseguido definir corretamente o conceito de agroecologia, usando termos como “menos burocrático”, mais “simples” e comparando com produção orgânica, o coletivo age de acordo com a proposta agroecológica. Fica evidente que este coletivo tem buscado se opor ao sistema de produção agrícola capitalista excludente por intermédio de uma economia solidária, autogestionária, que objetiva a justiça social, o acesso à terra e relações equiparadas entre mulheres e homens.

#### 4.3 ECOFEMINISMO E A AGROECOLOGIA: ALTERNATIVA AO SISTEMA HEGEMÔNICO

De acordo com Emma Siliprandi (2000), o ecofeminismo é uma proposta valorizada dentro dos movimentos de mulheres e dos movimentos ecológicos, colocando em pauta a questão da dominação da natureza pelos seres humanos assim como os homens, historicamente, dominam as mulheres, e como a superação dessas questões, para essa corrente de pensamento, deva ocorrer de forma interligada. Se, por um lado, estas afirmações abriram caminhos para interpretações essencialistas (que identificavam o feminino com o natural versus o masculino e a cultura), por outro, evidenciaram temas mais amplos, que os movimentos sociais rurais, em geral, não enfocavam, como a diversidade cultural, a necessidade de preservação dos diferentes biomas, da água, etc.

Vandana Shiva fez uma análise, em 1988, de como a violência contra as mulheres e a natureza, tinha origem em bases materiais. Ela relaciona as formas de dominação nas relações sociais por meio das quais se orientavam os programas de “desenvolvimento”, com a destruição da natureza, cuja consequência principal foi e ainda é a destruição das condições para a própria

sobrevivência das mulheres mediante a extinção das fontes de alimentação, água, da biodiversidade, entre outros (SILIPRANDI, 2000). Como elucidado pela autora a seguir:

As mulheres teriam sido marginalizadas de duas formas: pela destruição das suas condições de sobrevivência (pela extinção das fontes de alimentação, de água, da biodiversidade) e ao mesmo tempo, pelo desprezo ao conhecimento que elas tinham sobre o ambiente natural, perdendo status junto às comunidades, material e simbolicamente. A quebra das relações tradicionais teria feito com que elas perdessem acesso à terra para as culturas alimentares, aos bosques, à água, e passassem a ter menor renda, menos emprego, e menos acesso ao poder; e a sua exclusão da agricultura, teria feito com que também se perdessem os seus conhecimentos, ecológicos e plurais, pois elas eram ao mesmo tempo agricultoras, silvicultoras, administradoras de recursos hídricos, entre outras funções. Seu trabalho era baseado na estabilidade e na sustentabilidade, na diversidade, na descentralização, no trato de plantas que não tinham retorno comercial imediato, buscando-se o sustento de todos (a alimentação, em particular) sem que houvesse necessidade de excedentes (vistos em algumas culturas como um “roubo” à natureza, uma vez que eram recursos que não necessitavam ser usados) (EMMA SILIPRANDI, 2009, p. 94).

Para Vandana Shiva, não se tratava, portanto, de “demonizar” o homem, mas de recuperar o “princípio feminino” para liberar as mulheres, a natureza e o próprio homem, em direção a uma energia criativa, não patriarcal e sem violência (SILIPRANDI, 2009).

Neste contexto, de acordo com Maria Mies e Vandana Shiva (2014):

Como feministas que lutamos contra a dominação patriarcal das mulheres, não podemos ignorar que os processos de «modernização», de «desenvolvimento» e de «progresso» são responsáveis pela degradação do mundo natural. O impacto dos desastres ecológicos atinge mais duramente as mulheres e estas são as primeiras a protestar contra a destruição do ambiente. (...) O nosso objetivo é sair de uma perspectiva estreita, experimentar a nossa diversidade, exprimir diferentes vozes nas críticas às desigualdades inerentes às estruturas mundiais que permitem ao Norte dominar o Sul, aos homens dominar as mulheres e de pilhar freneticamente todos os dias mais recursos para ganhos económicos distribuídos desigualmente” (p. 14-15).

Ressalta-se que quando as famílias mudam para modelos de produção mais ecológicos são frequentemente as mulheres que induzem a essas mudanças, por conta de suas preocupações com a saúde da família, e com o esgotamento dos recursos naturais com os quais elas lidam diretamente, como a água potável, a lenha etc.

De acordo com Vandana Shiva (2006), é importante destacar a importância da análise do patriarcado e sua manifestação em políticas concretas que se diferenciam notoriamente entre homens e mulheres, bem como a classe social na qual estão inseridas. A apropriação da força produtiva e reprodutiva das mulheres pelos homens ocorre de diversas formas, sendo algumas mais violentas que outras. É necessário discutir que as mulheres negras e indígenas, contra as



quais a discriminação aparece de forma mais intensa, são as que recebem os menores salários e sofrem mais violência. Para Shiva, é fundamental considerar a maneira como as preocupações, prioridades e percepções femininas são excluídas nos processos de tomada de decisão, sejam eles a fim de solucionar problemas econômicos, bem como de propor soluções e colocá-las em prática.

A ciência dominante, fundamentada nos conceitos de desenvolvimento, progresso e crescimento, vem crescentemente eliminando as relações com a terra e os territórios voltados para a subsistência e a produção e reprodução de identidades coletivas, e priorizando a produção de bens e serviços voltados para a acumulação de capital e o aumento das necessidades (SHIVA, 1995).

A agroecologia, conforme já apresentado, é vista como uma forma de oposição e resistência à produção capitalista que se utiliza da modernização do campo e assim, busca questionar a hegemonia social, cultural, de raça e gênero. Neste contexto, ela também apresenta uma possibilidade de inclusão explícita do trabalho das mulheres por exigir menor força física e mais “sensibilidade” no manejo e nos cuidados com as plantas. Conhecimento tal que é ancestral, passado por meio de trocas entre as mulheres. O mesmo cuidado que a mulher estava acostumada a dar aos filhos foi transferida à domesticação das plantas.

Neste sentido, a Entrevistada 2 declarou: “Temos que lutar pela terra por nossos filhos”. As mulheres associam a luta pela terra e a plantação com o cuidado com suas filhas e seus filhos. A conservação ambiental assim como a terra são vistos também como herança para as próximas gerações.

A Entrevistada 1, quando questionada sobre o que é ser mulher agricultora trabalhando com agroecologia, respondeu “É muito melhor sem veneno. Ser mulher agricultora na agroecologia é muita coisa, é bom porque você tem que aprender a mexer com as plantas, com a terra”. Essa fala evidencia o sentimento que as mulheres têm ao se relacionarem com a terra como espaço de troca de saberes, experimentação e cuidado com a sua família.

Ela ainda visa estabelecer uma relação dialógica horizontal entre os diversos atores, valorizando os sujeitos sociais, o saber, os recursos e as práticas locais. Diante disso, a agroecologia visa romper as relações de poder trazendo à luz os conhecimentos tradicionais das mulheres.

É importante reconhecer que as atividades agroecológicas que as agricultoras já realizam nos quintais são fundamentais para a segurança alimentar de suas famílias e para a manutenção da biodiversidade, ou seja, para aumentar a estabilidade de um sistema agrícola na

medida em que este se aproxima da natureza (Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - MMIRDH, 2016).

Nos quintais as mulheres domesticam espécies e observam interrelações entre plantas e destas com o solo. Elas selecionam variedades segundo critérios de rusticidade ou gosto e facilidade do preparo culinário. Portanto, critérios diferentes das empresas de sementes que selecionam variedades que melhor respondem a insumos externos, como adubos e agrotóxicos que as mesmas empresas vendem (Idem, Ibidem).

As mulheres, sobretudo as mais idosas e de comunidades tradicionais, também detêm inúmeros conhecimentos sobre o uso de plantas medicinais, plantas indicadoras da condição do solo, e plantas alimentícias não convencionais. Estes conhecimentos são muitas vezes desvalorizados. É comum que a ciência dominante se aproprie da problemática de gênero na sua relação com a questão ambiental para garantir a produção de bens e serviços voltados para a acumulação de capital, impondo a perspectiva universalizante, eurocêntrica e individualista de “gênero” nas comunidades. Neste contexto, muitos conhecimentos empíricos e ancestrais das mulheres são desconhecidos ou recusados como o fato, por exemplo, de plantios combinados de diferentes plantas terem efeitos favoráveis, conhecimento sistematizado na alelopatia (Idem, Ibidem).

Ressalta-se que quando os conhecimentos são sistematizados e centralizados, eles tendem a excluir as agricultoras, retirando delas o protagonismo. Por exemplo, estruturas centralizadas de produção de sementes crioulas tendem a envolver menos mulheres do que aquelas em que a semente é guardada e intercambiada nas comunidades. Muito do conhecimento das agricultoras, extrativistas e pescadoras artesanais se perde porque não são consideradas como pessoas com projetos, desejos e vontades próprias (Idem, Ibidem).

É importante discutir, portanto, que os impactos e os conflitos causados por esses programas de “desenvolvimento” hegemônicos são sentidos e vivenciados de formas pelas mulheres por serem marcados por relações sociais desiguais que preestabelecem responsabilidades específicas não só em função do gênero, mas também da classe e da raça (FABRINA FURTADO, 2018).

Desta forma, as mulheres, ao vivenciarem experiências agroecológicas, seja por intermédio dos “quintais” ou de sua organização produtiva, buscam um meio de se oporem a uma hegemonia patriarcal capitalista, fortalecendo sua relação mais harmônica com a terra e seus conhecimentos empíricos e ancestrais.

De modo objetivo, sintetiza uma das entrevistadas do Empório da Chaya “eu sinto que eu estou no lugar certo onde todo ser humano deveria estar que é do lado da preservação da biodiversidade e meio ambiente e o pouquinho que cada um puder fazer para contribuir. Eu sinto que estou fazendo a minha parte para as gerações futuras.”. Ela ainda reforçou que está no coletivo pela conquista da terra e por acreditar que as mulheres precisam ser fortalecidas. Desta forma, o fortalecimento da relação das mulheres com a terra e formas mais sustentáveis de cultivo, como a Agroecologia, que resgatem conhecimentos ancestrais e tradicionais, valorizando o conhecimento das mulheres podem ser uma ferramenta de visibilidade e valorização para os trabalhos das agricultoras.

#### 4.4 GRUPO DE TRABALHO MULHERES DA ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA

As mulheres sempre tiveram um papel fundamental na construção da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), desde o primeiro Encontro Nacional da Articulação Nacional de Agroecologia, as agricultoras e as técnicas que as assessoram estão sendo fundamentais nos questionamentos realizados nos espaços da rede, buscando ampliar a sua participação nos eventos, nos ambientes de tomadas de decisões, além de influenciarem as suas estratégias de atuação e a definição das pautas políticas da entidade. Em 2004, o Grupo de Trabalho Mulheres da ANA (GT Mulheres) específico para discutir questões relacionadas a gênero foi criado adotando uma estratégia baseada em duas linhas de ação complementares e teve um papel fundamental na preparação do segundo Encontro Nacional que aconteceu em 2006 (SILIPRANDI, 2009).

Esse GT Mulheres foi responsável por uma série de ações que visaram o fortalecimento do engajamento das mulheres na rede, entre elas: a organização para que pudessem participar de todas as comissões temáticas preparatórias ao II ENA; a elaboração de materiais de reflexão sobre temas considerados prioritários para as mulheres; a organização de encontros nacionais e regionais de mulheres como espaços de capacitação para que pudessem participar mais ativamente do processo; e pressão sobre as coordenações regionais e as entidades de base para assegurar o cumprimento da cota de 50% de mulheres delegadas ao encontro. Através desse processo: (i) as mulheres delegadas chegaram a 46% dos participantes do II ENA, significando um total de 1500 mulheres, algo inédito em movimentos rurais, em que as mulheres historicamente têm sido minoritárias; (ii) muitas experiências apresentadas no encontro

mostraram o protagonismo feminino; (iii) a organização de uma oficina específica do GT Mulheres no segundo Encontro contando com 300 participantes (SILIPRANDI, 2009).

Vale desatacar também que, buscando contribuir para a crescente visibilidade e reconhecimento da importância das mulheres na promoção da agroecologia, a ANA e a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia) tomaram a iniciativa de promover reflexões sobre o tema durante o VI Congresso Brasileiro de Agroecologia e o II Congresso Latino-americano de Agroecologia, realizados entre 09 e 12 de novembro de 2009 em Curitiba, Paraná. Dois momentos foram dedicados exclusivamente a essa temática: um painel sobre Gênero e Agroecologia e uma oficina intitulada “Por uma Agenda que Valorize o Papel das Mulheres na Agroecologia”. Além disso, vale destacar que atualmente é evidente o aumento da participação de mulheres nos Congressos Brasileiros de Agroecologia.

Desta forma, os Encontros Nacionais, mediante a militância do GT Mulheres, começaram a incluir em suas pautas as questões como a igualdade de gênero e a luta contra a violência sexista (ANA, 2008).

#### 4.5 AS MULHERES NA AGROECOLOGIA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

De acordo com a cartilha produzida em parceria com o Instituto PACS e com o Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro em 2019, a territorialidade é um fator importante para as mulheres agricultoras no estado do Rio de Janeiro. No entanto, os impactos causados pelas fábricas, grandes condomínios residenciais de classe média e alta em geral afetam não apenas o cotidiano como também o corpo e a maneira de ser e estar nesse território.

Ainda de acordo com a cartilha, os territórios que são invadidos para dar lugar a esses grandes empreendimentos prejudica majoritariamente as mulheres negras e habitantes da periferia. Desta forma, as mulheres que ocupam esses locais sacrificados no estado do Rio de Janeiro sentem de forma particular as lutas territoriais, uma vez que sofrem tanto com o racismo como com a opressão do patriarcado.

Assim, em periferias urbanas e rurais, a agroecologia tem sido uma forma de geração de renda e autonomia para essas mulheres que ocupam esses territórios, circulam pelas inúmeras feiras agroecológicas organizadas no estado do Rio de Janeiro e representam resistência a aqueles que detém o poder do capital, em sua maioria homens, brancos e formadores de uma elite.

Vale destacar que no estado do Rio de Janeiro, também por meio do Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro, essas expressões de resistência acontecem nos quatro cantos do estado e puderam, por meio dessa importante experiência, se (re)conectar e fortalecer a luta, pautando um outro modelo de produção e de relação entre as pessoas. Dentre as experiências, destacam-se o protagonismo das mulheres na produção agroecológica e na organização comunitária na Região Norte, as experiências dos guardiões de sementes e de feiras agroecológicas na Região Serrana e Serra Mar, bem como o protagonismo da juventude e da valorização da cultura dos povos tradicionais na Região Costa Verde, por meio do jongo, da capoeira ou, ainda, da alimentação quilombola (CABRAL *et al.*, 2018). Esse grupo é formado por agricultoras, pesquisadoras e instituições de fomento à agricultura e agroecologia.

## 5. EXPERIÊNCIAS

A seguir, serão apresentadas as três experiências acompanhadas pela pesquisadora: dois Encontros do Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro e o Estudo de Caso do coletivo Empório da Chaya.

### 5.1 EXPERIÊNCIA DO GRUPO DE TRABALHO DE MULHERES DA ARTICULAÇÃO DE AGROECOLOGIA DO RIO DE JANEIRO

Inspiradas com a criação do GT Mulheres da ANA, o GT de Mulheres AARJ foi criado em 2013, durante o II ENA, e conta com agricultoras das regiões Metropolitana, Serramar, Costa Verde, Serrana, Norte e Médio Paraíba do Estado. O GT Mulheres da ANA visa promover espaços de formação e intercâmbio e o grupo se articula em prol da união e da visibilidade das mulheres nos espaços da Agroecologia e da agricultura familiar, que resiste à conjuntura política atual e a um modelo de desenvolvimento hegemônico cada vez mais ameaçador (AARJ, 2019).

O GT Mulheres da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro possui encontros sistemáticos, como por exemplo anuais com as mulheres do estado do Rio de Janeiro e os regionais mais frequentes, de acordo com as demandas dos grupos (Encontro do GT Mulheres da AARJ, 2019).

Esses encontros visam dar prosseguimento aos trabalhos do GT Mulheres, fortalecer e proporcionar trocas entre mulheres agroecológicas do estado do Rio de Janeiro. Além disso,

criar espaços para, não só dialogar, mas também pensar em ações práticas pela organização. Em adição a dar visibilidade a essas mulheres, o grupo busca fortalecer e apoiar os trabalhos realizados nas diferentes experiências agroecológicas do estado do Rio de Janeiro.

Durante a realização desta pesquisa, houve participação de dois encontros do GT Mulheres da AARJ. O primeiro, em 2019, que será mais bem relatado a seguir; e o segundo no dia 14 de maio de 2020 por ferramenta *online* do *Google Meet* durante o período da pandemia do COVID-19, contando com aproximadamente 20 mulheres, quando foram abordados temas sobre como as mulheres estão vivenciando o contexto da pandemia; como o GT Mulheres da AARJ pode e está contribuindo com ações de enfrentamento ao COVID 19 e a essa conjuntura, como por exemplo distribuição de cestas agroecológicas; indicações para a coordenação política do GT Mulheres na organização da AARJ; compartilhamento de informações e materiais; formações das mulheres; ferramentas de divulgação do trabalho do GT; proposta de uma Projeto de Pesquisa sobre Memórias da Quarentena; dentre outros.

Entre os dias três e cinco de junho de 2019, esta pesquisadora participou do encontro estadual do Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação de Agroecologia no Estado do Rio de Janeiro, na região da Costa Verde, onde compareceram mais de 50 mulheres, de vários lugares, divididas em regiões do estado do Rio de Janeiro como Metropolitana, Serramar, Costa Verde, Serrana, Norte e Médio Paraíba. As mulheres participantes no evento possuíam várias idades, eram agricultoras, membros de instituições públicas de fomento da agroecologia e agricultura familiar e pesquisadoras, todas interessadas em compartilhar experiências que ocorrem com agroecologia no estado do Rio de Janeiro e o protagonismo das mulheres nessas ações.

Durante o encontro, foi seguida uma programação planejada em coletivo, em que houve espaços de troca de experiências, discussão, de autocuidado e de planejamento estratégico das ações do GT. As refeições foram cozinhadas todas pelas mulheres dos quilombos e a Cia Mangará realizou a ciranda deste encontro.

A proposta inicial no escopo desta pesquisa era realizar entrevistas e sistematizar os resultados obtidos ao longo desses dias por intermédio de análise quantitativa; entretanto, a complexidade do evento não permitia uma metodologia tão cartesiana, fazendo com que eu me colocasse como observadora participante, à medida que participei de todas as atividades e discussões propostas nesse encontro.

O evento ocorreu em três quilombos ao longo desses três dias, sendo eles o Quilombo do Bracuí, Quilombo da Fazenda e o Quilombo do Campinho, todos localizados no estado do

Rio de Janeiro. Além disso, as atividades principais ocorreram no Parque SerraMar, onde as participantes do evento ficaram hospedadas.

É importante discutir que a escolha do encontro de ser realizada em quilombos é de grande relevância considerando a importância das mulheres quilombolas como mulheres agricultoras no Brasil, conforme apresentado anteriormente, tendo elas trazido diversos conhecimentos e espécies dos seus ancestrais africanos.

O primeiro dia foi principalmente de deslocamento, quando na espera para a saída rumo ao evento, na sede do Instituto PACS, ponto de encontro das participantes, a pesquisadora pôde conversar com algumas agricultoras e começar a compreender o que as motivava a participar daquele grupo.

A primeira parada foi no Quilombo do Bracuí onde, após o almoço, a matriarca do Quilombo, Dona Marilda, contou um pouco sobre a origem, a história e trajetória daquele território e as experiências agroecológicas que ela desenvolve no local. Ressaltou as dificuldades de se obter o reconhecimento da terra e do direito de se manter a cultura local. Ainda de acordo com Dona Marilda, antes da construção da Rio-Santos, não existia a palavra pobre. Com a construção da rodovia, chegam outras pessoas que identificavam os moradores do quilombo como pobres. Além disso, foi o primeiro espaço para que as participantes pudessem se apresentar mais formalmente (**Figura 10**).



Figura 10 – Roda de conversa no Quilombo do Bracuí realizada no dia 03/06/2019.  
Fonte: Áurea Andrea/ Acervo pessoal - Foto tirada em 03/06/2019

O destino daquele dia era o Quilombo da Fazenda onde as participantes foram recebidas por uma apresentação de jongo performado por crianças quilombolas, havendo também mais uma roda de apresentações para as pessoas que haviam sido agregadas naquele momento. Adicionalmente houve exibição do filme *Costa Livre* sobre as experiências dos

quilombolas, indígenas e caiçaras naquele território e os conflitos vividos ali e uma breve apresentação do GT Mulheres da AARJ discutindo o que motivou a realização do evento. Por fim, ocorreu uma roda de conversa sobre a importância do trabalho das mulheres na agroecologia.

No segundo dia, foram realizadas algumas atividades de integração na praia dentro do Parque SerraMar. As mulheres retornaram para o alojamento onde houve uma breve conversa sobre os desafios da produção agroecológica e as mulheres foram divididas em dois grupos, seguindo para as oficinas. Foram três oficinas de partilha de receitas agroecológicas, sendo elas: i. Sabão feito de óleo de cozinha; ii. Farinhas e; iii. Conserva e carne de banana (**Figura 11**).



Figura 11 – Oficina de receitas agroecológicas utilizando a Chaya e outras PANC realizada no dia 04/06/2019.

Fonte: Áurea Andrea/ Acervo pessoal - Foto tirada em 04/06/2019

Em seguida, as mulheres seguiram para o Quilombo da Fazenda onde, após o almoço, houve uma roda de conversa sobre “Olhares femininos sobre as feiras – falando de economia solidária feminista e circulação”, quando compartilharam suas experiências, buscando trocas de saberes (**Figura 12**).





Figura 12 – Roda de conversa sobre “Olhares femininos sobre as feiras – falando de economia solidária feminista e circulação” realizada no dia 04/06/2019. Fonte: Áurea Andrea/ Acervo pessoal - Foto tirada em 04/06/2019

Alguns tópicos discutidos nessa roda de conversa se associam às discussões já promovidas e merecem ser compartilhados. Por exemplo, foi debatido que a economia é política e precisa da participação das mulheres para que se sejam pensadas medidas econômicas e políticas públicas voltadas para as necessidades femininas. Outros tópicos abordados e que merecem destaque é que quando as mulheres plantam em seus “quintais” para autoconsumo e de sua família, a família deixa de comprar esses produtos e esse valor que deixa de ser gasto no ato da compra não é contabilizado no orçamento doméstico e esse espaço de produção da mulher deixa de ser valorizado porque não é considerado um trabalho já que não gera renda por atender a um mercado. Outro ponto discutido é que quando, por exemplo, uma vizinha cuida das crianças e recebe vegetais em troca, isso também se caracteriza como economia solidária e não é contabilizado dentro de um orçamento doméstico. Por fim, também foram discutidas as feiras de trocas e a dificuldade das mulheres em colocarem preços em seus produtos, no entanto muitas afirmaram que receberam capacitação por meio do Fórum de Economia Solidária.

Nalu Faria (2011) discute as semelhanças entre a economia feminista e a economia solidária como vocação contra hegemônica, assim como uma visão mais ampla da economia para além do mercado. Porém, mesmo tendo esses pontos em comum, a economia solidária teve dificuldades para reconhecer e questionar a divisão sexual do trabalho. Desta forma, a economia feminista agrega um importante diálogo sobre a visibilidade da contribuição econômica das mulheres e focar o grande volume de trabalho doméstico e de cuidados, considerado parte do mundo dos afetos e não reconhecido como trabalho. Ao mesmo tempo, propõe que é necessário romper com a visão centrada no mercado e adotar uma proposta que tenha em conta a sustentabilidade da vida humana e seu bem-estar.

A autora ainda acrescenta que na sociedade capitalista, a esfera mercantil e salarial depende do trabalho doméstico e dos bens e serviços que aí se produz. A produção mercantil não é autônoma e depende do trabalho não remunerado nos lares. Assim, analisar a realidade das mulheres a partir dessa perspectiva evidencia dois aspectos presentes na experiência de muitas mulheres. Segundo Nalu Faria,

(d) de um lado, os limites em relação à autonomia econômica sejam pelos baixos salários e empregos precários, pelo trabalho para autoconsumo, pela impossibilidade de uma inserção no mundo do trabalho com rendimentos. Mas também mostra a forte presença das mulheres nas práticas econômicas que estão fora da economia mercantil. Muitas dessas experiências construídas com base em relações de solidariedade e reciprocidade, mas em geral voltadas para o cuidado e a sustentabilidade da vida humana. Por exemplo, são inúmeras as redes de vizinhança e/ou familiares que viabilizam diversos arranjos, para que seja garantido que muitas mulheres possam conciliar trabalho assalariado com cuidado dos filhos (2011, p. 44).

Além disso, houve uma breve fala de uma das fundadoras do GT Mulheres da AARJ, sobre a criação do GT, seu contexto e importância na articulação e fortalecimento das mulheres agricultoras na agroecologia no estado do Rio de Janeiro. Ela explicou que o GT Mulheres visa trazer visibilidade para as mulheres, pois começaram a perceber que apesar do trabalho realizado pelas mulheres ser de extrema importância na agroecologia, elas não representavam o regional e não ocupavam espaços de liderança, visto que já protagonizavam ações dentro da agroecologia, mas não participavam das tomadas de decisão e seus trabalhos eram invisibilizados.

Ela ainda seguiu contextualizando que a ideia de criação do GT se deu quando em um encontro foi proposta uma atividade organizada por e para mulheres e houve uma repercussão negativa por parte de alguns homens da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro e a partir desse momento, decidiram que era hora das mulheres se organizarem, aumentando o movimento e as trocas de experiências entre as mulheres. Elas perceberam que esses encontros eram espaços de fortalecimento e por isso, surgiu a demanda de criação do GT Mulheres.

Ainda acrescentou que, por meio do GT Mulheres, começaram um processo normativo de formação em agroecologia e feminismo. Antes os encontros eram atrelados aos eventos de agroecologia e as plenárias, mas depois elas começaram a atender a suas próprias demandas de articulação. A partir da sua criação, o GT Mulheres vem se organizando para criar espaços de trocas de experiências e para conhecerem os diversos territórios que compõem a agroecologia no estado do Rio de Janeiro. Inclusive por intermédio do GT Mulheres e suas parcerias,

elaboraram um filme chamado “Guardiãs do Território”, onde apresentam experiências protagonizadas por mulheres na Agroecologia.

Ainda foi discutido que as trocas de experiências vivenciadas mediante os encontros do GT Mulheres abrem espaços para que as mulheres compartilhem experiências e pensem coletivamente em formas de geração de renda e autonomia dessas mulheres. Através das rodas de conversas e trocas de experiências as mulheres veem o que está sendo feito em outros territórios e o que pode ser reproduzido em seus próprios territórios.

Essa discussão corrobora com o que foi apresentado também pelas mulheres entrevistadas no coletivo Empório da Chaya que destacaram que o trabalho realizado por elas nas feiras, que a organização enquanto mulheres no coletivo são espaços de trocas de saberes e intercâmbio de experiências com outros grupos de mulheres.

Após uma breve pausa para lanche, as mulheres conversaram sobre “Autocuidado é resistência – uma conversa prática sobre a saúde da mulher”, quando uma terapeuta e doula conduziu uma forte dinâmica sobre a importância do autocuidado para que as mulheres possam se fortalecer para resistirem a uma sociedade que tanto a oprime.

No terceiro e último dia as mulheres deslocaram-se para o Quilombo do Campinho onde a acolhida e recepção ficou por conta da Associação de Moradores do Quilombo do Campinho – AMOQC (**Figura 13**). Houve um momento muito rico quando as mulheres do campinho compartilharam a história do quilombo, como foi sua trajetória e como estão atualmente. Elas contaram que antigamente a fazenda onde hoje é estabelecido o Quilombo era cultivado por meio da monocultura e que depois houve uma transição para a agricultura convencional por intermédio de queimadas. A partir dos anos 2000, passaram a utilizar as safras dos vegetais com uma parceria desenvolvida junto a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro com a plantação de agroflorestas. Elas afirmaram que no início houve uma resistência pelos mais velhos, mas aos poucos foram fazendo experiências e aprendendo com os erros. Fizeram intercâmbios com outros territórios que já produziam de modo agroecológico e viram o seu potencial. Após a exposição, foi iniciado um debate e as outras mulheres puderam tirar dúvidas sobre as experiências.



Figura 13 – Roda de conversa sobre o Quilombo do Campinho realizada no dia 05/06/2019.  
Fonte: Áurea Andrea/ Acervo pessoal - Foto tirada em 05/06/2019

Em seguida, houve a reunião do GT Mulheres para informes e encaminhamentos. Foram discutidos os objetivos que as mulheres possuem ao elaborar um livro de receitas locais, contemplando as culturas específicas de cada região do Estado do Rio de Janeiro representada por mulheres participantes do GT, além da organização do próximo encontro da região metropolitana, quando as mulheres pretendem colocar uma tenda feminista e do próximo encontro do GT Mulheres do Estado do Rio de Janeiro. Em adição, essas mulheres discutiram sobre a realização de um mapeamento de produtos elaborados no Estado do Rio de Janeiro por mulheres. Ainda foi debatido pelas mulheres a participação de representantes na próxima Marcha das Margaridas a ser realizada ainda neste ano. Elas também abordaram a necessidade de estarem representadas em instituições e eventos importantes para a Agroecologia e agricultura familiar. Por fim, elas divulgaram eventos de relevância para o GT Mulheres.

No fim do evento, foi realizada uma mística, após a mediadora compartilhar uma definição de sororidade, as mulheres foram convidadas a ficarem de pé e a caminharem pela sala, e ao ouvirmos a batida do tambor abraçavam umas às outras trocando as frases “Eu vejo você” e “Eu estou aqui”.

Como observadora, pude perceber que esse encontro do GT Mulheres da AARJ é um importante espaço de articulação, fortalecimento, trocas de experiências e de saberes entre as mulheres. Foi possível sentir como essas mulheres se sentem acolhidas em um grupo em que podem ser ouvidas, em que são compreendidas e podem sair ainda mais fortalecidas.

## 5.2 O COLETIVO EMPÓRIO DA CHAYA E O GT MULHERES DA AARJ

De acordo com a coordenadora do Empório da Chaya, apesar de terem recebido alguns convites pela AARJ para que participassem dos eventos promovidos pela articulação, o grupo só participou há um tempo quando o acampamento ainda era vinculado ao MST. A participação era esporádica e ocorreu durante um período menor a um ano. Durante esse período, elas foram para uma caravana na Bahia devido a uma Jornada que engloba as articulações de diversos estados. Também participaram da Escolinha de Agroecologia onde fizeram um curso de Agrofloresta pela ASPTA, instituição que participa da AARJ, passando a frequentar algumas atividades dessa articulação.

Ela afirmou que reconhece que o GT da AARJ é uma forma de fortalecimento, trocas e oportunidade de juntarem pessoas com ideais parecidos. Inclusive, a Chaya chegou ao coletivo pela AARJ.

Vale destacar que a capacitação sobre agroecologia não foi pela formação do MST e sim pela Escolinha de Agroecologia por meio da Comissão Pastoral da Terra que era parceira da EMATER em Nova Iguaçu. Dentre as participantes que permanecem atualmente no coletivo, a maioria fez, mas não completou; duas fizeram toda a formação e uma não teve a oportunidade de participar.

Após esse período de quase um ano de aproximação com a AARJ, o coletivo ficou um período sem frequentar porque as participantes não receberam mais convite e o tempo não estava suficiente para tudo, considerando o número reduzido de participantes para o cultivo das plantações, a produção e a comercialização nas feiras agroecológicas.

Em relação ao GT Mulheres da AARJ, como possuíam relação de parceria com a Comissão Pastoral da Terra que tinha participação nesse grupo, elas tinham conhecimento das ações dessa articulação. No entanto, nunca tiveram uma relação estreita com essa mobilização das mulheres justamente pela falta de tempo e recursos para a participação dos eventos.

Em 2019, foram convidadas por uma companheira do GT Mulheres da AARJ para participarem do Encontro da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro e o Empório da Chaya ajudou na organização e na produção de alimentos para o festival. Neste evento, elas também frequentaram as reuniões do Conselho da AARJ e do GT Mulheres, mas elas pararam novamente devido aos mesmos motivos de falta de tempo e recursos, principalmente de pessoas com disponibilidade de participarem dessa articulação.

A coordenadora afirmou que quando elas são convidadas para esses eventos, normalmente não é possível que todos possam comparecer, mas sempre tentam que alguma

representante esteja presente. Ela ainda afirmou que possui boa relação com a AARJ e suas integrantes.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao decorrer das leituras, da conversa com as mulheres do coletivo Empório da Chaya e com as mulheres do GT Mulheres do estado do Rio de Janeiro foi possível verificar que, apesar das mulheres protagonizarem muitas experiências de agroecologia no estado do Rio de Janeiro, o seu trabalho ainda é desvalorizado e muitas vezes não contabilizado dentro de conceitos da economia, sendo muitas vezes ainda considerados como “ajuda” e apenas “cuidado da família e do ambiente doméstico”.

Muitas mulheres afirmaram que já foram alcançados alguns avanços em relação a essas limitações que são encontradas, como a não participação nas tomadas de decisão e a invisibilidades dos seus trabalhos. No entanto, ainda estamos longe da equidade de direitos entre homens e mulheres e o acesso a políticas públicas e outras medidas de incentivo à agricultura.

Apesar desses avanços, ainda não foi possível verificar, por exemplo, a equidade no mercado de trabalho, principalmente quando nos referimos às mulheres negras, indígenas e rurais. Por isso, algumas mudanças estruturais precisam ser incentivadas por intermédio de políticas públicas, como maior acesso ao sistema educacional formal e medidas que permitam a permanência dessa mulher no ambiente escolar, como disponibilidade de creches gratuitas, soberania alimentar, saúde pública de qualidade, dentre outros serviços, evitando a sobrecarga das mulheres, considerando que esse tipo de trabalho ainda é naturalizado como uma atividade de obrigação feminina e exercido de forma não remunerada pelas mulheres.

Como afirmado por Emma Siliprandi (2011), apesar dos avanços representados pela criação de algumas políticas públicas que visam o benefício das camponesas, as agricultoras familiares, em geral, ainda vivem uma série de dificuldades em suas vidas cotidianas, sobretudo em função da sua falta de autonomia econômica, social e política. Elas também são afetadas pela falta de infraestrutura no meio rural, que dificulta as condições para o cumprimento das tarefas domésticas (busca de água, lenha, falta de condições sanitárias); assim como pela falta de estradas, escolas e postos de saúde.

Além disso, as agricultoras ainda são invisibilizadas como trabalhadoras, geradoras de renda e como cidadãs. O seu trabalho é limitado como apenas uma ajuda ao trabalho executado pelo homem, enquanto este é considerado o verdadeiro produtor rural. Além disso, os conhecimentos e experiências das mulheres agricultoras são menosprezados; a representação pública da família é outorgada ao homem, permanecendo as mulheres restritas ao mundo doméstico (SILIPRANDI, 2011). Em adição, muitas vezes o trabalho das mulheres na roça não só não é valorizado como acaba não sendo contabilizado como trabalho produtivo por ser incluído como um serviço doméstico.

Como uma forma de oposição ao sistema exploratório vigente, as mulheres têm atuado como protagonistas e grandes defensoras de um sistema de produção mais sustentável, sendo os sistemas agroecológicos uma opção de luta contrária ao agronegócio capitalista. O que, normalmente, se observa é que quando há transição de métodos de produção convencionais para agroflorestas, isso ocorre por incentivo das mulheres, geralmente motivadas por uma preocupação com a saúde da família, o esgotamento do recursos naturais, o bem comum e o desenvolvimento da sua comunidade.

Assim, acredita-se que o resgate de saberes ancestrais e tradicionais, colocando em visibilidade o trabalho e conhecimento dessas mulheres é uma forma de valorização do trabalho das agricultoras.

No entanto, como apresentado nos referenciais teóricos, só discutir a questão de gênero na agricultura familiar e sobretudo na agroecologia, objeto de estudo deste trabalho, não é suficiente para que se resolva a desigualdade ainda existente entre homens e mulheres no meio rural.

Vale ainda acrescentar que apenas o reconhecimento do trabalho das mulheres e a sua autonomia econômica não é suficiente para gerarem transformações estruturais na sociedade que historicamente oprimiu e oprime as mulheres. No entanto, sem essa autonomia, as mulheres permanecem sujeitas às determinações dos homens, sejam eles seus pais, maridos e até filhos.

Para que haja alguma alteração efetiva, é necessária uma mudança estrutural em que o trabalho das mulheres seja reconhecido como geração de renda, em que as mulheres não sofram mais violência doméstica tão naturalizada ainda nos dias de hoje, em que as mulheres participem como representantes em organizações, instituições e do sistema político cujas decisões também sejam voltadas para as questões específicas das mulheres e a partir dessas pautas discutidas, possam ser pensadas políticas públicas que beneficiem as mulheres. Para tal, é fundamental que mais mulheres - sobretudo aquelas que compõem grupos mais vulneráveis como as pretas,

indígenas, rurais - assumam cargos políticos e participem das tomadas de decisão para que possam propor e criar soluções que garantam os direitos de todas as mulheres.

Assim, vale destacar a dificuldade das mulheres do coletivo Empório da Chaya em acessarem políticas públicas de incentivo à mulher agricultora, sobretudo pela falta de acesso à terra regularizada assim como a falta de infraestrutura daquele território. Apesar disso e de todas as demais dificuldades encontradas por essas mulheres, elas resistem há quase uma década e se organizam por meio do coletivo permitindo autonomia e geração de. Apesar do coletivo ainda não ser um fator de geração de renda significativa dentro do orçamento dessas mulheres, sendo mais de caráter complementar, é notável que ele é uma forma de fortalecimento e ponto de apoio para essas trabalhadoras, provocando diversas mudanças em sua autonomia social e política, fazendo com elas ocupassem espaços públicos, despertassem a sua autoestima e desenvolvessem outras habilidades e as colocassem em outro lugar para além da função que muitas ocupavam antes como donas de casa limitadas ao ambiente doméstico.

Ainda vale destacar que a organização das agricultoras em coletivos e por intermédio do GT Mulheres no estado do Rio de Janeiro vem permitindo que essas mulheres sejam fortalecidas e inspiradas a lutarem por seus direitos ao acesso à terra; à valorização do seu trabalho; à equidade de direitos entre homens e mulheres; a sua segurança física, psicológica e do seu patrimônio; entre outras pautas relevantes para as mulheres. Através do GT Mulheres AARJ, eu pude perceber o quanto as suas integrantes se incentivam, ajudam, trocam informações, experiências, conhecimentos, sendo ali criado um importante espaço de segurança, afeto e cuidado. Nitidamente, essas mulheres são inspiração entre elas e para as suas comunidades.

Por fim, é importante discutir como o grupo de *Whatsapp* do GT Mulheres na AARJ tem se mostrado uma importante ferramenta na comunicação e no fortalecimento desse grupo, ainda considerando que as regiões em que a AARJ é dividida apresentam uma distância geográfica significativa que em outros tempos, anterior ao desenvolvimento dessa tecnologia, essas mulheres dificilmente conseguiriam ter um contato imediato e rápido, dificultando a sua organização e conseqüentemente o seu fortalecimento.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. Reforma agrária, v. 28, n. 1, p. 2, 1998.
- AGUIAR, M. V. de A.; SILIPRANDI, E.; PACHECO, M. E. **Mulheres no Congresso**



**Brasileiro de Agroecologia.** Agriculturas. v. 6 - n. 4, 2009.

ALENTEJANO, P; RAPOSO, R. **O lugar da agricultura familiar no cenário agrícola brasileiro dos anos 90.** Cadernos de CEAS, Salvador 167: 21-31, 1997.

ALENTEJANO, P. **Modernização da agricultura.** Dicionário de Educação no Campo. Roseli Salete Caldart. et al. (Orgs.). São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

ALTIERI, M. A. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa.** 2. ed. Rio de Janeiro: PTA- FASE, 1989.

\_\_\_\_\_. **Linking ecologists and traditional farms in the search for sustainably agriculture.** Frontiers in Ecology and Environment, v.2, p. 35-42, 2004.

ALVES, A. C; ALVES, A. K. **As trajetórias e lutas do movimento feminista no brasil e o protagonismo social das mulheres,** 2013.

ANA. ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Mulheres construindo a Agroecologia.** Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia. Rio de Janeiro, 2008.

\_\_\_\_\_. Disponível em < <https://agroecologia.org.br/>>. Acessado em 24/02/2020.

ANDRADES, T. O.; GANIMI, Rosângela Nasser. **Revolução verde e a apropriação capitalista,** 2007.

AARJ. Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro. Disponível em < <https://aarj.wordpress.com/>>. Acessado em 15/07/2019.

ASSIS, R. L. de. **Agroecologia no Brasil: análise do processo de difusão e perspectivas.** 173f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

\_\_\_\_\_. ROMEIRO, A. R. **Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências.** Desenvolvimento e meio ambiente, v. 6, 2002.

ATKINSON, P.; HAMMERSLEY, M. (2005) **Ethnography and participant observation.** In: N. K. Denzin & Y.S. Lincoln (Eds), Handbook of qualitative research, 248–261. London: Sage.

BARBOSA, LCG; LAGES, A. M. G. **Crença e certificação de produtos orgânicos: o exemplo da feira livre de Maceió.** Anais do III Encontro da ANPPAS, 2006.

BARBOSA, T. L. **O processo de empoderamento da mulher rural e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): e o caso de Viçosa-MG.** Dissertação de mestrado, UFV, Viçosa. 2017. p. 80.

BARGAS, J.; CAL, D. G. R. **Luta por reconhecimento, identidades e relações de poder: as Mulheres No Movimento Quilombola.** Revista Observatório, v. 4, n. 6, p. 475-505. 2018.

BARRETO, M. do P. S. L. **Patriarcalismo e o feminismo: uma retrospectiva histórica.** Revista Ártemis, v. 1, 2004.

BORSATTO, R. S. et al. **UFSCAR agroecológica: uma rede para construção e socialização do conhecimento agroecológico.** Revista Brasileira de Agroecologia. Vol.13. Nº. Esp. 2018.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 76/2013 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008. Brasília, DF: Senado Federal. 2014.

BROCH, A; TORTELLI, A; STÉDILE, J. P. *A Agroecologia e os movimentos sociais do campo. Agricultura familiar camponesa na construção do futuro* / Paulo Petersen (org.) - Rio de Janeiro: AS-PTA. 2009.

BURG, I. C. **As mulheres agricultoras na produção agroecológica e na comercialização em feiras no sudoeste paranaense.** 131 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, 2005.

BUTLER, J. **Regulações de gênero.** Cadernos Pagu, no 42: 249–74. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/0104-8333201400420249>>. 2014.

BUTTO, A. **A perspectiva de gênero nos programas de desenvolvimento rural e combate à pobreza no Brasil: políticas públicas.** In: SEMINÁRIO “GÊNERO Y ENFOQUE TERRITORIAL DEL DESARROLLO RURAL”, 2003.

CABRAL, L. A. S.; et al. **Um Rio de Histórias.** *Revista Brasileira de Agroecologia*, Vol.13, Nº. Esp., 2018.

CANEZIN, C. C. **A mulher e o casamento: da submissão à emancipação,** no 1. 2004.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural.** Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural, Porto Alegre, RS (Brasil) Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural, Porto Alegre, RS (Brasil), 2001.

\_\_\_\_\_. **Agroecologia: uma nova ciência para apoiar a transição a agriculturas mais sustentáveis.** Brasília: MDA/SAF, v. 1, 2009.

\_\_\_\_\_. PAULUS, Go; CASTOBEBER, J. A. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade.** 2009.

CARDOSO, E. M.; RODRIGUES, V. S. **Mulheres construindo a Agroecologia no Brasil.** *Revista Agriculturas.* Vol.6, n. 4. 2009.

CARNEIRO, S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2005.

CASADO, GGI; MOLINA, MG de; GUZMAN, E. S. **Agroecologia y desarrollo rural sostenible. Introducción a la agroecologia como desarrollo rural sostenible.** Ediciones Mundi-Prensa, 2000.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. **Gênero e meio ambiente.** São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, UNICEF, 1997.

CÉLI, R. J. P. **Feminismo, história e poder.** *Rev. Sociol. Polít.,* Curitiba, v. 18, n. 36, p. 1523, 2010.

CERQUEIRA, D.RC; MOURA, R. L. de. **Vidas perdidas e racismo no Brasil.** 2013.

CISNE, M; GURGEL, T. **Feminismo, Estado e Políticas Públicas: desafios em tempos neoliberais para a autonomia das mulheres.** *Ser Social,* v. 10, n. 22, p. 69-96, 2008.

CLEMENT, C.R. **1492 and the loss of Amazonian crop genetic resources. I. The relation between domestication and human population decline.** *Economic Botany,* New York, v.53, n.2, p.188-202, 1999.

CONTG. CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA AGRICULTURA. Disponível em <<http://www.contag.org.br/>>. Acessado em 10/06/2019.

CORBARI, F; MIRANDA, C. A. R.; ZONIN, W. J. “**Agroecologia e produção orgânica: panorama e desafios desde o cenário global até a bacia do paraná**”, n 26: 17. 2019.

COSTABEBER, J. A. **Acción colectiva y procesos de transición agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil**. Tese de Doutorado. Universidad de Córdoba, Escuela Técnica Superior de Ingenieros Agrônomos y de Montes. 1998.

\_\_\_\_\_. MOYANO, E. **Transin agroecológica e ao social coletiva**. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 1, n. 4, p. 50-60. 2000.

DA CONCEIÇÃO, A. C. L. **Teorias feministas: da “questão da mulher” ao enfoque de gênero**. Revista Brasileira de Sociologia da Emoção–RBSE, v. 8, n. 24, p. 738-757. 2009.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Boitempo Editorial, 1. ed, 2016.

DELPHY, C. **Le patriarcat, le féminisme et leurs intellectuelles**. Nouvelles Questions Fministes, n 2, Fminisme: quelles politiques? p. 58 -74. 1981.

DULLEY, Richard Domingues. **Agricultura orgânica, biodinâmica, natural, agroecológica ou ecológica**. Informações Econmicas, São Paulo, v. 33, n. 10, p. 96-99, 2003.

EMBRAPA. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Disponível em: Acesso em: 20 de outubro de 2019.

EMATER. EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Relatório de Atividades da EMATER-RIO**. 2017.

FARIA, N. **Mulheres rurais na economia solidária**. Políticas de organização, v. 70, p. 37, 2011.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**. São Paulo: Elefante, 2017.

\_\_\_\_\_. **O ponto zero da revolução trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**, 2019.

FERES, A. M. B. **A Reorganização da agropecuária orgânica do estado do Rio de Janeiro em face da legislação brasileira atual e a formação do Sistema Participativo de Garantia da ABIO**. 144f. Dissertação (Mestrado em Organização e Gestão do Território). IGEO. UFRJ. Rio de Janeiro, 2012.

FERREIRA, Ana Paula Lopes. **A Importância da Perspectiva Agroecológica no Empoderamento das Mulheres Camponesas: Processo Mulheres e Agroecologia como Estudo de Caso**. Cadernos de Agroecologia, v. 4, n. 1, 2009.

FISCHER, Izaura, MELO, Lgia. **O Trabalho Feminino: efeitos da modernização agrícola**. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1996. (Estudos e Pesquisas; n. 90).

FONSECA, Maria Fernanda de Albuquerque Costa. **Agricultura orgânica. Regulamentos técnicos e acesso aos mercados dos produtos orgânicos no Brasil**. Niterói–Ro de Janeiro: PESAGRO (2009).

FRANCIS C., et al. **Agroecology: The ecology of food systems**, *J. Sustain. Agr.* 22, 99– 118. (2003).

FRANCO, Fernando Silveira; RODRIGUES, Suzana Marques; DA ROSA, Samuel Carvalho Ferreira. **Sistemas Agroflorestais com Juçara**. 2018. Disponível em < <http://www.ecoagri.com.br/web/wp-content/uploads/Cartilha-SAF-Jucara-2.pdf>>. Acessado em 05/07/2020.

FRASER, Nancy. **Mercantilização, proteção social e emancipação: as ambivalências do feminismo na crise do capitalismo.** Revista Direito GV 7, no 2: 617–34. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S1808-24322011000200011>>. 2011.

\_\_\_\_\_. **Reframing Justice in A Globalizing World.** New Left Review, v. 36, 2005.

\_\_\_\_\_. **Justice interruptus. Critical reflections on the ‘postsocialist’ condition.** New York; London: Routledge, 1997.

\_\_\_\_\_. **Unruly practices. Power, discourse and gender in contemporary social theory.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 1989.

FREITAS, Alan Ferreira de; FREITAS, Alair Ferreira de; DIAS, Marcelo Miná. **Mudanças conceituais do desenvolvimento rural e suas influências nas políticas públicas.** Revista de administração pública, v. 46, n. 6, p. 1575-1597, 2012.

FURNO, Juliane. **O Trabalho das Mulheres: entre a produção e a reprodução social.** Centro de Estudos Marxistas–IFCH, 2015.

FURTADO, Fabrina. **Nem nossos corpos, nem nossos territórios: mulheres, desenvolvimento e conflitos ambientais.** In: “GT 06 Conflitos e Desastres Ambientais: violação de direitos, resistência e produção do conhecimento”; 42º Encontro Anual da ANPOCS. 2018.

GAIGER, Luiz Inácio. **A Economia Solidária no Brasil: refletindo sobre os dados do primeiro Mapeamento Nacional.** II Seminário Nacional do Núcleo de Pesquisa sobre Movimentos Sociais. Santa Catarina, UFSC. Anais, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1999.

GLIESSMAN S.R. **Agroecology: the ecology of sustainable food systems,** CRC Press, Taylor & Francis, New York, USA, 384 p. 2007.

GOMES, AMS. **Rotas e diálogos de saberes da etnobotânica transatlântica negroafricana: terreiros, quilombos, quintais da grande BH.** 2009. 272 f. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Geografia)-Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2009.

GOMES, W. **Fenomenologia e pesquisa em psicologia.** Porto Alegre: UFRGS. 1998.

GÖTSCH, E. **O Renascer da agricultura.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 1995.

GRANGEAT, Claire Elodie. **A transição pós-industrial na agricultura brasileira com a aplicação da agroecologia.** Monografia Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2019.

GUÉRIN, Isabelle. **Mulheres e a economia solidária (As).** Edições Loyola, 2005.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. **Uma estratégia de sustentabilidade a partir da Agroecologia.** Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 35-45, 2001.

HECHT S.B. **The evolution of agroecological thought.** In: Altieri M.A. (Ed.), *Agroecology: the science of sustainable agriculture*, Westview Press, Boulder, CO, USA, pp. 1–19. 1995.

\_\_\_\_\_. **A evolução do pensamento agroecológico.** In: ALTIERI, M. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável.* Guaíba: Agropecuária, p. 21-51. 2002.

HEREDIA, B. M. A.; CINTRAO, R. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Revista NERA (UNESP), v. Ano 9, p. 1-28, 2006.

HIRATA, Helena, Danièle KERGOAT, e Fátima MURAD. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho.** Cadernos de Pesquisa 37, no 132. 2007.

HOOKS, bell. **Não sou eu uma mulher. Mulheres negras e feminismo.** Editora Rosa dos Tempos, 2014.

\_\_\_\_\_. **Mulheres negras: moldando a teoria feminista.** Revista Brasileira de Ciência Política, n. 16, p. 193-210, 2015.

\_\_\_\_\_. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras.** 5. ed. Tradução de: Ana Luiza Libânio. Rio de Janeiro, RJ: Rosa dos Tempos, 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico (2010): Estatística de Gênero. **Uma Análise dos resultados do Censo Demográfico 2010.** Acessado em 20/03/2020.

\_\_\_\_\_. **Primeiros resultados.** Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Censo agropecuário 2006. Brasília/Rio de Janeiro: MDA/MPOG, 2009. Acessado em 20/03/2020.

\_\_\_\_\_. **Censo agropecuário 2006.** Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação.

Primeiros Resultados. Disponível em: < [http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro\\_2006.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf) >. Acessado em 20/03/2020.

\_\_\_\_\_. **Censo Agropecuário 2018.** [Rio de Janeiro, 2019]. Acessado em 20/03/2020.

\_\_\_\_\_. **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil.** Acessado em 20/03/2020.

\_\_\_\_\_. **Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil, 2016.** Acessado em 20/03/2020.

\_\_\_\_\_. **Diretoria de Pesquisas. Coordenação de Trabalho e Rendimento.** Pesquisa de orçamentos familiares, v. 2009, 2008. \_\_\_\_\_ **Estatísticas de Gênero.** 2008.

IN CRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO),** 1994.

KAUFMANN, J. N. **Turbulências no mundo do trabalho. Quais são as perspectivas?** Revista de Serviço Social, São Paulo: n. 69, 2002.

KERGOAT, D. **Division sexuelle du travail et rapports sociaux de sexe.** In: HIRATA, H. et al. (dirs.) Dictionnaire critique du féminisme. Paris: PUF, 2000. p.35-44.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano.** Editora Cobogó, 2019.

KRIEDTE, Peter; PEASANTS, Landlords; **CAPITALISTS, Merchant. Europe and the World Economy, 1500-1800.** Leamington Spa, p. 43, 1983.

LAMOUNIER, M. L. **Agricultura e mercado de trabalho: trabalhadores brasileiros livres nas fazendas de café e na construção de ferrovias em São Paulo, 1850-1890.** Estudos Econômicos (São Paulo), v. 37, n. 2, p. 353-372, 2007.

LISBOA, Teresa Kleba; LUSA, Mailiz Garibotti. **Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero - Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural.** Revista Estudos Feministas 18, no 3: 871-87. <https://doi.org/10.1590/S0104026X2010000300013>. 2010.

LOPES, José Reinaldo. **Direitos humanos e tratamento igualitário: questões de impunidade, dignidade e liberdade.** Revista brasileira de ciências sociais, v. 15, n. 42. 2000.

LOURENÇO, Andréia Vigolo; SCHNEIDER, Sergio; GAZOLLA, Marcio. **A agricultura orgânica no Brasil: um perfil a partir do censo agropecuário 2006.** Extensão Rural, Santa Maria, v. 24, n. 1. 2017.

- LUZZI, Nilsa. **O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais**. 182 f. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2007.
- MARAFON, Gláucio José, et al. "Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro: uma contribuição geográfica." Rio de Janeiro: Gramma (2005).
- MATTOS, Claudermar et al. **Território: Região Metropolitana do Rio de Janeiro**. IN: Olhares agroecológicos: análise econômico-ecológica de agrossistemas em sete territórios brasileiros. Articulação Nacional de Agroecologia (Brasil). Rio de Janeiro: AS-PTA. Cartilha Produtos da Gente. Rio de Janeiro: AS-PTA. 2015.
- MEDEIROS, LS de. **Sem terra, assentados, agricultores familiares: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros**. Una nueva ruralidad en América Latina. 2001.
- MELO, Amanda Oliveira de Andrade. **Participação feminina na política: comparação de artigos escritos pelo gênero feminino em periódicos da área, de 2000 a 2018**. 2018.
- MELO, J. A. V. B. **Agricultura Orgânica como Contribuição para um Meio Ambiente Sustentável**. UFRJ, 2004.
- MONTEIRO; Bárbara de Barros da Gama. **O calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva Federici, Silvia (2004) O Calibã e a Bruxa**. Tradução: Coletivo Sycorax. SP: Elefante, 2017." *Investigación & Desarrollo* 27.1: 265-278. 2019.
- MONTEIRO, D; LONDRES, F. **Pra que a vida nos dê flor e frutos: notas sobre a trajetória do movimento agroecológico no Brasil**. In: Repositório do conhecimento do IPEA. 2017.
- MORAES, M. de F. **Participação, integração e visibilidade: agricultoras familiares no processo produtivo e na sociedade um estudo de caso**. Monografia para o curso de Educação Ambiental da Universidade Candido Mendes, 2010.
- MORAN, J. M. **Educação híbrida: um conceito-chave para a educação hoje**. In: BACICH, Lilian; NETO, Adolfo Tanzi; TREVISANI, Fernando de Mello. *Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação*. Porto Alegre: Penso. 2015.
- MOREIRA, R. M.; CARMO, MS do. **Agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável**. *Agricultura São Paulo*, v. 51, n. 2, p. 37-56, 2004.
- MOREIRA, Ruy. **Uma análise crítica do modelo de desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro**. In: MOREIRA, R. et al. *Anais do Seminário*. Niterói: EDUFF, 2001.
- MOURA, Iracema Ferreira de. **Antecedentes e aspectos fundantes da agroecologia e da produção orgânica das políticas públicas no Brasil**. In: Repositório do conhecimento do IPEA. 2017.
- MORGANTE, M. M; NADER, M. B. **O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico**. *Anais do XVI Encontro Regional de História da ANPUH*, 2014.
- MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), 2014. Disponível em <<https://mst.org.br/2014/01/28/mst-30-anos-muito-alem-da-distribuicao-de-terras/>>. Acessado em 01/07/2019.
- MUNANGA, K. (2004). **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. In A.A.P. Brandão (Org.), *Programa de Educação sobre o negro na sociedade brasileira* (pp. 15-34). Niterói, RJ: EDUFF.

- NEVES, M. C. P.; MEDEIROS, C. A. B.; ALMEIDA, D. L. **Agricultura orgânica: instrumento para a sustentabilidade dos sistemas de produção e valoração de produtos agropecuários**. Seropédica: Embrapa Agrobiologia, 2000. (Documento, n. 122).
- NORGAARD, R.; SIKOR, T. **Metodologia e prática da agroecologia**. In: Altieri, M. Agroecologia: bases científicas para a agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002.
- OLIVEIRA, Jaqueline Pereira de. **Mulheres na economia solidária: possibilidade de reconhecimento e emancipação social**. Sociedade e Cultura 11, no 2 (19 de dezembro de 2008). <https://doi.org/10.5216/sec.v11i2.5290>.
- OLIVEIRA, D. B. S.; MARAFON, G. J. **Análise da política de assentamentos rurais no estado do Rio de Janeiro: o caso do assentamento**. Associação Mutirão da Conquista–Valença/RJ. No. 1347-2016-106219. 2006.
- ONU Mulheres. **Gênero e autonomia econômica para as mulheres**. Caderno de Formação – Brasília: SPM – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, MMIRDH, 2016.
- ORGANIS; MARKET ANALYSIS. **Consumo de produtos orgânicos no Brasil. Primeira pesquisa nacional sobre o consumo de orgânicos**, 2017.
- PACHECO, Maria Emília Lisboa. **Em defesa da agricultura familiar sustentável com igualdade de gênero**. GT Gênero–Plataforma de Contrapartes Novib/SOS CORPO. Perspectivas de gênero: debates e questões para as ONGs. Recife: Gênero e Cidadania, p. 153, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Os caminhos das mudanças na construção da Agroecologia pelas mulheres**. Revista *Agriculturas*. Vol. 6. N. 4. 2009.
- \_\_\_\_\_. **Sistemas de produção: uma perspectiva de gênero**. FASE, Desenvolvimento sustentável, Revista proposta, n. 71, p. p30-38, 1997.
- PASTORE, Elenice. **Relações de gênero na agricultura ecológica: um estudo de caso na Região Serrana do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. (Dissertação de Mestrado).
- PAULA, Carlos Eduardo Artiaga; SILVA, Ana Paula da; BITTAR, Cléria Maria Lôbo. **Legislative vulnerability of minority groups**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, p. 38413848, 2017.
- PAULILO, Maria Ignez S. **Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise**. Revista *Estudos Feministas*, v. 12, n. 1, p. 229-252, 2004.
- PEREIRA, C. C. M.; SANTOS, J. O.; BARREIRA, M. I. D. J. S. **Empoderamento das mulheres quilombolas: contribuições das práticas mediacionais desenvolvidas na ciência da informação**. Em *Questão*, v. 22, n. 2, p. 114-139. 2016.
- PESSOA, Cleudes; POUCHAIN RAMOS, J.; FERNANDES PEIXOTO, S. **Economia solidária e feminista: Reflexões em torno da autonomia econômica das mulheres**. <http://www.fbes.org.br/>. Acesso em, v. 15, p. 30, 2008.
- PETERSEN, Paulo; DAL SOGLIO, Fábio Kessler; CAPORAL, Francisco Roberto. **A construção de uma ciência a serviço do campesinato. Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.
- PIMENTA, Sara DC. **Participação, poder e democracia: mulheres trabalhadoras no sindicalismo rural**. Caderno de Trabalho, n. 1, 2013.
- PRIMAVESI, Ana Maria. **Agroecologia e manejo do solo**. Revista *Agriculturas* 5, no 3, 2008.

RAMOS, Carolina. **A construção do sindicalismo rural brasileiro**. Anais do VI Simpósio Nacional Estado e Poder: Cultura, 2010.

REIS, Márcio Carneiro dos. **Segurança Alimentar e Nutricional na Perspectiva Sistêmica**. In: ROCHA, Cecília; BURLANDY, Luciene; MAGALHÃES, Rosana. Segurança Alimentar e Nutricional. Rio de Janeiro: Fiocruz, Cap. 1. p. 15-42. 2013.

RODRIGUES, T. C.; TELES, L. F. **O uso de mensagens eletrônicas instantâneas como recurso didático**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 100, n. 254, p. 17-38, 2019.

SAFFIOTI, Heleieth. **Reminiscências, releituras, reconceituações**. Estudos feministas, p. 97-103, 1992.

\_\_\_\_\_. **Rearticulando gênero e classe social**. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina. Uma questão de gênero. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos. 1992.

\_\_\_\_\_. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Vol. 4, 1976.

SCALCO, Andréa Rossi et al. **Factors that May Lead on the Non-renewal of Certified Organic Product According to Organic Producers in Brazil**. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 55, n. 3, p. 465-478, 2017.

SEVILLA GUZMÁN, E.; OTTMANN, G. **Las dimensiones de la Agroecología**. Instituto de sociología y estudios campesinos. Manual de olivicultura ecológica. Córdoba: Universidad de Córdoba, p. 11-26, 2004.

SHIVA, Vandana. **Biotechnological development and the conservation of biodiversity. Biopolitics: A feminist and ecological reader on biotechnology**, p. 193-213, 1995.

\_\_\_\_\_. **Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003.

\_\_\_\_\_. **Manifiesto para una democracia de la tierra**. Justicia, sostenibilidad y paz. Barcelona: Paidós, 2006.

\_\_\_\_\_. **Earth democracy: Justice, sustainability and peace**. Zed Books, 2006.

SHIVA, Vandana; MIES, Maria. **Ecofeminism**. Zed Books Ltd., 2014.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres agricultoras no Brasil: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar**. Pensamiento iberoamericano, 2011.

\_\_\_\_\_. **O processo de organização das mulheres dentro da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) no Brasil**. Cadernos de Agroecologia 4, no 1, 2009.

\_\_\_\_\_. **A alimentação como um tema político das mulheres. Segurança Alimentar e Nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas**. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 187-198, 2013.

\_\_\_\_\_. **Agroecologia, Agricultura Familiar e Mulheres Rurais**, 2007.

\_\_\_\_\_. **Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais**, no 1, 2000.

\_\_\_\_\_. **Um olhar ecofeminista sobre as lutas por sustentabilidade**. Agricultura familiar camponesa na construção do futuro, 2009.



SILVA, E. M. et al. **Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira**. In: PRIORE, M. D. (Org.). História das mulheres no Brasil. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

SILVERMAN, D. Interpreting qualitative data. **Methods for analyzing texts, talk and interaction**. London: Sage. 2006.

SNIG. Sistema Nacional de Informações de Gênero, 2010. Disponível em < <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/apresentacao.html?loc=0>> Acessado em 20/05/2019.

SOARES, Vera. **Muitas faces do feminismo no Brasil**. BORBA, Angela; FARIA, Nalu; GODINHO, Tatau (orgs.) Mulher e Política. Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores. SP, Fundação Perseu Abramo, 1998.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma História do Feminismo**. SP, Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

SOLOS, Embrapa. **Sistema brasileiro de classificação de solos**. 2006.

SOMMER & SOMMER, 2002. **A practical guide to behavioral research: tools and techniques**. Fifth Edition. Oxford University Press, New York, NY, EUA.

STEENBOCK, Walter; E SILVA, Leticia da Costa; DA SILVA, Rodrigo; RODRIGUES, Almir Sandro; PEREZ-CASSARINO, Julian; FONINI, Regiane. **Agrofloresta, ecologia e sociedade**. Kairós, 2013.

STRAND, J., OLIN, E., TIDEFORS, I. (2015). **Mental health professionals' views of the parents of patients with psychotic disorders: A participant observation study**. Health & Social Care In The Community, 23(2), 141-149. Doi:10.1111/hsc.12122.

STRAUCH, Guilherme de Freitas; PALM, Ewald Juliano Luís. **Uma leitura da trajetória histórica de construção da política estadual de agroecologia e produção orgânica (peapo) no estado do rio de janeiro**. In: Construção de políticas estaduais de agroecologia e produção orgânica no Brasil: avanços, obstáculos e efeitos das dinâmicas subnacionais. 2019.

TEIXEIRA, Vanessa Lopes. **O trabalho feminino numa agricultura familiar em crise**. In: Prêmio de Monografia, 7. Rio de Janeiro: Corecon/RJ, p. 115-145, 1996.

TJORA, A. H. **Writing small discoveries: an exploration of fresh observers' observations**. Qualitative Research, London, v. 6, n. 4, p. 429-451, 2006.

TOZONI-REIS, Marília. **Metodologia da Pesquisa**. 2o ed, 2009.

TRIVIÑOS, A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VAITSMAN, Jeni; DE ANDRADE; BORGES, Gabriela Rievers; FARIAS, Luis Otávio. **Proteção social no Brasil: o que mudou na assistência social após a Constituição de 1988**. Ciência & Saúde Coletiva 14, no 3 (junho de 2009): 731-41. <https://doi.org/10.1590/S141381232009000300009>.

VIEZZER, M. **Princípios da alfabetização ecológica**. Revista Rede Mulher, Caderno 3, São Paulo Publicações, Rede Mulher, 1990.

VILELA, G. F.; MANGABEIRA, J. A. C.; MAGALHÃES, L. A.; TÔSTO S. G. **Agricultura orgânica no Brasil: um estudo sobre o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos**. Campinas: Embrapa Territorial, 2019. 20 p.

VOGT, W. P. **Dictionary of statistics & methodology: A nontechnical guide for the social sciences**, 2nd ed. Thousand Oaks, London, New Delhi: Sage. 1999.

WEZEL, Alexander et al. **Agroecology as a science, a movement and a practice. A review.** *Agronomy for sustainable development*, v. 29, n. 4, p. 503-515, 2009.

WITTMANN, VD. **Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF): perspectivas para a agricultura familiar no Estado do Rio de Janeiro.** Embrapa Agrobiologia Tese/dissertação (ALICE) (2018).

## **ANEXOS**

## ANEXO I – Entrevistas semiestruturadas realizadas com as mulheres do coletivo Empório da Chaya.

|   |   |
|---|---|
| Nome  | Entrevistada 1  |
| Idade:  | 73  |
| Grau de instrução:  | Até terceiro ano (2a série Ensino Fundamental)  |
| Município:  | Nascida em Carangolas/Residente em Paracambi  |
| Comunidade/organização:   | Empório da Chaya  |
| Tempo de produção agroecológica:  | Desde a infância  |
| Composição familiar:  | Companheiro e três filhos. Apenas um filho de 38 anos, com deficiência, mora com ela e o companheiro  |
| 1. Participação em entidades associativas?<br>Cooperativa ( ) Associação ( ) Sindicato de trabalhadores rurais Sindicato rural (patronal)<br>( ) Movimento Social ( ) Outro ( ) ESPECIFICAR | Coletivo Empório da Chaya   |
| 2. Há quanto tempo? _____   | 3 anos  |
| 3. Você participa da Articulação Nacional da Agroecologia? Há quanto tempo? Como você participa?  | Através do Coletivo Empório da Chaya, mas atua mais no coletivo.  |
| 4. E do GT Mulheres da articulação no estado do Rio de Janeiro? Há quanto tempo? Como você participa? O que te motiva a participar do grupo?  | Através do Coletivo Empório da Chaya, mas atua mais no coletivo.  |
| 5. E no coletivo? O que te motiva a participar? Por que se interessou em participar desse grupo de mulheres?  | As mulheres me tratam muito bem, me dão carinho. A Andrea tem muito carinho comigo. Mudou a parte financeira com a Chaya para melhor. Participa do cuidado da Chaya e da elaboração dos produtos. Fortalece porque nós trabalhamos iguais, uma aceita a opinião da outra. |

|  |  |
|--|--|
| 6. Já tinha participado de algum grupo comunitário antes?  | Não.   |
| 7. Como iniciou essa participação? (pioneira, convidada, identificação)  | Foi convidada.   |
| 8. Já conhecia a agroecologia antes de participar ou conheceu com o grupo? (Já havia práticas agrocológicas na propriedade ou iniciou depois?) Essa escolha pelo cultivo agrocológico foi de quem?                       | Conhecia desde pequena.  |
| 9. Que dificuldades você encontra para participar de um grupo produtivo?   | Não acho difícil não. Eu já sei o que fazer, preparar a geleia, a broinha. Paracambi é muito ruim para negócio.  |
| 10. O que modificou em sua vida pessoal e no trabalho desde que começou a participar do grupo?   | Melhorou tudo, não tem aborrecimento. Trabalho em cooperação facilita as tarefas desempenhadas. Facilitou porque eu faço meu serviço lá em casa e depois de terminar tudo eu venho para o coletivo trabalhar. Sem dificuldade. |
| 11. Na sua opinião, como o grupo contribui para o desenvolvimento da comunidade como um todo?  | Colabora com a comunidade.   |
| 12. Na sua casa, quem faz o que? Quem ajuda quem? Quem controla ou planeja o que? Quem desenvolve as atividades na casa, na lavoura, na criação, na transformação primária dos produtos, na comercialização, nos cursos? | O marido também participa dos afazeres domésticos. Eu começo a comida, deixo as panelas no fogo e ele tira do fogo.  |

|  |  |
|--|--|
| <p>13. Quais são as principais atribuições enquanto mãe e esposa? E o pai como participa da criação do filho e das atividades domésticas? (Essa pergunta só será feita se a agricultora estiver casada e tiver filhos)</p> | <p>Compartilha as funções com o marido, mas possui um filho deficiente. Disse que ele não dá trabalho.</p>   |
| <p>14. O que é cultivado?</p>  | <p>Não há trabalho todos os dias no coletivo. Quando não está no coletivo, cuida da horta. Salsinha, pimentão, cebolinha, maracujá, cana, goiabeira, aipim para consumo próprio.</p> |
| <p>15. Tem algum espaço que é só seu? Como a senhora faz, o que tem nele?</p>  | <p>Tem uma horta onde ela e o marido plantam.</p>  |
| <p>16. Você pode fazer uma comparação do quanto vocês destinam para o autoconsumo e para a venda?</p>  | <p>Horta para autoconsumo, Chaya para produção e venda. Não sabia diferenciar exatamente a quantidade de venda e autoconsumo.</p>  |
| <p>17. Como é o processo da venda dos produtos? (Entrega, negociação, pagamento)</p>   | <p>Trabalha só na elaboração dos produtos e paga por horas trabalhadas.</p>  |
| <p>18. E as notas, ficam em nome de quem?</p>  | <p>Aurea Andrea</p>  |
| <p>19. Como é feita a remuneração pelo trabalho realizado?</p>   | <p>Por hora trabalhada</p>   |
| <p>20. Como são compartilhados os lucros da venda dos produtos?</p>  | <p>Coletivamente</p>   |
| <p>21. Você tem renda própria? Caso não tenha, como você tem acesso ao dinheiro quando precisa?</p>  | <p>Duas pensões.</p>   |
| <p>22. Você tem acesso a crédito? ( ) Sim, fonte: _____ ( ) Não</p>  | <p>Não.</p>  |
| <p>23. Você acessa alguma política pública? Quais?</p>   | <p>Não.</p>  |

|   |  |
|---|--|
| 24. Tem alguma política que você gostaria de participar?  | Que o marido acessasse o bolsa família.  |
| 25. Tem conhecimento sobre as políticas específicas para agricultura agroecológica? E para mulheres?  | Não.   |
| 26. O que você percebe que muda quando você acessa uma política pública?  | Seria bom, ia render mais acessar alguma política pública.   |
| 27. Você sabe a diferença entre agricultura orgânica e agroecológica? Poderia explicar o que entende por cada uma?  | Não soube responder.   |
| 28. Recebe assistência técnica na atividade agroecológica? De quem?   | Não. Só do Tomé estudante do Fundão (UFRJ).  |
| 29. O que é mais importante para você na produção agroecológica? Você pode definir o que é ser mulher agricultora trabalhando com agroecologia para você? | É muito melhor sem veneno. Ser mulher agricultora na agroecologia é muita coisa, é bom porque você tem que aprender a mexer com as plantas, com a terra. |

|   |   |
|---|---|
| Nome  | Entrevistada 2  |
| Idade:  | 39  |
| Grau de instrução:  | Ensino Fundamental Completo   |
| Município:  | Paracambi   |
| Comunidade/organização:   | Empório da Chaya  |
| Tempo de produção agroecológica:  | Desde agosto de 2009 com o acampamento  |
| Composição familiar:  | Marido e duas filhas  |
| 1. Participação em entidades associativas? Cooperativa ( ) Associação ( ) Sindicato de trabalhadores rurais Sindicato rural (patronal) ( ) Movimento Social ( ) Outro ( ) ESPECIFICAR | Coletivo Empório da Chaya   |
| 2. Há quanto tempo? _____   | 3 anos  |
| 3. Você participa da Articulação Nacional da Agroecologia? Há quanto tempo? Como você participa?  | Sim. Há um mês e pouco. Participa das reuniões, das feiras de articulação.  |
| 4. E do GT Mulheres da articulação no estado do Rio de Janeiro? Há quanto tempo? Como você participa? O que te motiva a participar do grupo?  | Sim, há 1 mês e pouco também. Motiva o modo de vida, orgânico, saudável. Pelos nossos filhos. Temos que lutar pela terra por nossos filhos.   |
| 5. E no coletivo? O que te motiva a participar? Por que se interessou em participar desse grupo de mulheres?  | Participa de tudo. Na elaboração dos produtos e venda nas feiras. De todas as ações que pode participar. Motiva por ser um grupo só de mulheres porque muita gente não dá valor ao nosso trabalho. Acham que nós, por sermos mulheres, não sabemos fazer nada. Mas nós mulheres somos capazes de fazer muita coisa. Para mim, eu gosto muito dessa atividade. Fazer várias coisas ao mesmo tempo. |
| 6. Já tinha participado de algum grupo comunitário antes?   | Não.  |
| 7. Como iniciou essa participação? (pioneira, convidada, identificação)   | Foi convidada.  |



|   |   |
|---|---|
| <p>8. Já conhecia a agroecologia antes de participar ou conheceu com o grupo? (Já havia práticas agroecológicas na propriedade ou iniciou depois?) Essa escolha pelo cultivo agroecológico foi de quem?</p>                     | <p>Conheceu na ocupação em 2009.</p>  |
| <p>9. Que dificuldades você encontra para participar de um grupo produtivo?</p>   | <p>As dificuldades das feiras, o transporte que é dificultoso. E as feiras que às vezes fazem muita produção e não vende, gasto alto sem retorno. Mas tem que fazer para divulgar o trabalho.</p>   |
| <p>10. O que modificou em sua vida pessoal e no trabalho desde que começou a participar do grupo?</p>   | <p>Para mim foi bom que eu ficava muito dentro de casa e com o coletivo eu saio mais. Tem gente que não gosta de fazer feira e quer ficar só na produção, mas eu gosto. Antes eu achava que eu gostaria por ser tímida. Mas depois que eu fui para a feira, eu me identifiquei. Gosto de ir para a feira, de falar dos produtos. Eu me transformei porque eu era mais calada e agora nas feira a gente fala, se expressa. Eu me identifiquei muito, me explorei mais. Até nas reuniões daqui eu não falava quase nada, mas agora eu falo até demais. Eu me expus mais, me soltei mais. Teve porque antes eu ficava meio parada, mas agora tenho várias atividades. Sempre quero participar das ações do coletivo.</p> |
| <p>11. Na sua opinião, como o grupo contribui para o desenvolvimento da comunidade como um todo?</p>  | <p>Antes não tinha nada, ninguém fazia nada. Só o artesanato. Mas o coletivo movimentou porque agora temos opção, trabalho.</p>   |
| <p>12. Na sua casa, quem faz o que? Quem ajuda quem? Quem controla ou planeja o que? Quem desenvolve as atividades na casa, na lavoura, na criação, na transformação primária dos produtos, na comercialização, nos cursos?</p> | <p>É responsável pelos afazeres domésticos e ele fica mais na produção dele de mel. A educação dos filhos fica mais com ela também.</p>   |

|   |   |
|---|---|
| 13. Quais são as principais atribuições enquanto mãe e esposa? E o pai como participa da criação do filho e das atividades domésticas? (Essa pergunta só será feita se a agricultora estiver casada e tiver filhos) | É difícil lidar com todas as tarefas, mas a mulher dá um jeito. Tem que se dividir em todas as tarefas. |
| 14. O que é cultivado?  | Planta Chaya perto do seu barraco.  |
| 15. Tem algum espaço que é só seu? Como a senhora faz, o que tem nele?  | Usa na produção a Chaya que planta  |
| 16. Você pode fazer uma comparação do quanto vocês destinam para o autoconsumo e para a venda?  | Não faz esse controle.  |
| 17. Como é o processo da venda dos produtos? (Entrega, negociação, pagamento)   | Nas feiras  |
| 18. E as notas, ficam em nome de quem?  | Andrea Aurea  |
| 19. Como é feita a remuneração pelo trabalho realizado?   | Por hora trabalhada.  |
| 20. Como são compartilhados os lucros da venda dos produtos?  | Coletivamente   |
| 21. Você tem renda própria? Caso não tenha, como você tem acesso ao dinheiro quando precisa?  | Não, a venda dos produtos da Chaya colabora com o orçamento doméstico.                                  |
| 22. Você tem acesso a crédito? ( ) Sim, fonte: _____ ( ) Não  | Não.  |
| 23. Você acessa alguma política pública? Quais?   | Não.  |
| 24. Tem alguma política que você gostaria de participar?  | Não soube responder.  |
| 25. Tem conhecimento sobre as políticas específicas para agricultura agroecológica? E para mulheres?  | Acha que tem como a Escolinha de Agroecologia.  |
| 26. O que você percebe que muda quando você acessa uma política pública?  | Muda sim e até para saber o que tem ou não agrotóxico.  |

|   |   |
|---|---|
| 27. Você sabe a diferença entre agricultura orgânica e agroecológica? Poderia explicar o que entende por cada uma?  | Já ouviu falar, mas não sabe diferenciar. Disse que tem que estudar mais sobre o assunto. |
| 28. Recebe assistência técnica na atividade agroecológica? De quem?   | Não.  |
| 29. O que é mais importante para você na produção agroecológica? Você pode definir o que é ser mulher agricultora trabalhando com agroecologia para você? | Deve ser maravilhoso. Desejo alcançar ser uma mulher agroecológica, sem agrotóxico.       |

|   |  |
|---|--|
| Nome  | Entrevistada 3   |
| Idade:  | 46   |
| Grau de instrução:  | 1o Ano do Ensino Médio   |
| Município:  | Nova Iguaçu  |
| Comunidade/organização:   | Empório da Chaya   |
| Tempo de produção agroecológica:  | Desde 2009 a partir do acampamento   |
| Composição familiar:  | Ela, a filha mais velha e o esposo   |
| 1. Participação em entidades associativas? Cooperativa ( ) Associação ( ) Sindicato de trabalhadores rurais Sindicato rural (patronal) ( ) Movimento Social ( ) Outro ( ) ESPECIFICAR | Coletivo Empório da Chaya  |
| 2. Há quanto tempo? _____   | 3 anos   |
| 3. Você participa da Articulação Nacional da Agroecologia? Há quanto tempo? Como você participa?  | O coletivo participou um tempo atrás esporadicamente em uma caminhada que teve, mas nem chegou a um ano direto de participação. Foi um período de alguns meses que recorda quanto. Participou de alguns eventos de agrofloresta junto ao AS.PTA. E agora esse ano de 2019 voltaram a participar. |

|   |   |
|---|---|
| <p>4. E do GT Mulheres da articulação no estado do Rio de Janeiro? Há quanto tempo? Como você participa? O que te motiva a participar do grupo?</p>   | <p>Do GT participaram da caravana para a Bahia onde teve o encontro Nacional, depois participava da Pastoral da Terra onde o GT participava junto. Deram uma parada no movimento e voltaram agora de novo.</p>  |
| <p>5. E no coletivo? O que te motiva a participar? Por que se interessou em participar desse grupo de mulheres?</p>   | <p>O que motiva é que a gente vê bastante experiência de mulheres, e aí com o coletivo tem uma experiência mais vivida, sem só ouvir falar. Primeiro a luta pela terra; o trabalho coletivo, geração de renda. É um instrumento que foi usado de luta para conquistar a nossa terra, o nosso objetivo. Mas a gente quer também com o coletivo futuramente andar porque no coletivo a gente tem mais progresso. Por ser um grupo de mulheres, o que motiva é que geralmente as mulheres gostam de estar envolvidas em várias coisas, de criar. Como esse coletivo é de culinária, há estímulo para as pessoas serem criativas, buscarem coisas novas. O homens não tem o planejamento, não pensam no todo e dão conta de várias coisas ao mesmo tempo. Por isso, trabalhar com as mulheres é bom por isso.</p> |
| <p>6. Já tinha participado de algum grupo comunitário antes?</p>  | <p>Não.</p>   |
| <p>7. Como iniciou essa participação? (Pioneira, convidada, identificação)</p>  | <p>Através de um amigo do marido.</p>   |
| <p>8. Já conhecia a agroecologia antes de participar ou conheceu com o grupo? (Já havia práticas agroecológicas na propriedade ou iniciou depois?) Essa escolha pelo cultivo agroecológico foi de quem?</p> | <p>Não, foi a partir do movimento dos sem terra.</p>  |

|   |   |
|---|---|
| <p>9. Que dificuldades você encontra para participar de um grupo produtivo?</p>                       | <p>Uma das dificuldades muito forte é que muita gente não consegue trabalhar coletivamente. Tem aquele espírito de competição, essas coisas que a gente tenta dar uma amenizada. Nesse sentimento de pensar só em você muito forte, mas com o coletivo em andamento as pessoas mesmo vão vendo o que a gente faz, faz a reflexão e vê que sozinho não dá certo, melhor no coletivo.</p>   |
| <p>10. O que modificou em sua vida pessoal e no trabalho desde que começou a participar do grupo?</p> | <p>Modificou que eu antes era muito aquela dona de casa que só cuidava da família, de filhos, do marido, igreja, casa, parentes, um passeio de vez em quando. Mas quando fui participar do movimento social se abriram várias possibilidades de várias coisas que não se tinha tanta noção, muita informação que a população geral nem tem acesso. E acaba disseminando esse conhecimento para os outros, para a família. Ajudou na organização e no planejamento. Colocar em prática o que já gostava de fazer, colocar o povo para refletir, tentar achar solução, falar. Por exemplo, tinha medo de falar em público e desenvolveu a prática, o jeito para falar com as pessoas. Aumentou a confiança.</p> |
| <p>11. Na sua opinião, como o grupo contribui para o desenvolvimento da comunidade como um todo?</p>  | <p>Sim, o acampamento só permaneceu porque o coletivo fortaleceu no objetivo ainda mais quando saíram do MST. O coletivo é a ferramenta que o acampamento tem de conquistar a terra. E não só o coletivo, mas fortalece toda a comunidade em volta. Quando fazem crepioca, por exemplo, compram queijo no produtor da região movimentando a economia local. Beneficia coisas que estavam no acampamento e ninguém dava valor como as PANC.</p>  |

|   |  |
|---|--|
| <p>12. Na sua casa, quem faz o que? Quem ajuda quem? Quem controla ou planeja o que? Quem desenvolve as atividades na casa, na lavoura, na criação, na transformação primária dos produtos, na comercialização, nos cursos?</p> | <p>Em casa, desde que eu me casei, como a mãe dele ensinava os serviços domésticos. Então ele sabe fazer tudo. Mas como a gente, mulher em casa, sem ter muito o que fazer, acaba fazendo mais os serviços domésticos. Ele trabalha fora, mas quando precisa não tem problema em compartilhar os afazeres domésticos.</p>      |
| <p>13. Quais são as principais atribuições enquanto mãe e esposa? E o pai como participa da criação do filho e das atividades domésticas? (Essa pergunta só será feita se a agricultora estiver casada e tiver filhos)</p>      | <p>O acampamento antes de ter o coletivo tem que dividir a semana metade afazeres domésticos e metade tarefas do coletivo e do acampamento. Mas mesmo estando em casa, acaba que fica pensando no que poderia estar fazendo no acampamento e no coletivo. Mas acha que se organizar tudo direitinho não atropela nada não.</p> |
| <p>14. O que é cultivado?</p>   | <p>Chaya</p>   |
| <p>15. Tem algum espaço que é só seu? Como a senhora faz, o que tem nele?</p>   | <p>Já teve, mas como não mora lá, fica difícil. Ela gosta de trabalhar em coletivo. Com as demandas do coletivo, não consegue dar conta da horta individual.</p>   |
| <p>16. Você pode fazer uma comparação do quanto vocês destinam para o autoconsumo e para a venda?</p>   | <p>Geralmente o que fazem e sobra das feiras, dividem no acampamento. Mas anotação tem de tudo, com as notas todo mês separados. Prestação de contas mensal. Caixa onde cada mês reservava um dinheiro para futuros investimentos.</p>   |
| <p>17. Como é o processo da venda dos produtos? (Entrega, negociação, pagamento)</p>  | <p>Nas feiras</p>  |
| <p>18. E as notas, ficam em nome de quem?</p>   | <p>Andrea Aurea</p>  |
| <p>19. Como é feita a remuneração pelo trabalho realizado?</p>  | <p>Por hora trabalhada</p>   |
| <p>20. Como são compartilhados os lucros da venda dos produtos?</p>   | <p>Coletivamente</p>   |

|   |   |
|---|---|
| 21. Você tem renda própria? Caso não tenha, como você tem acesso ao dinheiro quando precisa?  | Não tem renda própria, apenas do coletivo e do beneficiamento da banana chips. Aí 20% de lucro da produção vai para o coletivo. O restante é a sua renda junto com as horas trabalhadas no coletivo.  |
| 22. Você tem acesso a crédito? ( ) Sim, fonte: _____ ( ) Não  | Não   |
| 23. Você acessa alguma política pública? Quais?   | Não   |
| 24. Tem alguma política que você gostaria de participar?  | Sim, de agroecologia.   |
| 25. Tem conhecimento sobre as políticas específicas para agricultura agroecológica? E para mulheres?  | Acho que existe, mas como não são assentados, não têm como serem contemplados pelas políticas públicas.   |
| 26. O que você percebe que muda quando você acessa uma política pública?  | Muda a perspectiva, pois dá a produtora o incentivo essencial e potencializa a sua criatividade.  |
| 27. Você sabe a diferença entre agricultura orgânica e agroecológica? Poderia explicar o que entende por cada uma?  | Orgânica envolve muitas restrições e a agroecológica é uma transição da convencional utilizando outra forma que não é a orgânica, mas é similar. Porém, tem menos regras, não precisa do selo como na orgânica, tem menos burocracia. É uma produção direta dos agricultores sem veneno, mas não tem nada comprovando |
| 28. Recebe assistência técnica na atividade agroecológica? De quem?   | Não.  |
| 29. O que é mais importante para você na produção agroecológica? Você pode definir o que é ser mulher agricultora trabalhando com agroecologia para você? | Eu sinto que eu estou no lugar certo onde todo ser humano deveria estar que é do lado da preservação da biodiversidade e meio ambiente e o pouquinho que cada um puder fazer para contribuir. Eu sinto que estou fazendo a minha parte para as gerações futuras.  |

|   |  |
|---|--|
| Nome  | Entrevistada 4   |
| Idade:  | 62   |
| Grau de instrução:  | 2o grau completo   |
| Município:  | Japeri   |
| Comunidade/organização:   | Empório da Chaya   |
| Tempo de produção agroecológica:  | 3 anos   |
| Composição familiar:  | Ela e o esposo.  |
| 1. Participação em entidades associativas?<br>Cooperativa ( ) Associação ( ) Sindicato de trabalhadores rurais Sindicato rural (patronal) ( ) Movimento Social ( )<br>Outro ( ) ESPECIFICAR | Coletivo de trabalho   |
| 2. Há quanto tempo? _____   | 6 anos   |
| 3. Você participa da Articulação Nacional da Agroecologia? Há quanto tempo? Como você participa?  | Sim, há 2 meses, nas reuniões.   |
| 4. E do GT Mulheres da articulação no estado do Rio de Janeiro? Há quanto tempo? Como você participa? O que te motiva a participar do grupo?  | Em trabalho coletivo, conhecer novos parceiros e aprender.   |
| 5. E no coletivo? O que te motiva a participar? Por que se interessou em participar desse grupo de mulheres?  | A conquista da terra. Por ser um grupo de mulheres, temos que nos fortalecer, conseguir uma renda extra. |
| 6. Já tinha participado de algum grupo comunitário antes?   | Sim, associação e grupos de Igrejas.   |
| 7. Como iniciou essa participação? (Pioneira, convidada, identificação)   | Foi convidada.   |



|   |   |
|---|---|
| <p>8. Já conhecia a agroecologia antes de participar ou conheceu com o grupo? (Já havia práticas agroecológicas na propriedade ou iniciou depois?) Essa escolha pelo cultivo agroecológico foi de quem?</p>                     | <p>Apesar de ter sido criada na roça, não conhecia essa prática. A escolha somente depois que entrei para o coletivo com a Escolinha de Agroecologia</p>  |
| <p>9. Que dificuldades você encontra para participar de um grupo produtivo?</p>   | <p>Não vejo dificuldades.</p>   |
| <p>10. O que modificou em sua vida pessoal e no trabalho desde que começou a participar do grupo?</p>   | <p>Modificou tudo, pois temos um olhar diferente. Ficou mais organizado as minhas coisas. Prioridades foi melhorada e dificultou administrar o tempo.</p> |
| <p>11. Na sua opinião, como o grupo contribui para o desenvolvimento da comunidade como um todo?</p>  | <p>Nova visibilidade e novos saberes.</p>   |
| <p>12. Na sua casa, quem faz o que? Quem ajuda quem? Quem controla ou planeja o que? Quem desenvolve as atividades na casa, na lavoura, na criação, na transformação primária dos produtos, na comercialização, nos cursos?</p> | <p>Somente eu e o esposo</p>  |
| <p>13. Quais são as principais atribuições enquanto mãe e esposa? E o pai como participa da criação do filho e das atividades domésticas? (Essa pergunta só será feita se a agricultora estiver casada e tiver filhos)</p>      | <p>Todos os filhos casados e criados.</p>   |
| <p>14. O que é cultivado?</p>   | <p>Chaya.</p>   |
| <p>15. Tem algum espaço que é só seu? Como a senhora faz, o que tem nele?</p>   | <p>Todos espaço é coletivo, temos o controle mensal.</p>  |

|  |   |
|--|---|
| 16. Você pode fazer uma comparação do quanto vocês destinam para o autoconsumo e para a venda?                     | Às vezes  |
| 17. Como é o processo da venda dos produtos? (Entrega, negociação, pagamento)                                      | Trabalho coletivo.  |
| 18. E as notas, ficam em nome de quem?   | Áurea Andrea - Coord.   |
| 19. Como é feita a remuneração pelo trabalho realizado?  | Por hora de trabalho  |
| 20. Como são compartilhados os lucros da venda dos produtos?   | Mensalmente   |
| 21. Você tem renda própria? Caso não tenha, como você tem acesso ao dinheiro quando precisa?                       | Não.  |
| 22. Você tem acesso a crédito? ( ) Sim, fonte: _____ ( ) Não   | Não.  |
| 23. Você acessa alguma política pública? Quais?  | Ainda não.  |
| 24. Tem alguma política que você gostaria de participar?   | De várias.  |
| 25. Tem conhecimento sobre as políticas específicas para agricultura agroecológica? E para mulheres?               | Sei do crédito Mulher.  |
| 26. O que você percebe que muda quando você acessa uma política pública?   | Sim, ajuda a fortalecer.  |
| 27. Você sabe a diferença entre agricultura orgânica e agroecológica? Poderia explicar o que entende por cada uma? | Sim, a orgânica é muito burocrática e a agroecológica é uma transição da convencional mais acessível. |
| 28. Recebe assistência técnica na atividade agroecológica? De quem?  | Não. Mas A assistência técnica ajuda muito o pequeno agricultor.                                      |

|  |   |
|--|---|
| <p>29. O que é mais importante para você na produção agroecológica? Você pode definir o que é ser mulher agricultora trabalhando com agroecologia para você?</p> | <p>É comer comida saudável e de fortalecer os pequenos agricultores. Ser mulher agroecológica é a saída para quem viveu na prática da agricultura convencional, pois preservar a natureza. Antes significava que eu ainda não tinha acesso ao conhecimento.</p> |
|--|---|

|  |  |
|--|--|
| Nome   | Entrevistada 5   |
| Idade:   | 60   |
| Grau de instrução:   | 4a série primária  |
| Município:   | Paracambi  |
| Comunidade/organização:  | Empório da Chaya   |
| Tempo de produção agroecológica:   | 3 anos   |
| Composição familiar:   | 3 pessoas, ela, o marido e o filho.  |
| 1. Participação em entidades associativas?<br>Cooperativa ( ) Associação ( ) Sindicato de trabalhadores rurais Sindicato rural (patronal) ( ) Movimento Social ( ) Outro ( ) ESPECIFICAR             | Coletivo de trabalho   |
| 2. Há quanto tempo? _____  | 9 anos   |
| 3. Você participa da Articulação Nacional da Agroecologia? Há quanto tempo? Como você participa?   | Sim, poucos dias, nas feiras.  |
| 4. E do GT Mulheres da articulação no estado do Rio de Janeiro? Há quanto tempo? Como você participa? O que te motiva a participar do grupo?   | Através do Coletivo Empório da Chaya, mas atua mais no coletivo.   |
| 5. E no coletivo? O que te motiva a participar? Por que se interessou em participar desse grupo de mulheres?   | Sou ativa nas feiras, minha motivação é a conquista do lote. Renda extra, contribuir com minha participação. |
| 6. Já tinha participado de algum grupo comunitário antes?  | Não.   |
| 7. Como iniciou essa participação? (Pioneira, convidada, identificação)  | Identificação.   |
| 8. Já conhecia a agroecologia antes de participar ou conheceu com o grupo? (Já havia práticas agroecológicas na propriedade ou iniciou depois?) Essa escolha pelo cultivo agroecológico foi de quem? | Conheci com o grupo, minha escolha. Através do movimento social.   |

|  |  |
|--|--|
| 9. Que dificuldades você encontra para participar de um grupo produtivo?   | Não tenho dificuldades.  |
| 10. O que modificou em sua vida pessoal e no trabalho desde que começou a participar do grupo?   | Só modificou o relacionamento com outras pessoas. Ocupou meu tempo, pois fiquei desempregada. A distância é um ponto de dificuldade. |
| 11. Na sua opinião, como o grupo contribui para o desenvolvimento da comunidade como um todo?  | Alimentação Saudável.  |
| 12. Na sua casa, quem faz o que? Quem ajuda quem? Quem controla ou planeja o que? Quem desenvolve as atividades na casa, na lavoura, na criação, na transformação primária dos produtos, na comercialização, nos cursos? | Só eu mesma.   |
| 13. Quais são as principais atribuições enquanto mãe e esposa? E o pai como participa da criação do filho e das atividades domésticas? (Essa pergunta só será feita se a agricultora estiver casada e tiver filhos)      | Filhos criados.  |
| 14. O que é cultivado?   | Cultivamos de maneira coletiva a Chaya.  |
| 15. Tem algum espaço que é só seu? Como a senhora faz, o que tem nele?   | Não, Chaya é nossa produção para consumo e venda. Controle mensal em reunião.  |
| 16. Você pode fazer uma comparação do quanto vocês destinam para o autoconsumo e para a venda?   | Ainda não.   |
| 17. Como é o processo da venda dos produtos? (Entrega, negociação, pagamento)  | Toda tarefa é coletiva.  |
| 18. E as notas, ficam em nome de quem?   | Aurea  |
| 19. Como é feita a remuneração pelo trabalho realizado?  | Por hora trabalhada  |
| 20. Como são compartilhados os lucros da venda dos produtos?   | Coletivamente  |

|   |   |
|---|---|
| 21. Você tem renda própria? Caso não tenha, como você tem acesso ao dinheiro quando precisa?  | Não   |
| 22. Você tem acesso a crédito? ( ) Sim, fonte: _____ ( ) Não  | Não   |
| 23. Você acessa alguma política pública? Quais?   | Ainda não.  |
| 24. Tem alguma política que você gostaria de participar?  | Todas.  |
| 25. Tem conhecimento sobre as políticas específicas para agricultura agroecológica? E para mulheres?  | Não.  |
| 26. O que você percebe que muda quando você acessa uma política pública?  | Melhorias em todos os sentidos.   |
| 27. Você sabe a diferença entre agricultura orgânica e agroecológica? Poderia explicar o que entende por cada uma?  | Sim, uma é mais complicada e a agroecologia é mais fácil.                                 |
| 28. Recebe assistência técnica na atividade agroecológica? De quem?   | Não.  |
| 29. O que é mais importante para você na produção agroecológica? Você pode definir o que é ser mulher agricultora trabalhando com agroecologia para você? | Conscientização. É acesso fácil aos alimentos livres de veneno. A mulher tem mais tarefa. |

|                                  |                  |
|----------------------------------|------------------|
| Nome                             | Entrevistada 6   |
| Idade:                           | 62               |
| Grau de instrução:               | 4a série         |
| Município:                       | Queimados        |
| Comunidade/organização:          | Empório da Chaya |
| Tempo de produção agroecológica: | 3 anos           |
| Composição familiar:             | Ela e 1 filho    |

|   |  |
|---|--|
| 1. Participação em entidades associativas? Cooperativa ( )<br>Associação ( ) Sindicato de trabalhadores rurais Sindicato<br>rural (patronal) ( ) Movimento Social ( ) Outro ( )<br>ESPECIFICAR                | Empório da Chaya   |
| 2. Há quanto tempo? _____   | 8 anos   |
| 3. Você participa da Articulação Nacional da Agroecologia?<br>Há quanto tempo? Como você participa?   | Sim, 2 meses no que for<br>preciso.  |
| 4. E do GT Mulheres da articulação no estado do Rio de<br>Janeiro? Há quanto tempo? Como você participa? O que te<br>motiva a participar do grupo?  | Sim, 2 meses no trabalho<br>coletivo. Aprendizado,<br>alegria.                   |
| 5. E no coletivo? O que te motiva a participar? Por que se<br>interessou em participar desse grupo de mulheres?   | A conquista da terra, geração<br>de renda. Porque eu gosto de<br>estar em grupo. |
| 6. Já tinha participado de algum grupo comunitário antes?   | Só na Igreja.  |
| 7. Como iniciou essa participação? (Pioneira, convidada,<br>identificação)  | Identificação.   |
| 8. Já conhecia a agroecologia antes de participar ou conheceu<br>com o grupo? (Já havia práticas agroecológicas na propriedade<br>ou iniciou depois?) Essa escolha pelo cultivo agroecológico<br>foi de quem? | Não. Do coletivo, através da<br>Escolinha de Agroecologia.                       |
| 9. Que dificuldades você encontra para participar de um grupo<br>produtivo?   | Não vejo dificuldades.   |

|   |  |
|---|--|
| <p>10. O que modificou em sua vida pessoal e no trabalho desde que começou a participar do grupo?</p>   | <p>Fiquei mais comunicativa. Tive que melhorar minhas prioridades. Melhorou meu aprendizado, não vejo nenhuma dificuldade.</p> |
| <p>11. Na sua opinião, como o grupo contribui para o desenvolvimento da comunidade como um todo?</p>  | <p>Ajuda no desenvolvimento da comunidade.</p>   |
| <p>12. Na sua casa, quem faz o que? Quem ajuda quem? Quem controla ou planeja o que? Quem desenvolve as atividades na casa, na lavoura, na criação, na transformação primária dos produtos, na comercialização, nos cursos?</p> | <p>Somente eu.</p>   |
| <p>13. Quais são as principais atribuições enquanto mãe e esposa? E o pai como participa da criação do filho e das atividades domésticas? (Essa pergunta só será feita se a agricultora estiver casada e tiver filhos)</p>      | <p>Filhos, todos casados.</p>  |
| <p>14. O que é cultivado?</p>   | <p>PANC</p>  |
| <p>15. Tem algum espaço que é só seu? Como a senhora faz, o que tem nele?</p>   | <p>Todo trabalho é coletivo e o controle é feito nas reuniões.</p>   |
| <p>16. Você pode fazer uma comparação do quanto vocês destinam para o autoconsumo e para a venda?</p>   | <p>Ainda não.</p>  |
| <p>17. Como é o processo da venda dos produtos? (Entrega, negociação, pagamento)</p>  | <p>Todo processo é coletivo.</p>   |



|  |  |
|--|--|
| 18. E as notas, ficam em nome de quem?   | Aurea Andrea   |
| 19. Como é feita a remuneração pelo trabalho realizado?  | Por hora trabalhada.   |
| 20. Como são compartilhados os lucros da venda dos produtos?   | Coletivamente.   |
| 21. Você tem renda própria? Caso não tenha, como você tem acesso ao dinheiro quando precisa?                       | Não. Do coletivo.  |
| 22. Você tem acesso a crédito? ( ) Sim, fonte: _____ ( ) Não   | Não  |
| 23. Você acessa alguma política pública? Quais?  | Não.   |
| 24. Tem alguma política que você gostaria de participar?   | Sim.   |
| 25. Tem conhecimento sobre as políticas específicas para agricultura agroecológica? E para mulheres?               | Ainda não.   |
| 26. O que você percebe que muda quando você acessa uma política pública?   | Não respondeu.   |
| 27. Você sabe a diferença entre agricultura orgânica e agroecológica? Poderia explicar o que entende por cada uma? | Orgânica é burocrática e a agroecológica uma forma mais simples. |
| 28. Recebe assistência técnica na atividade agroecológica? De quem?  | Não.   |

29. O que é mais importante para você na produção agroecológica? Você pode definir o que é ser mulher agricultora trabalhando com agroecologia para você?

Alimento sem veneno. Ser mulher na agricultura agroecológica é ser protagonista do seu sucesso! Antes de trabalhar com a agroecologia eu não tinha ideia do meu potencial.

## ANEXO II – Entrevista complementar realizada com a coordenadora do coletivo Empório da Chaya.

|                             |   |
|-----------------------------|---|
| Nome                        | Coordenadora Empório da Chaya   |
| Idade:                      | 46  |
| Grau de instrução:          | 1o Ano do Ensino Médio  |
| Município:                  | Nova Iguaçu   |
| Comunidade/orga<br>nização: | Empório da Chaya  |
| Mudanças no<br>coletivo     | Entraram mais alguns homens (4 homens)  |
|                             | Saiu Dona Regina e entrou Dona Margarida (5 mulheres no total)  |
|                             | Na segunda (16/12) uma acampada de Quatis pediu para retornar para o acampamento e participar do coletivo. Ela é uma mulher sozinha e como em Quatis o assentamento fica muito distante e as casas mais isoladas, ela não se sentiu segura de morar sozinha.  |
| Processo do<br>acampamento  | Foi feita uma outra vistoria de última estância para constatar realmente se vai haver a possibilidade de ser assentamento. Montaram o kit decreto e até a data da entrevista não sabiam se o chefe foi Incra levou o kit para Brasília. Ela acredita que como o responsável pelo Incra no Rio de Janeiro tinha ido para Brasília resolver questões agrárias, que levou o kit decreto do acampamento. O processo está na liberação de verba do governo federal para indenização e liberação da terra. Parece que na segunda teve uma reunião em Brasília com o governo federal para liberação de verba para regularização de titulação de terra devido a saída de uma lei. |

|  |  |
|--|--|
| <p>Por que mesmo com todas as dificuldades, o que fez com que os acampados ficassem no território?</p> | <p>Ao longo dos 10 anos o MST havia oferecido algumas vezes para eles irem para assentamentos à medida que esses foram sendo liberados. Muitas pessoas foram para os assentamentos e deu certo para muitas pessoas e para outras nem tanto. Normalmente quem mora no acampamento possui familiares que moram próximo e por isso, podem ajudar no lote. Principalmente, sendo uma mulher sozinha. Em Quatis, por exemplo, o gasto de deslocamento é muito caro. Você ter um lote perto de algum familiar que pode te ajudar é muito importante e isso faz diferença no final.</p> <p>Todo mundo que permaneceu no acampamento teve a oportunidade de ir para algum assentamento, mas a localização do acampamento mais próximo dos familiares fez com que optassem por permanecer no acampamento.</p> <p>Enquanto o processo está em trâmite, sem negativa do Incra, eles permanecem no acampamento, trabalhando e tentando a titulação da terra.</p> <p>Agora arrendaram um lote de um fazendeiro do lado para plantarem a Chaya e outras produções para facilitarem as pessoas estarem mais no acampamento.</p> <p>O que mais pesa permanecerem no acampamento e não irem para outro assentamento é primeiramente a questão dos familiares mais perto e a questão do Incra que não negou ainda a titulação da terra. Enquanto houver a possibilidade, preferem continuar.</p> |
| <p>Em relação à segurança no momento?</p>  | <p>Assim que teve a transição de governo e uma revolta grande dos eleitores do Bolsonaro contra os sem terra, muitas pessoas passavam insultando. Mas agora quem passa já conhece e tem convívio com os acampados e não possui violência no momento. Eles se sentem seguros.</p>   |

|                               |  |
|-------------------------------|--|
| <p>Por que saíram do MST?</p> | <p>O MST considerou que não seria estratégico permanecerem no acampamento porque ficaram apenas poucas famílias. O princípio do movimento é de massa e ter muita gente morando no acampamento. Como eles estavam preocupados com a conjuntura política, acharam que o acampamento com poucas famílias ia ficar fragilizado e eles seriam responsáveis caso houvesse qualquer situação insegura. Assim, eles fizeram uma reunião apresentando a posição do movimento e oferecendo a possibilidade de serem assentado em outros lugares (Quatis, Tinguá ou Macaé), eles não iam assumir um acampamento na beira da estrada, na conjuntura política e com poucos acampados. O MST se sentia responsável caso houvesse qualquer situação de risco. Quem quis ir para algum assentamento pôde ir, mas quem ficou o MST disse que não teria condições de se responsabilizar e por isso, tirou a bandeira. Quem permanecesse, seria por sua conta e risco porque eles já haviam apresentado a solução. Mesmo que tenha trabalho de base, as pessoas só permanecessem nos acampamentos quando veem que tem algo mais concreto de receberem a titulação da terra. Quando não é algo muito certo ainda, muitas pessoas abandonam a causa. Não querem arriscar ainda mais com a política que está devagar as coisas.</p> <p>Como possuem o coletivo, o trabalho, preferiram ficar por sua conta e risco com a coordenação do coletivo que fazem as ações de acompanhamento e pressão dos trâmites do processo. Só não possuem mais a assessoria jurídica que tinham no MST, mas os acampados mesmo vão junto ao Incra fazer o acompanhamento.</p> <p>Eles sempre vão e nunca possuem uma resposta positiva, mas souberam que recentemente saiu um assentamento depois de quase 10 anos também e enquanto o Incra não diz que não há chances deles terem posse da terra, eles preferem permanecer no acampamento e trabalhando no coletivo. Eles pretendem ficar até o final do processo.</p> <p>Caso saia um resultado negativo, os acampados pretendem permanecer no lote arrendado trabalhando coletivamente, participando das feiras, trabalhando em outras frentes para terem a geração de renda.</p> |
|-------------------------------|--|

|  |   |
|--|---|
| <p>O que acha que mudou após a saída do MST?</p> | <p>Para o coletivo foi ruim na questão da comercialização porque o MST possui lojas fixas de comercialização no centro do Rio que o coletivo estava sempre participando, a feira da reforma agrária. Nenhum desses espaços que o MST já possui consolidado, o coletivo não pode participar. Essa foi a questão que prejudicou mais o coletivo. Mas em relação à coordenação, o coletivo continua fazendo porque enquanto estavam junto ao MST já faziam e apenas permaneceram fazendo a parte de coordenação como sempre fizeram. Foi mais a questão de comercialização mesmo.</p> <p>Como possuem outras parcerias como a escolinha de agroecologia e universidades, elas já fazem feiras nas universidades (rural de Nova Iguaçu e UFRJ praia vermelha) e agora conseguiram um ponto em botafogo (quarta), eventos, feira de economia solidária em Paracambi. Conseguiram um ponto em Ipanema na general ozório (sexta) que iam começar na semana seguinte. Estavam animadas porque é um ponto de maior poder aquisitivo.</p> <p>Afirmou que no coletivo às vezes as pessoas ficam desanimadas, mas um tenta animar o outro para poderem as coisas andarem. O coletivo não pode acabar porque é um instrumento que elas usam ao favor delas para divulgação da luta delas que é ter uma terra para produzir e querem criar um espaço para uma associação dos produtores de PANC que possuem o espaço arrendado, criaram uma página na internet e estão indo na prefeitura para pedirem emprestado os equipamentos para tratarem a terra. Porque para participarem das feiras precisam ter espaço de produção e vão financiando as frutas que já estão produzindo, como sucos. Onde vão pegam uma muda e plantam lá. Estão organizando o espaço arrendado na enxada com o trabalho do coletivo, mas já possuem milho, batata doce, banana, caju, limão, jaca, pimenta, feijão, abóbora. Estão lá há 4 meses. Mas querem produzir bastante PANC porque possuem uma demanda de restaurantes que querem comprar. Por isso, precisam usar o coletivo para divulgação do trabalho e aumento da produção no lote arrendado. Estão fazendo cursos de capacitação em gastronomia, intercâmbios com alunos das universidades, de cursos de gastronomia, fornecem cursos também.</p> <p>Pretendem criar um espaço para</p> |
|--|---|

|  |  |
|--|--|
| <p>O coletivo teve curso de capacitação com o MST?</p>                         | <p>Não tiveram no Florestan Fernandes. Alguns acampados fizeram cursos de militância que é a primeira capacitação para fazer parte do movimento na questão da liderança. Se você fosse coordenador, era orientado a participar dessa formação. Formação política e de realidade brasileira, curso de frente de massa e o de militantes para saberem os princípios do movimento (15 dias consecutivos e depois mais 15 dias). Neste cursos você fica sabendo todas as normas do movimento, a luta pela terra e como funciona o MST. Do coletivo que está atualmente acampada, apenas a Andrea terminou a capacitação. O MST faz as formações e o convite no acampamento. Não é obrigatória a participação. A Andrea afirmou que fez todos os cursos para entender ainda mais que era liderança do acampamento.</p> <p>A formação de agroecologia não foi pelo MST e sim pela escolinha de agroecologia pela comissão pastoral da terra. SPTA que era parceira da EMATER em Nova Iguaçu. Muita gente fez a capacitação e depois ficou como voluntário. Toda capacitação o movimento oferece, mas muitas pessoas não querem se envolver e participar. Mas quem está na liderança e quer fazer uma boa liderança, ela acha que tem que fazer. Das meninas que são do coletivo hoje, Dona Dalva fez, mas saiu no meio do caminho; a Lucia começou a ir, mas parou; a Irani e a Cleonice fizeram; Dona Margarida não fez.</p> <p>O curso foi de transição de agricultura convencional para agroecologia.</p> |
| <p>Como está a relação com a Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro</p> | <p>Participaram do encontro regional da metropolitana, fizeram o almoço e participaram das reuniões da Articulação para construir o vento e fornecerem a comida assim como outras questões. Participaram desse período e depois não participaram mais. Mas acham que não tiveram mais reuniões, foram para organizar o evento. O Empório da Chaya sempre é convidado para participarem dos eventos.</p> <p>Quando tem evento, não vai todo mundo, mas sempre alguém tenta participar. O coletivo possui boa relação com a articulação.</p>   |
| <p>GT Mulheres da AARJ</p>   | <p>O coletivo não participou ativamente do GT Mulheres, mas sabem que ele existe. Não possuem nenhuma atividade ativa. Possuem contato com quem participa da AARJ e do GT Mulheres como a Paula e a Mushu. Elas fazem parte da AARJ e estão no GT Mulheres. Souberam da Marcha das Margaridas, mas ninguém foi porque estavam com feiras. Ultimamente o coletivo não está muito envolvido nessas questões, mas sempre que são convidados, tentam participar. Alguma representação eles mandam.</p>   |

|                                 |  |
|---------------------------------|--|
| <p>Volta à articulação AARJ</p> | <p>A AARJ fez o convite porque o coletivo sempre participou. Foram para a caravana na Bahia, Jornada na AARJ que engloba nacionalmente, e a ASPTA (ONG) também estava muito inserida na AARJ e quando fizeram a escolinha de agroecologia fizeram um curso de agrofloresta e passaram a participar de várias atividades da AARJ. Depois ficaram um período sem ir porque não receberam mais convite e o tempo não estava suficiente para tudo e agora quando teve esse encontro da AARJ Metropolitana a Berna convidou o coletivo. Ela sempre convida o coletivo para participar e o Empório ajudou a organizar o festival. Participaram das reuniões do Conselho e agora deu uma parada de novo, mas estão interessadas em continuar com a articulação da AARJ.</p> <p>Andrea afirmou que como tem as feiras e o coletivo está pequeno, com poucos integrantes, nem sempre conseguem participar de todos os eventos, mas um ou outro evento tentam participar.</p> <p>O GT da AARJ é uma forma de fortalecimento, trocas, juntam pessoas com ideais parecidos. A Chaya chegou através da AARJ ao coletivo.</p>  |
| <p>Parcerias</p>                | <p>Hoje de parcerias possuem as universidades Rural (Professor Rômulo que quer fazer um curso de extensão mais no sentido da comercialização, mas o coletivo precisava ser certificado como orgânico e CNPJ. Eles orientaram o coletivo e estão incentivando a regularização do coletivo para poderem participar de editais e cursos de extensão. Querem organizar o espaço arrendado para criarem uma associação das PANC, se juntando com outros produtores. Na região não tem nenhuma associação e poderiam abranger os produtores ao redor das PANC) e UFRJ (extensão da Professora Mônica), da EMATER (possui ajuda do Márcio - é da EMATER de Nova Iguaçu, Rudah) que é parceira da Escolinha de Agroecologia. Para o arrendamento, contaram com o apoio e a orientação da EMATER. Não foram no cartório regularizado, mas estão avançando no processo e pretendem em 2020 regularizar isso para lançarem a marcar. Afirmou que a EMATER é super parceira do coletivo, eles dão umas orientações. O coletivo está tentando se aproximar da EMATER de Paracambi de acordo com a orientação de Nova Iguaçu. O coletivo está participando da feira de economia solidária em Paracambi que elas também fazem parte. Mas Paracambi é muito fraco de comercialização e como o produto do coletivo não é conhecido, dificulta ainda mais a comercialização, mas quando tem um festival maior, elas estão sempre participando. Quando tem evento promovido pela prefeitura. Estão tentando participar mais e expandir território em Paracambi para divulgarem a existência do coletivo.</p> <p>Além disso, afirmou que tem um menino que é conhecido do coletivo, fez a escolinha de agroecologia e ganhou um dinheiro e disse que tem interesse em fazer uma parceria porque ele quer abrir um restaurante ou algum lugar que ofereça lanche e perguntou se o coletivo não tem interesse em fornecer alguns produtos e entrar com a mãe de obra e material. Aí ele entraria no coletivo e investiria um valor em prol do coletivo. Ele tem interesse em alugar uma loja em Paracambi.</p> |



|                            |   |
|----------------------------|---|
| Vendas de mudas de Chaya   | Já venderam pelos correios, mas é muito caro porque o valor do frete já é alto, mais o produto e por isso, tem pouca saída. Mas já enviaram para diversos lugares do Brasil e até para Portugal, mas não é frequente. Continuam pensando na divulgação.   |
| Comercialização            | Uma pessoa de restaurante entrou em contato pelo site do coletivo perguntando se forneciam Chaya para ele no Rio e afirmaram que como o coletivo tem mais facilidade de entrega sendo no Rio e agora podem aumentar a produção com o terreno arrendado, elas têm como entregar. Estão pensando em abastecer restaurantes não só com a Chaya, mas há muitos pedidos de plantas comestíveis que já estão sendo plantadas, as PANC em geral. Os restaurantes estão pedindo e já estão plantando para comercializarem de uma outra forma que não só feira. Para os restaurantes também. O coletivo tem várias ideias, mas tem que ir um de cada vez.  |
| PACS                       | Não fizeram contato com ninguém da PACS, mas acham que em Quatis eles tem contato com a PACS.   |
| Feiras                     | Há trocas entre os feirantes. Quando sobra algum produto, há troca entre os feirantes.  |
| Divisão sexual do trabalho | Em casa, a divisão do ambiente doméstico e do coletivo é equilibrado ou o trabalho doméstico acaba por interferir no coletivo. Como no trabalho coletivo a mulher faz o seu tempo, é possível organizar o tempo entre o coletivo e o trabalho doméstico. Como o trabalho no coletivo não é um emprego fixo, é possível ir adequando as prioridades e as demandas de acordo com a necessidade. Não há cobrança no coletivo de ir todo dia. O coletivo não cobra a mulher de trabalhar todo dia. Quando a pessoa está no coletivo sem visar apenas e principalmente o financeiro, sendo um instrumento de resistência no acampamento, é possível organizar as demandas. A mulher administra as demandas, as prioridades. Quem está no coletivo hoje não está por dinheiro e sim pelo sonho da terra. E a consequência da comercialização dos produtos, vem uma renda, mas também outros espaços de participação, outros eventos, outras coisas vem junto que não só o dinheiro. A maioria das mulheres consegue administrar. As mulheres que moram no acampamento têm mais tempo de se dedicar no coletivo, apesar de elas terem muitas atividades domésticas e no cultivo. |

|                  |  |
|------------------|--|
| Coletivo         | <p>O objetivo principal das mulheres participarem do coletivo é elas terem participação em um espaço fora do doméstico, divulgarem o acampamento, a causa da terra, terem acesso a outros eventos e a outras informações. Todo mundo que quer participar do coletivo é informado que o trabalho não visa lucro até porque ele não tem um plano à longo prazo. O primeiro objetivo é a luta pela terra e enquanto aguardam um retorno do INCRA, estão trabalhando, divulgando o coletivo, a luta pela terra, o acampamento, estão fazendo cursos, recebendo pessoas, conhecendo gente.</p> <p>As mulheres estavam trabalhando voluntariamente para fazerem um fundo de caixa para terem verba para custearem a documentação da terra, caso saia o processo do assentamento. Por isso, apenas permaneceu no coletivo quem quis ficar por outros motivos que não geração de renda individual. As mulheres trocam saberes, aprendem novas coisas, lidam com outros grupos e é bom porque quando a mulher é apenas dona de casa e fica restrita à família e a aquela rotina dentro do ambiente doméstico, você fica sem perspectiva. E quando você participa desses espaços você tem a oportunidade de se desenvolver melhor como ser humano e nas relações pessoais e trazer esses debates de outros grupos para a sua casa.</p> |
| Geração de Renda | <p>Dona Dalva recebe pensão do marido e do filho que tem necessidade especial, sem necessidade da geração de renda do coletivo. A maioria que participa do coletivo ou recebe bolsa família, ou o marido trabalha fora. Ninguém está sem nenhuma fonte de renda. O coletivo é uma fonte de renda complementar quando gerada. Por exemplo, deu problema na bolsa-família da Lucia e ela ficou sem renda e o que entrava do coletivo, por menor que fosse, entrava algum tipo de renda por causa das feiras. Ela recebia a diária das feiras e dava para comprar algo de extrema necessidade, mas o coletivo fragilizado por diversas questões não tem como garantir a geração de renda familiar a longo prazo para a pessoa, mas há chance de a pessoa trabalhar com algo que ela faça. Por exemplo, na feira a pessoa pode vender outras coisas no espaço do coletivo. A regra é que não venda no individual nada de Chaya ou que concorra com o coletivo, algo que o grupo já comercializa para não enfraquecer o grupo. O dinheiro da Chaya é do coletivo. Mas pode complementar com renda com outros beneficiamentos, mas aproveitando o espaço da feira concedido pelo coletivo.</p>   |

|                         |   |
|-------------------------|---|
| Feiras                  | <p>Venda melhor início do mês, final do ano também. Quando saíram do movimento, caiu o número de feiras. Por isso, decidiram que o valor do produzido pelo coletivo seria para fazer caixa e investir no coletivo. Mas como em 2020 já conseguiram o caixa conseguiram outros espaços de feira, como Ipanema. Como o grupo é pequeno e se todo mundo trabalhar direitinho, dá para começar a receber algum retorno financeiro.</p> <p>Atualmente, decidiram trocar a remuneração por HH e fazer a divisão do lucro por partes iguais para que todos sejam motivados a trabalhar igualmente e todos se cobrem quanto à participação. Todos são valorizados e se sentem responsáveis pelo coletivo.</p> <p>O recebido nas feiras, no momento, é complementar, extra, não significa um valor fixo no orçamento.</p>  |
| Dificuldades            | <p>A falta da terra e acesso às políticas públicas. Crédito mulher que são oferecidos para os assentamentos, por exemplo.</p> <p>Feiras eles conseguiram recuperar um pouco o quantitativo de feiras, então se o grupo se organizar dá para fazer feira todo dia da semana e entrar renda todo dia da semana, dá para aumentar a renda se tiver mais produção e por isso tem o beneficiamento dos produtos porque só a venda da Chaya não traz lucro. Mas dá para vender folhas, estacas, broa, pão...</p> <p>As políticas públicas exigem serem assentadas ou donas do terreno.</p>  |
| Orgânico X Agroecologia | <p>Espaço agroecológico de Chaya e PANC</p> <p>O grupo entende que para ser agroecológico não pode usar nada que não seja natural e trabalha a agroecologia como uma questão de inserir as mulheres, mulheres negras, as minorias, mães solas.</p> <p>Trabalhar a agrofloresta, sem veneno. Querem colocar árvores no terreno arrendado para fazerem agrofloresta. Lá só usam defensivos naturais nos moldes que aprenderam na escolinha de agroecologia, fizeram fossa séptica para não contaminarem o solo.</p> <p>Com o uso das PANC fortaleceu mais ainda porque elas não precisam de muitos cuidados. Simplificam bastante as agricultoras ainda mais que não possuem muito dinheiro para investirem.</p> <p>A agroecologia está mais no informal onde não tem que provar nada (certificação), vai na confiança do consumidor para ele saber que compra do próprio produtos, sabem a origem do próprio alimento e sabem que a agricultora não usa veneno, sabe como produz e te relação mais próxima entre produtora e consumidor.</p> |

|  |   |
|--|---|
|  | <p>Como vai para mercados, precisa ter algo mais formal (certificação) provado por um órgão público que vai conferir se de fato é orgânico. Já na agroecologia não tem isso, você confia no seu produtor, você conhece e lida diretamente com seu produtor. Já o orgânico que vai para mercado, você não conhece o produtor, mas sabe a origem que foi garantida por um órgão fiscal, tem um selo, algo mais formal e com distância entre o cliente e o produtor. Tem várias burocracias. É mais rígido, depende de mais técnica. Onde o pequeno agricultor na agroecologia vai mais pelo acompanhamento da natureza, como ela se desenvolve, usando menos coisas possíveis. Já o orgânico precisa que alguém vá até lá inspecionar para garantir a quem vai comprar que o produto é orgânico. Já na agroecologia o consumidor cria relação de confiança com seu produtor porque geralmente você vai na feira e vai conversando, pode conhecer o sítio, ir lá ver como funciona.</p> <p>No orgânico precisa de selo, mais burocracia e na agroecologia é mais livre e une mais as pessoas na questão de confiar, de ver e saber de onde vem o seu produto, você conhece a pessoa.</p> |
|--|---|